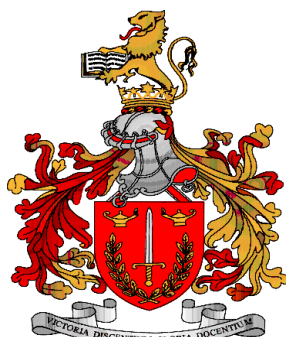


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA
INTERNA



Myuller André do Espírito Inácio

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação Final de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA ANGOLANA NA PREVENÇÃO DA
DELINQUÊNCIA JUVENIL – A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES
E DE POLÍCIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA JUVENIL ANGOLANO
(O CASO DA PROVÍNCIA DE LUANDA)**

Orientador:

Doutor Cândido Gonçalo Rocha Gonçalves (Cies/Iscte-Iul)

Coorientadora:

Doutora Susana Durão (Uni Camp, Brasil)

Lisboa, 24 de Abril de 2013



Myuller André do Espírito Inácio

Aspirante a Oficial de Polícia

**A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA ANGOLANA NA PREVENÇÃO DA
DELINQUÊNCIA JUVENIL – A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES
E DE POLÍCIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA JUVENIL ANGOLANO (O CASO DA
PROVÍNCIA DE LUANDA)**

Dissertação Final de Mestrado Integrado em Ciências Polícias

XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Orientador:

Doutor Cândido Gonçalo Rocha Gonçalves (Cies/Iscte-Iul)

Coorientadora:

Doutora Susana Durão (Uni Camp, Brasil)

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
LISBOA, ABRIL DE 2013

Agradecimentos

Fim de mais uma etapa da minha vida, não posso partir para outra, sem antes deixar aqui os meus profundos agradecimentos a todos aqueles que, ao longo destes seis anos não deixaram de me apoiar.

Em primeiro lugar, deixo aqui um especial agradecimento e reconhecimento ao Orientador Doutor Gonçalo Gonçalves, é verdade que as tuas palavras serviram como guia durante a realização deste trabalho...

Agradeço à Doutora Susana Durão pela disponibilidade para orientação neste trabalho.

Agradeço especialmente a Prof. Dr.^a Maria Teresa pela total disponibilidade e paciência, simpatia e disposição na orientação deste trabalho.

A minha família que durante estes seis anos, nunca deixaram de me apoiar, dar força para que pudesse concluir os objetivos...

Ao senhor Intendente Francisco Afonso, Inspetor Bartolomeu Campos e a senhora Procuradora da República junto dos Julgado de Menores Carla Correia, os meus profundos agradecimentos.

Agradeço ao XXIV, curso em que fiz as minhas amizades, especialmente ao Rafael Martins, Joel Araújo, Manuel Fernandes (Manoló), Jerónimo Pina, Hélder Machado...

Ao XXV, curso que acolheu-me no momento em que mais precisei...

Não poderia terminar os meus profundos agradecimentos, sem pronunciar-me e agradecer ao Corpo de Aluno, e a Direção de Ensino pelo apoio durante estes seis anos...

Resumo

Vários estudos mostram que a problemática da delinquência juvenil é um problema social que faz parte das sociedades em desenvolvimento. Em Angola, as diferenças sociais são visíveis aos olhos da população e trazem enormes repercussões no nível de vida dos cidadãos. A província de Luanda tem sido nos últimos anos alvo da problemática da delinquência juvenil, consequência de uma sociedade em constante mutação, mas na província de Luanda é especialmente visível, devido a falta de estratégias para lidar com esta população mais vulnerável.

Refletir sobre a delinquência Juvenil implica estudar várias variáveis que compõem uma sociedade, sendo ela mais aberta o que facilita o estudo, ou mais fechado o que impossibilita um estudo mais aprofundado destas variáveis. O trabalho da Polícia face a esta problemática torna-se difícil se não for apoiado pelos pares que compõem a sociedade. O que se espera da Polícia antes de atuar, é o profundo conhecimento da realidade das comunidades, das causas deste fenómeno por forma a ter uma atuação preventiva nas causas deste fenómeno.

O Sistema de Justiça Juvenil angolano é a Instituição que responde sobre a justiça dos menores que cometem factos qualificados como crime na lei em Angola. A sua importância no ordenamento jurídico angolano revela-se, tal como é analisado neste trabalho, de extrema importância para o combate e na prevenção da delinquência juvenil na província de Luanda.

Palavras-chave: Polícia Nacional de Angola, Delinquência Juvenil, Julgado de menor, Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil, Brigada de Segurança Escolar.

Abstract

Several studies show that the problem of juvenile delinquency is a social problem that is part of developing societies. In Angola, the social differences are visible in the eyes of the population and bring a huge impact on the living standards of urban dwellers. The province of Luanda has been targeted in recent years with the problem of juvenile delinquency as a result of a rapidly changing society, but in Luanda especially visible due to the lack of strategies to deal with this vulnerable part of the population.

Reflection on Juvenile delinquency involves studying several variables that make up a society, if this is more open it facilitates the study, if more closed it prevents further study of these variables. The work of the police in face of this problematic becomes difficult if not supported by other institutions that make up society. What is expected of the police before acting is a deep knowledge of the social reality of the communities and the causes of this phenomenon in order to have a preventive action on the whole phenomenon.

The Angolan Juvenile Justice is the institution that responds on the judgment of minors who commit offenses of crime in Angolan law, its importance in the Angolan legal system reveals itself, as analyzed in this work, extremely important in preventing and combating juvenile delinquency.

Keywords: Angola National Police, Juvenile Delinquency; Youth Court; Department for the Prevention of Juvenile Delinquency; Brigade of School Safety.

Lista de abreviaturas

Al. - Alínea

Art. – Artigo

CFR. - Conforme

CPA - Corpo de Polícia de Angola

CPL – Comando Provincial de Luanda

CPPA - Corpo da Polícia Popular de Angola

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

CGPN – Comando Geral da Polícia Nacional

CPJM – Código Processo de Julgado de Menores

CPP – Código Processo Penal

CPC – Código Processo Civil

CP – Código Penal

CRA – Constituição da República de Angola

EOPN – Estatuto Orgânico da Polícia Nacional de Angola

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

ICDCA – Implantação da Convenção Sobre os Direitos da Criança em Angola

LJM – Lei do Julgado de Menores

LSN – Lei de Segurança Nacional

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

Nº. - Número

ONU – Organização das Nações Unidas

PMDPN – Plano de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional de Angola para o Quinquénio 2003/2007

PN – Polícia Nacional de Angola

PSPA - Polícia de Segurança Pública de Angola

RMNUAJM - Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores

ROCPL – Regulamento Orgânico do Comando Provincial de Luanda

RODPIC – Regulamento Orgânico da Direção Provincial de Investigação Criminal

ROBSE – Regulamento Orgânico da Brigada de Segurança Escolar

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Índice de anexos

- Anexo I – Organograma da Polícia de Segurança Pública Angolana
- Anexo II – Organograma do Corpo de Polícia Popular de Angola
- Anexo III – Organograma da PN
- Anexo IV – Postos e Distintos da Polícia Nacional de Angola
- Anexo V – Mapa da Nova Divisão territorial da província de Luanda
- Anexo VI – Organograma do Comando Provincial de Luanda
- Anexo VII – Organograma da Direção Provincial de Investigação Criminal
- Anexo VIII – Evolução dos Tribunais na província de Luanda
- Anexo IX – Entrevista ao Sr. Intendente António Afonso
- Anexo X – Entrevista ao Sr. Inspector Campos
- Anexo XI – Entrevista A Procuradora da República junto do Julgado de Menores Carla Correia
- Anexo XII – PMDPNQ 2003/2007
- Anexo XIII – Lei de Segurança Nacional
- Anexo XIV – Regulamento Orgânico do Comando Provincial de Luanda
- Anexo XV – Relatório de Fundamentação para Divisão Administrativa da Província de Luanda
- Anexo XVI – Estatuto Orgânico da Polícia Nacional de Angola
- Anexo XVII – Regulamento Orgânico da Direção Província de Investigação Criminal
- Anexo XVIII – Relatório da DIPC
- Anexo XIX – Regulamento Orgânico da Brigada de Segurança Escolar
- Anexo XX – Relatório da BSE
- Anexo XXI – Lei de Julgado de Menores
- Anexo XXII – Código Processo de Julgado de Menores
- Anexo XXIII – Lei da Prisão Preventiva em Instrução Preparatória
- Anexo XXIV – Lei das Revistas, Buscas e das Apreensões

Índice de figuras

- Figura I – Gráfico de Evolução da População da província de Luanda.
- Figura II – Gráfico das Ocorrências Criminais/2012/DPIC.
- Figura III – Organograma do Tribunal provincial de Luanda.

Índice Geral

Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Abstract	iv
Índice de Anexos	vi
Índice de Figuras.....	vii
Introdução	1
Capítulo I – Contextualização e Operacionalização de Conceitos.....	4
1.Conceito de Polícia	4
1.1.Polícia em Sentido Formal e em Sentido Orgânico ou Material.....	5
1.2.A Polícia Nacional de Angola em 1975 até 2002	6
1.2.1.O papel atual da Polícia Nacional de Angola	9
1.3.Modelos de Polícia	10
1.3.1.Modelos de Policiamento	12
1.3.2.Modelo de Policiamento Tradicional	12
1.3.3.Modelo de Policiamento Comunitário	14
1.3.4.Modelos de Policiamento Proximidade.....	16
1.4.O Caso da Polícia Nacional de Angola.....	17
Capítulo II - A Polícia Nacional de Angola na Prevenção da Delinquência Juvenil (O Caso da Província de Luanda).....	20
2.Conceito de Delinquência Juvenil	20
2.1.Caracterização Geográfica e Demográfica da Província de Luanda	21
2.2.A Delinquência Juvenil na Província de Luanda	24
2.3.Eventuais Causas da Delinquência Juvenil na Província de Luanda	26
2.3.1.Comunidade Local	26
2.3.2.A Família	28
2.3.3.As Escolas.....	29
2.4.Comando Provincial de Luanda e a Delinquência Juvenil	30

2.5.Direção Provincial de Investigação Criminal	31
2.6.Brigada de Segurança Escolar.....	33
Capítulo III - A Importância das Medidas Cautelares e de Polícia no Sistema Juvenil Angolano (O Caso da Província de Luanda).....	36
3.Breve Historial da Criação da Sala de Julgado de Menores na Província de Luanda	36
3.1.Comissão Tutelar dos Menores	40
3.2.As Medidas Cautelares e de Polícia no Sistema Juvenil Angolano	42
3.2.1.Da Legitimidade.....	43
3.2.2.Da Identificação.....	43
3.2.3.Da Detenção/Prisão Preventiva.....	45
3.2.4.Da Apreensão.....	47
3.2.5.Das Revistas e Buscas	49
3.2.6.Da Autuação	51
Conclusão	53
Bibliografia.....	57
Anexos	64

Introdução

A delinquência juvenil é atualmente um fenómeno que preocupa profundamente a sociedade na medida em que coloca em causa a tranquilidade pública e aumenta o sentimento de insegurança. Trata-se de um fenómeno com enormes consequências sociais. Para a polícia, segundo Valente (2003: 35), “a problemática dos menores delinquentes e dos menores vítimas de abuso sexuais, de abandono, de exploração económica, preocupa a Polícia que, muitas vezes, no seu dia-a-dia, tem dificuldade em lidar com um menor de 13 ou 14 anos (...)”.

Angola, tal como qualquer outro país, tem vindo a deparar-se com este fenómeno social, que afeta uma boa parte da população. Face a esta problemática, propusemo-nos na nossa dissertação final, debruçarmo-nos sobre a Intervenção da Polícia Angolana na Prevenção da Delinquência Juvenil – A Importância das Medidas Cautelares e de Polícia no Sistema de Justiça Juvenil Angolano (o caso da província de Luanda). A escolha da província de Luanda foi determinada pelo simples facto de ser, atualmente, a província mais habitada de Angola, e onde se registam, com maior frequência, crimes onde estão envolvidos menores. Mas este facto, conforme refere Pimenta (2010:53), “(...) deve-se à guerra e às suas consequências que fizeram com que uma grande parte da população viva em situação de pobreza extrema”, o que originou a construção de bairros suburbanos, muitos deles com construções aleatórias, dificultando deste modo a intervenção policial.

A Polícia Nacional de Angola (PN) é uma força militarizada que visa a segurança interna, mas que tem sentido muitas dificuldades na prevenção a este fenómeno. Sendo a Polícia conhecedora da realidade social e dos problemas que envolvem a delinquência juvenil, é importante que faça parte de qualquer modelo de intervenção relacionado com os menores que praticam factos que a lei qualifica como crime. Na atualidade, a delinquência juvenil merece uma especial atenção da Polícia e também das outras instituições locais, nomeadamente do Sistema de Justiça de menores, principalmente nas ações de natureza cautelar que surgem como necessárias em diversas circunstâncias.

As medidas cautelares e de polícia permitem aos agentes praticar atos com o intuito de evitar a destruição dos meios de prova por parte dos agentes. Ajudam a minorar os riscos das vítimas e, até mesmo, do próprio autor do ato. Devem estar sempre presentes em todas as intervenções policiais. (Valente, 2003). É dentro deste contexto que pretendemos analisar:

1. Quais são as principais causas da delinquência juvenil na província de Luanda;

2. A intervenção da PN na prevenção da delinquência juvenil;
3. A importância das medidas cautelares e de Polícia no Sistema de Justiça Juvenil Angolano.

A polícia, como órgão de controlo social colocado em posição privilegiada para acompanhar e sentir o pulsar social, tem, necessariamente destaque na proteção da criança contra um mundo que lhe é adverso (Valente, 2003). Esta atribuição relativamente ao menor é de extrema importância, porque a Polícia pode empreender um conjunto vasto de ações, visando evitar que os menores caiam ou persistam em situações de criminalidade. (Valente, 2003) Nesta ordem de ideais, os agentes na PN, na realização das suas missões na prevenção da delinquência juvenil, têm tido, muitas vezes situações desconfortáveis.

Presentemente, na província de Luanda, as crianças têm desenvolvido alguma predisposição para o crime organizado. Assiste-se já à prática de crimes bastante violentos, como o caso de homicídios voluntários. Sendo a delinquência juvenil o fenómeno um resultante da vida em sociedade, é necessário conhecer as causas que despoletam este problema e, acima de tudo, analisar as medidas preventivas necessárias para uma intervenção adequada relativamente ao problema. Estas medidas não se limitam, contudo, à polícia e ao sistema judicial. Uma participação ativa da população e das outras instituições locais contribuem para identificar e analisar problemas, quer a nível da sociedade, quer a nível dos métodos utilizados para a prevenção da delinquência juvenil. Uma vez que cabe à PN prevenir e combater a criminalidade interna, pretendemos encontrar a resposta para a seguinte questão:

Quais são as dificuldades que a PN sente na prevenção da delinquência juvenil?

Como hipóteses a explorar ao longo do trabalho, temos as seguintes formulações:

- A falta de estratégias policiais no domínio da prevenção e a não colaboração da população tem dificultado a atividade da PN na prevenção da delinquência juvenil;
- A falta de ações conjuntas, no domínio da prevenção, entre a PN e o Sistema de Justiça de Menores, e o não reconhecimento das medidas cautelares e de polícia no código de processo de julgamento de menores e na lei de julgamento de menores têm dificultado a intervenção da PN na prevenção da delinquência juvenil.

Após a contextualização do nosso trabalho e definição dos principais objetivos, formulamos em seguida o problema de investigação. Para confirmarmos ou infirmarmos as hipóteses levantadas, dividimos a dissertação em três capítulos.

Assim, no primeiro capítulo, recorreremos a várias fontes bibliográficas, para melhor delimitar e caracterizar os principais conceitos utilizados ao longo do trabalho. Procedeu-se a uma contextualização e operacionalização de conceitos do ponto de vista teórico, evidenciando, de forma breve, o conceito de Polícia de um Estado de direito democrático e as diversas formas de atuação e dando especial atenção aos modelos de polícia e de policiamento como forma de prevenir à delinquência juvenil. Isto para, posteriormente, tentarmos compreender qual é o modelo de polícia e de policiamento vigente na PN, e se este é eficaz na prevenção da delinquência juvenil na província de Luanda. No segundo capítulo faremos uma pequena abordagem à delinquência juvenil no contexto sociológico, tentando compreender os atos anti-sociais e os atos delinquentes e aplicando-os no contexto angolano, nomeadamente na província de Luanda. Observaremos, particularmente, a forma como é vista a delinquência juvenil, e quais são as causas que potenciam o seu surgimento.

Para a prossecução deste objetivo sustentamo-nos em legislações e normas policiais e do Governo e, sobretudo em entrevistas realizadas ao senhor Intendente Francisco António, chefe do Departamento da Prevenção à Delinquência juvenil e ao senhor Inspetor Bartolomeu Campos, chefe das Operações da Brigada de Segurança Escolar.

No terceiro capítulo, faremos uma resenha histórica sobre o Sistema de Justiça de Menores em Angola, com intuito de compreender a sua evolução. E de acordo com as legislações existente no Sistema de Justiça de Menores em Angola e na entrevista realizada a senhora Procuradora da República Junto do Tribunal de Menores, Carla Correia e aos dois entrevistados já citados, procuraremos evidenciar as medidas cautelares e de polícia no sistema de justiça juvenil angolano e a sua importância na prevenção à delinquência juvenil.

Na conclusão faremos um resumo das principais ilações do trabalho, com vista a dar um pequeno contributo para a PN, com relação à sua atuação na prevenção da delinquência juvenil, evidenciando as medidas cautelares e de polícia no Sistema de Justiça de Menores em Angola e a importância das parcerias entre instituições que trabalham sobretudo na proteção e justiça dos menores.

Capítulo I - Contextualização e Operacionalização de Conceitos

“Para estudar a Polícia, primeiro é necessário reconhecê-la em sua diversidade histórica ao redor do mundo. Não é fácil fazer isso. A polícia se apresenta numa grande variedade de forma (...)”
(Bayley, 2002:19).

1. Conceito de Polícia

A evolução do conceito de Polícia tem-se destacado desde o século XIX até a atualidade. Esta evolução do conceito de Polícia teve como suporte definir ou encontrar a “verdadeira essência da Polícia” (Marcello Caetano, 1990:1148). Neste capítulo, não abordaremos o conceito de Polícia de forma exaustiva. Apenas pretendemos, com uma breve delimitação do conceito, identificar a sua origem e ver a sua aplicabilidade num Estado de direito democrático. A palavra polícia conforme afirma Raposo (2006:21)

“(...) mergulha as suas raízes na palavra grega *politeia* (que encontra correspondência na expressão latina *politia*): associado à *polis*, esta serve para designar a constituição, o ordenamento, o regime ou a forma de governo da cidade-estado, incluindo o estatuto dos cidadãos, que são, dentre os membros destas, aqueles que participam na vida política”

Segundo Marcello Caetano (1990:1145), a Polícia “era, então, toda a ação do Príncipe dirigida a promover o bem-estar e comodidade dos vassalos”. A atividade da polícia estava concentrada nas conceções dos governantes, que por sua vez, não passava de uma atividade arbitrária e autoritária. Com a Revolução francesa, o livre arbítrio e o autoritarismo foram extintos. Conforme refere Manuel Valente (2009:39), “deixara de constituir ou ser suporte de um Estado de polícia e autoritário para ser elemento integrante de um Estado subordinado ao direito ou mundo jurídico”. Esta relação jurídica “apresenta-se como um enlace normativo entre um direito e um dever, entre uma posição ativa, poder, e uma posição passiva¹, dever ou vinculação” (Hélder cit in. Mendes, 2012:39).

¹ Segundo o mesmo autor, “o lado ativo resulta da atribuição a um sujeito de um direito subjetivo, que significa um poder conferido pela norma para a realização de um interesse, aparecendo-nos, deste modo, um sujeito verdadeiramente livre e ativo. No lado passivo vamos encontrar uma situação inversa: a adstrição de

A evolução do conceito de Polícia permitiu novas formas de intervenções por parte da polícia, ou seja, balizou a atuação da polícia na esfera judicial. Impondo limites, no que diz respeito aos poderes de polícia e nas medidas de polícias aplicadas pelas autoridades policiais. No entanto, numa Polícia de um Estado de direito democrático, a sua “(...) atuação policial tem, deste modo, uma relação jurídica abstratamente preexistente entre administração de polícia e os cidadãos” (Hélder cit in Mendes, 2012: 39). É importante referir que, o conceito de Polícia de um Estado de direito democrático, segundo Pedro Clemente (1998:40) “distingue-se em duas dimensões autónomas, fruto da sua complexidade. Assim, há uma polícia em sentido normativo-jurídico, ou melhor, formal, e existe ainda uma polícia em sentido orgânico ou material”. Todavia, estas duas dimensões autónomas, caracterizam “(...) uma nova forma de intervenção dos órgãos e agentes da autoridade nas atividades individuais, que é a essência da polícia” (Dias, 2012:69).

1.1. Polícia em Sentido Formal e em Sentido Orgânico ou Material

Na atualidade, “a Polícia é um ramo da atividade administrativa pública (...). Por regra, a prossecução desse ramo de atividade administrativa acontece através de instituições sociais afetas à administração pública, (...)” (Clemente, 1998:41). Para Hélder (cit in Correia, 2012:69) a Polícia de um Estado de direito democrático deve ser definida como:

“A atividade da administração pública que consiste na emissão de regulamentos e na prática de atos administrativos e matérias que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de atos de autoridades seja consentida pela Ordem Jurídica”.

Nesta ordem de ideias, a polícia, em sentido formal pode ser definida como um “conjunto de poderes concretos consignados na lei às autoridades administrativas e que permite a estas a imposição, com vista à manutenção da ordem pública, de limitações aos direitos e liberdades individuais” (Clemente, cit in Valkeneer, 1998:41). Ou seja, são os poderes desenvolvidos pela polícia em sentido funcional e orgânico, que podem ser a de regulamento administrativo ou atos concretos para evitar a destruição de bens jurídicos (Hélder: 2012:76). Sendo que, os poderes de polícia consignado na lei “têm uma função de

um sujeito – o passivo – a uma vinculação, por força da qual a sua liberdade de agir aparece juridicamente diminuída e limitada” (2012: 39).

² Quanto a constituição do PSPA. *Vide* anexo I.

prevenção e afastamento de perigos (...), na medida em que exibem, quase sempre, uma maior ou menor intervenção nos direitos fundamentais” (Hélder, cit in Lomba, 2012:78).

No sentido orgânico ou material a Polícia define-se como o “conjunto de órgãos e agentes pertencentes a serviços administrativos cuja função essencial consiste no desempenho de tarefas materiais de polícia” (Valente, cit in, Catarina Castro, 2009:54). Ou seja, “consiste no conjunto de pessoas e serviços públicos, legalmente investidos para velar pelo cumprimento das leis e encarregados de executar as missões inerentes à função policial” (Clemente, cit in Valkenner, 1998:41).

Os conceitos de Polícia, que foram explanados, não foram pronunciados de forma exaustiva. Conforme dissemos, muito mais haveria para dizer, devido à sua complexidade. Mas para o nosso trabalho, apenas nos cingimos a simples características gerais do conceito de polícia. Contudo, resta-nos dizer que a Polícia, num Estado de direito democrático, tem como objetivo principal a prevenção. Não apartando, contudo, o pilar reativo, de mas informação e investigação criminal. É nossa opinião que uma completa a outra. Entretanto, a Polícia, no cumprimento da sua atividade, deve conciliá-los de maneira a ferir o menos possível os direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição de cada país. A função policial, presentemente, é vista como uma urgência na comunidade, que revela-se na segurança, ordem, tranquilidade e na defesa do interesse público. (Clemente, 1998).

1.2. A Polícia Nacional de Angola em 1975 até 2002

A Polícia Nacional de Angola (PN) teve origem na antiga Polícia de Segurança Pública (PSP), criada com a designação de Polícia Civil, em 2 de julho de 1867. Durante o período de 1975 até 2002, a PN foi alvo de várias reformas. Neste ponto, o nosso objetivo é abordar, de forma breve, algumas das principais reformas que ocorreram durante este período. Conforme refere Bayley, estudar a história de uma polícia implica perceber que ela apresenta-se de várias formas, “a solução é escolher as características da atividade policial que sejam mais importantes ou interessantes no mundo contemporâneo e analisar o seu desenvolvimento, buscando especificamente os fatores históricos responsáveis pelo seu surgimento” (2002:23).

Em 1975, a PN era designada como a Polícia de Segurança Pública de Angola (PSPA)². Dependia diretamente do Governador da Província e competia-lhe assegurar de modo geral, a tranquilidade pública³. Nesta altura, o país vivia fortes pressões oriundas da política interna e da população e principalmente dos três partidos políticos: O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Como resultado desta situação, no dia 15 de Janeiro de 1975, o Estado português e os três partidos políticos de Angola reuniram-se na vila do Alvor, no Algarve, em Portugal, com o intuito de pacificarem o Estado angolano e calendarizarem a independência de Angola⁴.

No dia 31 de Janeiro, fruto do mesmo acordo, nasce o Governo de Transição, chefiado pelo alto-comissário General Silva Cardoso, formado em Portugal. O Governo de Transição tinha como objetivos promover eleições legislativas entre os três partidos, proibir o recurso a arma de fogo em qualquer circunstância, apostar na integração dos três partidos numa única organização e assegurar o cumprimento dos acordos estabelecidos entre o Estado português e as forças independentistas. Para além dessa competência, tinha também como missão salvaguardar e garantir a segurança do território angolano em estreita cooperação com o Estado português⁵.

No dia 1 de Abril de 1975, a PSPA foi reformulada e passava a se designar como Corpo de Polícia de Angola (CPA). Dependia hierarquicamente da Comissão Nacional de Defesa para efeitos técnicos e operacionais, e para efeitos administrativos da Secretaria de Estado da Ordem Interna⁶. A partir desta data, o CPA começa a dar os primeiros passos para a modernização, quer a nível da organização, quer a nível dos processos de atuação. Reconheceu-se a necessidade de trabalhar mais nos pilares da ordem pública e na investigação criminal. Razão pela qual, para aumentar o seu efetivo, e unificar os três partidos, foram incorporados no CPA 300 combatentes, 100 provenientes do MPLA, 100 da FNLA e 100 da UNITA⁷.

No dia 28 de Fevereiro de 1975, data do juramento do primeiro curso do CPA, ministrado na Escola Prática de Polícia Mártires Kapolo, o Comandante Santana André Pitra Petroff (Primeiro Comandante da PN) sugeriu ao Ministro da Defesa Henrique Teles

² Quanto a constituição do PSPA. *Vide* anexo I.

³ Cfr. A Ficha Técnica do Comando Geral da Polícia Nacional de Angola, *35 anos da Polícia Nacional Angola – factos históricos*. 2011. Pág 35.

⁴ *Ibidem*. Pág 39.

⁵ *Idem*.

⁶ *Ibidem*. Pág 40.

⁷ *Ibidem*. Pág 47.

Carreira que alterasse o nome da Polícia para Corpo da Polícia Popular de Angola (CPPA)⁸, defendendo que a Polícia pertencia ao Governo de Angola.

Em 1978, a Polícia deixa de pertencer ao Ministério da Defesa para efeitos técnicos e operacionais, para passar a depender totalmente da Secretaria de Estado da Ordem Interna⁹. Devido a situação política do País observada entre os três partidos, dão-se os primeiros confrontos no País. Este desentendimento levou a UNITA e a FNLA a abandonarem a capital do País, diminuindo o efetivo do CPPA. Mas, mesmo com os confrontos que eram visíveis no País, as reformas na Polícia não pararam.

De 1979 até 1993, data da criação do Estatuto Orgânico da Polícia Nacional de Angola (EOPN), (Decreto-Lei n.º 20/93 de 11 de Junho)¹⁰, a Polícia foi alvo de novas reformas organizativas¹¹. Passou então a ser conhecida como a PN. Foi introduzido no sistema policial um modelo de polícia integral. Este modelo teve como objetivo unir todos os órgãos policiais, nomeadamente a polícia de investigação criminal, polícia económica, polícia de trânsito, polícia fiscal, polícia de fronteira, polícia de ordem pública e a polícia de intervenção rápida. (Neto, 2010).

Com o início da guerra civil em Angola, a PN foi obrigada a direcionar os seus objetivos para a guerra. Houve uma enorme diminuição das estratégias para combater, manter ou repor a ordem e a tranquilidade pública, proteger a vida e a integridade física dos cidadãos, na prevenção da criminalidade e na investigação dos crimes. Em 2002, com o fim da guerra civil, no dia 5 de Novembro de 2002, o Conselho de Defesa Nacional reuniu-se para averiguar a situação da Polícia. Foram traçadas novas linhas para a modernização e desenvolvimento da PN. Reconheceu-se a necessidade de otimizar o funcionamento interno da PN, através da modernização e melhoria da qualidade global dos serviços da Polícia. Apostou-se no desenvolvimento e qualidade do efetivo, na elevação do nível de formação técnico-profissional e cultural, na área operacional, e infra-estrutural¹². Em 2009 a PN tinha aproximadamente 90.000 efetivos (Neto, 2010).

⁸ Quanto a constituição. *Vide* anexo II.

⁹ Cfr. A Ficha Técnica do Comando Geral da Polícia Nacional de Angola, *35 anos da Polícia Nacional Angola – factos históricos*. 2011. Pág 69.

¹⁰ *Vide* anexo XVI.

¹¹ Quando a constituição. *Vide* anexo III.

¹² Cfr. A Ficha Técnica do Comando Geral da Polícia Nacional de Angola, *35 anos da Polícia Nacional Angola – factos históricos*. 2011. Pág 112.

1.2.1. O papel atual da Polícia Nacional de Angola

O art.º 2 da CRA de 21 de Agosto de 2010 dispõe que a República de Angola é um Estado Democrático de Direito, que tem como fundamento a soberania popular e o primado da Constituição e da lei, promove e defende os direitos fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membros de grupos sociais organizados, assegura o respeito e a garantia da efetivação dos poderes legislativo, executivo, judicial, seus órgãos, instituições, e de todas as pessoas singulares e coletivas. Esta nova CRA veio substituir a antiga CRA nº 23/92 de 16 de Setembro, o Título V-Capítulo IV art.º 210, consagrando à Polícia, definindo-a, como uma:

“Instituição nacional policial, permanente, regular e apartidária, organizada numa base da hierarquia e da disciplina, incumbida da proteção e asseguramento policial do País, no estrito respeito pela Constituição e pelas leis, bem como pelas convenções internacionais de que Angola seja parte”.

O conceito constitucional da PN foi um dos acontecimentos mais importantes ocorridos na história da PN ao longo do seu percurso histórico. Uma vez que a anterior CRA não definia constitucionalmente a PN.

Atualmente, e segundo o art.º 1 do EOPN, a PN é uma “força militarizada com competência na defesa da legalidade democrática, na manutenção da ordem e tranquilidade pública, no respeito pelo regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos”. O mesmo EOPN diz também, no art.º 2, que a PN “depende hierarquicamente do Ministério do Interior”, e reforça no n.º 2 do art.º 3 que a sua “organização é única para todo o território nacional, obedecendo à hierarquia de Comando a todos os níveis da sua estrutura”.

As principais linhas que levaram a PN para uma Polícia moderna estão traçadas no Memorando sobre o Plano de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional para o Quinquénio 2003/2007 (PMDPN). Este plano veio definir, segundo Neto, (2009:83) “os principais rumos que a Polícia Nacional se propõe seguir nos próximos dez anos”. Ou seja, propôs-se que a PN aderisse ao “(...) aperfeiçoamento dos meios e métodos técnicos de gestão da atividade policial, com base no conhecimento científico e prático, para que a corporação se adeque às exigências de um Estado democrático de direito”¹³. Tornou-se

¹³ Cfr. PMDPNQ 2003/2007. Pág 1. Vide anexo XII.

necessário aperfeiçoar “os métodos de trabalho, de forma abrangente para o combate à criminalidade e à prevenção da sinistralidade rodoviária”¹⁴.

A PN lutou para que fossem introduzidas algumas legislações de interesse policial, apostou no caminho da especialização e profissionalismo do efetivo, com o objetivo de melhorar o sentimento de segurança da população. Intensificou o patrulhamento nas áreas suburbanas e urbanas, particularmente no período noturno¹⁵.

Atualmente, a PN pretende alcançar níveis aceitáveis no que concerne à reação policial, utilizando racionalmente e eficientemente os meios disponíveis. Tem vindo a apostar na prevenção, para poder combater a criminalidade organizada, nomeadamente nas ações de vandalismo nas escolas, perpetradas por jovens que, na sua maioria, são inimputáveis¹⁶, bem como a violência com que são cometidos alguns crimes, com recursos a armas de fogo, roubos de viaturas e ofensas corporais¹⁷.

Para além disso, foi melhorada a sua imagem externa e interna, com a implementação do novo modelo de fardamento e novos postos e distintos para o efetivo¹⁸.

Dada a conjuntura atual da PN, e para continuarmos a analisar o seu desenvolvimento, nomeadamente no que diz respeito a sua intervenção na prevenção da delinquência juvenil, é imperioso analisar o modelo de polícia e de policiamento vigente em Angola. Para tal, começaremos por apresentar um conceito geral dos modelos de polícia e de policiamento vigente no espaço *Anglo-saxónico e Francófonos*, de forma a contextualizar o modelo de polícia e de policiamento que caracteriza a PN.

1.3. Modelos de Polícia

Vivendo nós numa sociedade global, onde a informação permite-nos conhecer cada vez mais uns aos outros, “as pessoas, as instituições, os países, estabelecem cada vez mais contactos e intercâmbios (...)” (Valente, 2001:1). Razão pela qual, “(...) há cada vez mais, uma maior interpenetração de valores, de modelos, de conceitos e de práticas. Daí, torna-se cada vez mais difícil tentarmos descortinar modelos puros de organizações ou de funcionamento das instituições, sejam elas públicas ou privadas” (Valente, 2001:1).

¹⁴ Cfr. PMDPNQ 2003/2007. Pág 1.

¹⁵ Cfr. PMDPNQ 2003/2007. Pág 4.

¹⁶ *Ibidem*, pág 7.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Vide* Anexo IV.

Nesta ordem de ideias, um modelo, para Oliveira (cit in Rocher, 2006:97), permite apenas “(...) recorrer a imagens para representar uma realidade que é, por natureza complexa, múltipla e de difícil perceção ao espírito humano, que tem uma certa dificuldade em apreender o seu conjunto e o seu movimento”. O mesmo autor diz que, para tal, “é necessário, estudar cada uma das partes dessa realidade, para as poder comparar, servimo-nos de modelos que são no entender do autor, construções simbólicas e simplificadas da realidade complexa” (Oliveira cit in Rocher, 2006:97).

Sendo assim, e continuando com a linha de pensamento do mesmo autor, “(...) os modelos de polícia têm a ver com o sistema constitucional dos Estados, com a sua organização administrativa, com o seu regime jurídico e com a sua cultura” (Oliveira, 2006:98). Razão pela qual, não existem modelos puros. Estes apenas representam o funcionamento das instituições polícias num determinado contexto nacional (Oliveira, 2006).

Contudo, para analisarmos o modelo de polícia vigente em Angola, é necessário definir três tipos de modelos de polícia existentes no espaço europeu. O primeiro trata-se do Modelo Napoleónico, caracterizando-se este como um modelo particularmente reativo, onde a Polícia existe essencialmente para proteger o Estado, para prosseguir os fins definidos pelo Estado (Gomes, 2001), ou seja, é um modelo centralizado com uma estrutura organizacional dualista. Tem dois tipos de forças, uma de cariz militar, que depende do Ministro da Defesa, com competência no policiamento em zonas rurais, e outra de cariz civil, dependendo do Ministro do Interior e responsável pelas zonas urbanas, e podemos encontrar em países como a Áustria, Espanha, Portugal, França, Itália e Luxemburgo.

O segundo refere-se ao Modelo Nacional. Este modelo tem algumas similitudes com modelo anterior. Também é caracterizado como um modelo essencialmente reativo, mas, no que diz respeito a sua estrutura organizacional, é única para todo território. Os seus agentes têm competência para atuar em todo território. Relativamente à sua estrutura hierárquica, depende de um Diretor Nacional de Polícia, o qual responde perante o Ministro do Interior ou da Justiça (Gomes, 2001). É um modelo que se verifica mais em Estados como a Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Irlanda e Suécia.

Por último, temos o Modelo Descentralizado. Segundo Oliveira, este modelo (2006:100) “caracteriza-se pelo grau de autonomia que possuem as forças policiais que se encontram disseminadas pelo território nacional”, ou seja, pelo grau de “autonomia na tomada de decisão e na responsabilidade das diversas polícias” (Gomes, 2001:1), com

competência a uma determinada área geográfica. Ao contrário dos outros dois modelos de polícia (reativos), este modelo é particularmente proactivo. Pela sua natureza, pode-se dividir em dois grandes subgrupos: um de origem Anglo-holandês e o outro Americano-germânico. O primeiro predomina nos “Estados que se organizam por regiões ou províncias. Neste caso, cada região dispõe de uma polícia, com um significativo grau de autonomia, embora dependentes do respetivo Ministério da Administração Interna” (Oliveira, 2006:100-101) e o segundo, aplica-se aos “Estados Federados, onde cada Estado dispõe da sua própria polícia, com um grau de autonomia bastante importante (...)” (Oliveira, 2006: 101), como por exemplo a Alemanha, Holanda, Espanha, e o Reino Unido.

1.3.1. Modelos de Policiamento

A ação policial no Estado democrático pode assumir um papel importante e decisivo para que a polícia seja aceite na comunidade, ou seja, para que a polícia seja percecionada pelos cidadãos como uma instituição que, de facto, garante a sua segurança (Elias, 2007). Conforme refere Oliveira (2006:15) “(...) o Estado, os sistemas e as organizações de segurança têm que adaptar a sua resposta às necessidades de segurança dos cidadãos e do próprio Estado, enquanto garante do funcionamento das instituições”. Nesta ordem de ideias, um modelo de policiamento “não é mais do que a estratégia concebida que visa alcançar os objetivos, obedecendo às ideias dos decisores” (Silva, cit in Guinote, 2008:12). Ou seja, surge como um processo naturalmente contínuo, onde os decisores deverão estudar as realidades da comunidade do Estado em concreto (Silva, 2008), sendo que no ato da sua materialização, “os modelos de policiamento proactivos têm ganho adeptos, mas têm sido também objeto de grande resistência por sectores mais tradicionalistas, por vezes fruto de preconceitos, sustentados em análises empíricas pouco fundamentadas” (Elias, 2007:527).

1.3.2. Modelo de Policiamento Tradicional

Presentemente, “vivemos numa sociedade que escapa à nossa compreensão teórica e ao nosso domínio prático. A sociedade é complexa pelo aspeto que nos oferece” (Dias, 2012:107), a sua cultura, valores, diferenças, crenças e insegurança, fazem com que a

Polícia adote estratégias para perceber, como intervir no meio da comunidade. Com intuito de perceber e ao mesmo tempo dar respostas aos fenómenos que criam o sentimento de insegurança. Conforme refere Elias (2007), a Polícia consegue exercer autoridade, controlar a ordem e manter a segurança dos cidadãos, diminuindo o sentimento de insegurança, se caminharem para o mesmo objetivo.

Os modelos de policiamento tradicional, segundo Elias (2007), mostraram-se incapazes de perceber estas realidades. É conhecido como o modelo essencialmente reativo, que consiste na resposta rápida as solicitações, afirmou-se, como um modelo que “não reconhecia a relação entre desordem, medo, criminalidade violenta e degradação urbana” (Thivela, cit in George L. Kelling, 2006:27).

O aumento da densidade populacional, criminalidade, das desordens provocadas pelas crescentes desigualdades sociais, a ineficácia das estratégias policiais, relativamente à prevenção e dissuasão da delinquência e ao sentimento de insegurança, fizeram com que a Polícia se distanciasse cada vez mais dos cidadãos (Oliveira cit in Monjardet 2006). Para além disso, Elias afirma (cit in Trojsnowicz, 2007:472) “a restrição da função policial ao combate ao crime, a excessiva confiança no fator tecnológico e o isolamento dos agentes policiais no interior dos carros-patrolha, em detrimento do contacto com os cidadãos (...)”, foram também apontados como uma das causas para o distanciamento da instituição policial aos cidadãos.

Como resultado destes acontecimentos, o modelo de policiamento tradicional passou a ser contestado. Revelou-se como um modelo pouco eficiente na disposição de meios, descurando sobretudo as medidas de prevenção e resolução de problemas. Alguns estudos apontam o modelo tradicional como um modelo que tem como base uma patrulha aleatória sem efeito dissuasores sobre os criminosos “e pelo uso sistemático do poder coercivo da lei para resolver as ocorrências” (Tchivela, 2006:28).

Fruto destes acontecimentos, na década de 60/70, o modelo tradicional tornou-se incapaz de fazer face aos novos problemas sociais que iam surgindo. Ou seja, observou-se que o modelo tradicional de polícia era incapaz de “(...) dar resposta a uma crescente procura de segurança, provocada por uma cada vez maior insegurança nos países ocidentais” (Oliveira cit in Bayley, 2006:116). Face a esta situação, surge a necessidade da Polícia repensar como atuar dentro da diversidade, ou seja, da população.

1.3.3. Modelo de Policiamento Comunitário

Na Europa, “a estratégia de proteção da população e da ordem, através da repressão da criminalidade, que dominou até ao final dos anos 90, revelou-se insuficiente” (Elias, 2007:469). Razão pela qual houve a necessidade de repensar a intervenção da polícia perante o cidadão. Conforme explica Elias, esta nova estratégia “(...) deverá dar lugar a uma atitude proactiva que inspire confiança aos cidadãos na prevenção dos riscos sociais” (2007:469). Uma vez que a nossa sociedade atual está sujeita a rápidas mudanças, nomeadamente “os fenómenos migratórios que provocam alterações na constituição das nossas comunidades, introduzindo novos valores e culturas que, frequentemente, entram em conflitos com valores e cultura existentes” (Damas, 2004:9). A aproximação da polícia à população, possibilita dar “(...) uma resposta diferente aos problemas do cidadão e aos fenómenos que são potenciadores de provocarem sentimentos de insegurança” (Elias, 2007:469).

Na análise deste conceito, constatamos que há uma certa complexidade relativamente a data do seu aparecimento. Mas, sabe-se que os primeiros projetos que deram origem ao modelo de policiamento comunitário surgiram nos países anglo-saxónicos, nomeadamente nos Estados Unidos da América e em Inglaterra, a partir da década de setenta.

Nos Estados Unidos da América, o modelo de policiamento comunitário “(...) nasce para dar resposta aos motins urbanos que deflagravam nas cidades norte-americanas, nos anos 70 e mais tarde em 1992 na cidade de Los Angeles” (Oliveira cit in Brodeur, 2006). Perante este acontecimento, a polícia sentiu-se obrigada em adotar métodos menos onerosos para poder aproximar-se aos diversos segmentos da população norte-americana. Ou seja, a intenção era diminuir as tensões raciais que deflagravam pelas ruas do país (Oliveira cit in Brodeur, 2006). Já em Inglaterra, alguns autores “(como Normandeau e Leighton, 1991, e Smeets e Strebelle, 2000) defendem que o modelo de policiamento comunitário, iniciou-se em Londres, em 1829, com a *London Metropolitan Police*¹⁹, fundada por Robert Peel. “*A polícia é o público e o público é a polícia*” (Silva, 2008:13). Este visava, sobretudo, a aproximação da Polícia ao cidadão. A sua intervenção consistia na resposta à insegurança e aos motins que se verificavam na capital inglesa (Silva, 2008).

¹⁹ Polícia Metropolitana de Londres.

Outros autores defendem que o modelo de policiamento comunitário teve origem nas experiências de *Team Policing* ou *Unit Beat Policing*²⁰, em Aberdeen na Escócia. Caracterizava-se principalmente pela existência de equipas que podiam ter entre cinco a dez elementos, de acordo com as necessidades específicas de cada área (Damas *ci in* Reiner, 2004).

O modelo de policiamento comunitário passou a ser visto como uma “(...) renovação das relações entre a polícia e a população, de forma a tornar as necessidades expressas pela população no princípio da hierarquização das prioridades policiais” (Oliveira, 2006:121), ou seja, o modelo de policiamento comunitário:

“Assenta na descentralização organizacional e na reorientação das patrulhas, com vista a facilitar a dupla comunicação, entre a polícia e o público; pressupõe uma orientação virada para uma ação policial, concentrada na resolução dos problemas; obriga os polícias (a partir do momento que eles definem os problemas locais e as sua prioridades) a estar atentos às solicitações dos cidadãos (...)” (Oliveira *cit in* Skogan, 2006:115).

Esta nova abordagem organizacional reside no trabalho em parceria. Permite a participação dos organismos que compõem a comunidade, como por exemplo, o cidadão a igreja, escola, hospitais, e o próprio Governo, com vista a facilitar a dupla comunicação, sendo que o sucesso do policiamento comunitário, depende da forma como os agentes atuam no cumprimento das suas missões dentro da comunidade, no tratamento da recolha de informação, quer através de contactos formais ou informais. Com esta nova abordagem, os agentes passam estar na primeira linha de atuação e ao mesmo tempo transmitem a imagem da polícia à população, com vista a obter a confiança para a resolução dos problemas. Conforme refere Elias (*cit in* Clemente, 2007:477) “o modelo comunitário reveste-se de várias formas, desde o apeado ao auto. Com isso, a polícia procura incrementar as relações de confiança com cada comunidade local”.

Entretanto, uma maior visibilidade policial e proximidade destes com os cidadãos são consideradas, cada vez, mais fundamentais para a prevenção da criminalidade e delinquência, quer adulta quer juvenil (Elias, 2007).

²⁰ *Team Policing* ou *Unit Beat Policing*, Significam Policiamento Por equipas. A diferença é que o *Team Policing* foi o conceito adoptado em *Aberdeen*, na Escócia. E o *Unit Beat Policing* em *Convetry*, em Inglaterra.

1.3.4. Modelos de Policiamento Proximidade

O modelo de policiamento de proximidade, tal como modelo de policiamento comunitário, privilegia o pilar preventivo. Assenta na vigilância, na informação, na visibilidade e na intervenção legal como fator de prevenção. Apesar de se notarem semelhanças entre as duas (modelo de policiamento e modelo comunitário), contudo existem diferenças visíveis sobretudo ao nível das práticas policiais, ou seja, “no Policiamento Comunitário ocorre uma partilha de competências entre forças policiais e o cidadão” (Silva, 2008:15). Os agentes, para além de serem o garante da segurança e da ordem pública, assumem o papel de conselheiros na prevenção da criminalidade no seio da comunidade.

Relativamente, ao modelo de policiamento proximidade, Oliveira define-o como sendo “uma estratégia, de natureza essencialmente proactiva, que se apoia no trabalho em parceria e que tem por objetivo, através da presença dos elementos policiais sobre o terreno, obter a corresponsabilização de todos atores (Formais e Informais) nas tarefas de segurança” (2006:116). Entretanto, “no Policiamento de Proximidade é o Estado, através das forças policiais, que assume todas as tarefas no processo, sem prejuízo da realização de parcerias, embora nunca abdicando das tarefas que lhe são inerentes por lei” (Silva cit in Elias, 2008:15).

Deste modo, concluímos que a diferença entre os dois modelos de policiamento é fruto da sua adaptação às comunidades e às novas realidades. Relativamente as suas *estratégias*²¹ e *táticas*²², estas servem para melhorar a qualidade de ação e resposta quer no âmbito da prevenção, quer no âmbito da qualidade total do serviço prestado pela instituição policial no seio da população. As estratégias que assentam na prevenção da criminalidade, atualmente, viabilizam a ação policial na prevenção da delinquência.

Após a definição dos modelos de polícia que existem no espaço europeu e os modelos de policiamento, passaremos, de seguida, para o contexto angolano. Pretendemos com o ponto seguinte, identificar qual é o modelo de polícia e de policiamento vigente em Angola, e se realmente serve para prevenir a delinquência juvenil na província de Luanda.

²¹ “É a ciência ou arte de desenvolver e utilizar as forças morais e matérias de uma unidade política ou coligação, a fim de atingirem objetivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (Silva cit in Cabral, 2008: 6).

²² Segundo Silva (2008:8) é a “ciência/arte de utilizar, da melhor maneira, os meios disponíveis em função do ambiente operacional e das facilidades proporcionadas pelas técnica e tendo vista reduzir o adversário”.

1.4. O Caso da Polícia Nacional de Angola

Presentemente, Angola é um Estado democrático de direito. Segundo Santos (2009: 6) “O Estado democrático de direito é o regime político no qual são, respeitados os direitos e as liberdades fundamentais do homem, assegurando-se, a convivência pacífica dos cidadãos (...)”. O mesmo autor diz que (2009:25) “a existência de um Estado, corresponde à organização política de um povo que controla soberanamente um território com o principal objetivo de assegurar o bem-estar da coletividade, razão pela qual os elementos do estado são a população, o território e o aparelho político”.

A Lei de Segurança Nacional (LSN)²³, Lei n.º 12/02 de 16 de Agosto, no n.º 1 do art.º 18, diz que cabe à PN manter a ordem interna no país.

Relativamente ao modelo de polícia e comparando com as definições dadas, chegamos à conclusão que Angola caracteriza-se como tendo um modelo nacional, por ser essencialmente reativo, a sua estrutura organizacional é única para todo território e os seus agentes têm competência para atuar em todo território. É o caso da PN. Tchivela (2006:33) acrescenta que “o modelo de polícia angolano é um misto do modelo nacional e napoleónico, principalmente por se tratar de um modelo centralizado e reativo, cujo objetivo principal é a aplicação da lei e a prossecução dos fins do Estado”. Concordamos quando o autor diz que é um modelo centralizado, porque “pode-se dizer que um País tem uma estrutura policial centralizada quando a direção operacional é dada rotineiramente às subunidades a partir de um único centro de controlo.” (Bayley, 2002: 68). E a PN, como já referimos, depende organicamente e hierarquicamente do Ministério do Interior, e cabe ao mesmo, decidir os assuntos relacionados com a atividade policial.

No que diz respeito, ao Modelo de Policiamento, não há nenhuma fonte digna que nos permita caracterizar o modelo de policiamento na PN. No entanto, baseamo-nos nas definições supracitadas de modelos de policiamento, e na nota explicativa do Regulamento Orgânico do Comando Provincial de Luanda (ROCPL)²⁴, que emana o tipo de atuação que a PN deve adotar perante a comunidade. Sendo assim, o ROCPL diz que a PN tem feito esforços para a eficácia da intervenção policial, adequando a sua atuação para estratégias de natureza preventiva, dando resposta às exigências sociais, com o objetivo de diminuir o fenómeno de insegurança e combater a criminalidade. Mas, o mesmo diploma em análise também diz que “(...) os problemas de segurança que afligem qualquer agregado

²³ Vide anexo XIII.

²⁴ Cfr. ROCPL, pág 3. Vide anexo XIV.

populacional serão combatidos de maneira eficaz se, para além das medidas de carácter repressivo que caracterizam o policiamento tradicional ou clássico, forem desenvolvidas e aplicadas estratégias de natureza preventiva (...)”²⁵. Ou seja, a PN, no que diz respeito ao modelo de policiamento, utiliza o policiamento tradicional. Mas dentro deste modelo de policiamento, a PN tenta adotar estratégias de natureza preventiva.

As estratégias de natureza preventiva que emanam do ROCPL e segundo o Plano de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional de Angola para o Quinquénio 2003/2007 (PMDPN) são:

1. Aumentar as ações de prevenção, através do incremento dos patrulhamentos (apeado e motorizado);
2. Garantir maior sentimento de segurança das populações;
3. Promover iniciativas legislativas em matérias de interesse policial;
4. Adequar a ação policial às necessidades e expectativas da comunidade;
5. Implementar um sistema de policiamento mais próximo do cidadão;
6. Demonstrar à população uma forte determinação em reduzir a incidência ao crime.

É nossa opinião, e concordando com o PMDPN, que a PN, com o fim da guerra civil, tem feitos esforços de assumir a atividade que lhe é inerente, a fim de assegurar a ordem interna, a segurança e a tranquilidade pública, utilizando estratégias que a levam mais próximo ao cidadão.

Mas, por outro lado, também somos de opinião que, para se atingir estes objetivos, a PN deve criar “mecanismos formais (nomeadamente através de diretivas e regulamentos) que estabeleçam regras bem definidas sobre a forma como as diversas componentes da atividade policial (...)” (Elias, 2006:483), irão desenvolver essa atividade. As medidas de prevenção, no que diz respeito a sua aplicação numa determinada zona, devem ser implementadas com base num conhecimento profundo da respetiva área. Para tal, deve haver uma divisão sectorial, que permitirá estudar cada sector consoante a sua comunidade. O que permitirá também, a polícia adequar a sua intervenção com base as necessidades e expectativas da comunidade. Conforme refere Elias (cit in Robert, 2006:486) “não se consegue «policiar» aquilo a que é demasiado estranho”.

Deve, igualmente, abandonar o modelo tradicional que consiste em patrulhas aleatórias, quer seja da forma apeado ou auto. Para uma mais focada a resolução dos

²⁵ Cfr. ROCPL, pág. 3.

problemas, “visando uma aproximação das polícias às populações para que, em conjunto possam encontrar uma resposta diferente aos problemas do cidadão e aos fenómenos que são potenciadores de lhe provocarem sentimento de insegurança” (Elias cit in Trojanowicz, 2006:469).

Para aplicação destas estratégias, e tendo em conta que a Província de Luanda é uma das províncias mais pequenas de Angola, mas com maior número de habitantes (5.851.161 de habitantes), onde a sua população é fruto de uma mescla étnica, é nossa opinião que a PN deve enveredar por um modelo que permita criar parcerias com todas as instituições locais, com vista a assegurar uma real e efetiva mobilização de recurso e potenciar a recolha de informação criminal, para a resolução dos problemas que mais aflige a comunidade local. Mas para tal, deve haver um estudo sobre as “(...) necessidades, interiorização clara dos objetivos previamente definidos, avaliação permanente, reorientação e reajustamento permanente, empenho individual e motivação (...)” (Gomes, 2001:6).

Capítulo II - Polícia Nacional de Angola na Prevenção da Delinquência Juvenil (O Caso da Província de Luanda)

“A infância em si e sobretudo a adolescência são períodos de delinquências (...). Por definição, em virtude da sua fraqueza e da sua ignorância, as crianças e até os adolescentes são uns inadaptados para a vida e para o ambiente dos adultos que os rodeiam” (Campos, 1960:10).

2. Conceito de Delinquência Juvenil

A delinquência juvenil, atualmente, é um fenómeno que tem vindo a preocupar as sociedades. Este é um problema percecionado como a falta de controlo, uma demissão do mundo das suas responsabilidades em relação à geração mais nova (Ferreira, 1997). É neste contexto, que a delinquência juvenil está inserida dentro do tecido da adolescência. Trata-se de um fenómeno específico, com grandes propensões de desvio e de inadaptação do jovem, que indica, na maioria das vezes, carência, conflitos, necessidades e contradições típicas na vida. (Nedel, 2007).

Ao falarmos sobre o conceito da delinquência juvenil, é importante realçar a fase da adolescência. Esta, não é mais do que um período da longa evolução física e mental, vinda desde a infância até a adolescência (Pereira, 1966). Porém, este período é também determinante para a vida do adolescente, dadas as suas fragilidade às influências provenientes do meio envolvente e as novas experiências, que podem ou não contribuir negativamente para o seu desenvolvimento. Podem gerar-se, assim, tendências para comportamentos anti-sociais, que vão desde os comportamentos agressivos, pequenas lutas, vandalismo, fugas de casa, até aos atos mais graves ou atos delinquentes, homicídios, furtos, e rapto (Faria, 2008).

A questão dos atos anti-sociais e a delinquência ou atos delinquentes têm vindo a promover algumas dúvidas quanto a sua definição. Benavente (2002) define os comportamentos anti-sociais como inerentes à adolescência. Estes podem ser analisados como ensaios para expressar ou ganhar autonomia. Para Faria (2008), os comportamentos

anti-sociais refletem as novas aprendizagens adquiridas no contexto familiar, escolar e social. Já para Matos (1978), dentro do terreno criminológico, o conceito de comportamento anti-social é sobretudo aquele que rejeita a sociedade, ou seja, é aquele que, por vezes, se limita a isolar-se.

Relativamente a delinquência ou atos delinquentes, estes são definidos como um “fenómeno dinâmico, versátil e polimórfico, apresentando condutas que variam em termos da sua gravidade” (Faria, 2008:4), como por exemplo os furtos e homicídios que revelam a violação da lei.

Deste modo, concluímos que a delinquência juvenil é entendida como um caso particular de desvio, ou seja, “como uma violação das normas institucionalizadas, partilhadas e reconhecidas como legítimas no interior do sistema social” (Dumbo (2012:83). Faria acrescenta (cit in Negreiros, 2008:5) que é o “modo de agir que viola as normas e expectativas socialmente estabelecidas, incluindo atos considerados pela lei como crime, se forem cometidos por menores”.

2.1. Caracterização Geográfica e Demográfica da Província de Luanda

A pesquisa social, sobretudo em África tem um percurso antigo, Santo & Van Dúnen (2012:276) referem que “Desde o surgimento da antropologia, no século XIX, que se iniciou a análise do continente africano, para se conhecer melhor os seus povos e as suas culturas, com objetivo de se traçarem políticas de colonização mais eficazes” aos povos natos. Os mesmos autores argumentam:

“Os antropólogos e administradores do período colonial ordenaram e classificaram as populações africanas, identificando e demarcando os diferentes grupos em presença. Assim, facilitavam a ocupação e a colonização do território, a organização prática dos recenseamentos demográficos, recrutamento de mão-de-obra e o levantamento de impostos. Na realidade, porém, eles delinearam os territórios de populações, cujas delimitações geográficas eram, muitas vezes, pouco distintas”. (Santos & Van Dúnen, cit in, Dias, 2012: 276).

Angola está “situada na região austral do continente africano, tem uma superfície terrestre de 1246 700 km² e uma costa marítima de 1 650 quilómetros” (Dumbo, 2012: 56). No que diz respeito à divisão administrativa, Angola está dividida em 18 províncias²⁶,

²⁶ Província do Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge, e Zaire.

sendo a província de Luanda a cidade capital do país (Dumbo, 2012). Segundo o mesmo autor, Angola encontra-se no grupo dos países com desenvolvimento humano baixo. Ocupando o 162º lugar, com o valor de 0,446 do índice de desenvolvimento humano, com uma esperança de vida de 41,7 anos e uma taxa de alfabetização de adultos de 67,4% (Dumbo, 2012). Acrescenta este autor que se trata de “um país potencialmente rico, mas a maioria da população é pobre, o que denota o facto de que o forte crescimento económico que o país tem registado, numa média de 20% nos últimos cinco anos, tem uma fraca incidência social” (Dumbo; 2012:58).

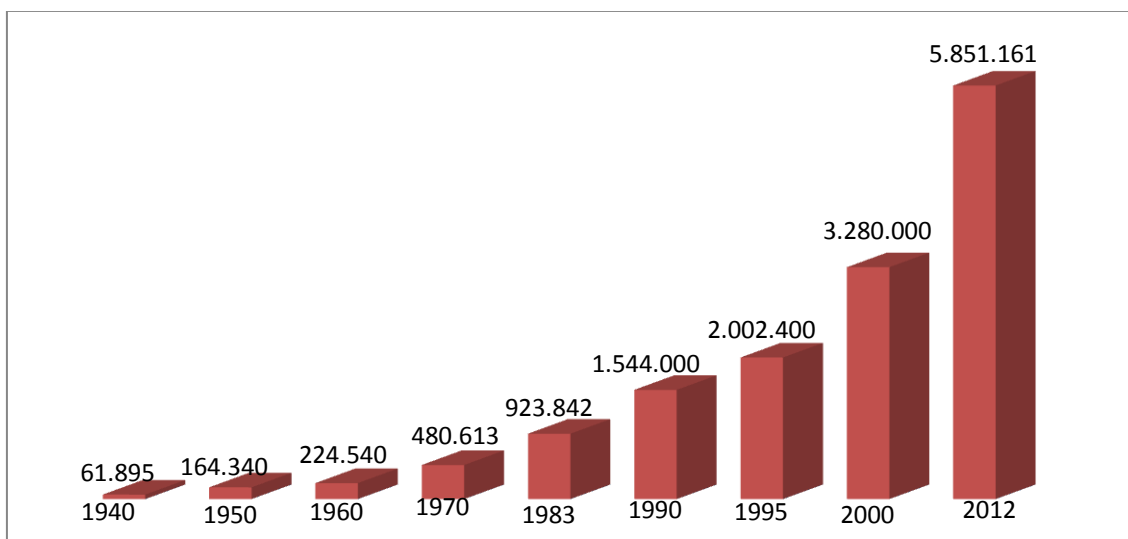
A província de Luanda, do “ponto de vista da diversidade pode ser vista como um mosaico cultural, onde diferentes línguas, usos ou religiões se cruzam de múltiplas formas, produzindo novos referenciais identitários” (Meneses, 2012:40). Etimologicamente, a palavra Luanda tem as suas raízes no *lu-ndandu*, que significa valor ou objeto de comércio e alude à exploração dos pequenos *búzios*, colhidos na ilha de Luanda. Outra versão sobre a origem do nome, Secuma (2012) refere que a palavra Luanda provém do *Axiluando*, que significa homens do mar, nome que foi dado pelos portugueses habitantes na ilha de Luanda.

A província de Luanda tem uma extensão territorial de 2257 km² a qual representa 0,19% do território angolano. “Teve a sua origem num centro urbano criado pelos portugueses no século XVI, cujo mentor foi Paulo Dias de Novais, capitão donatário a quem foi outorgada pelo rei de Portugal uma carta donatária para ali se instalar (...)”. (Meneses & Lopes, 2012: 39). “O mandatário português atracou à região que hoje compõe Luanda em 1576, tendo adotado medidas destinadas a tornar o espaço habitável” (Meneses & Lopes, 2012: 39).

Com o passar dos séculos Luanda tornou-se um porto importante, quer no escoamento de produtos naturais que saíam do interior para a cidade, quer como porto de embarque de escravos para as plantações no Brasil e na América do Norte. Devido a esta intensa atividade portuária, a província de Luanda transformou-se no ponto de encontro de raças e culturas, originando uma sociedade com características e vivências diferentes que ainda hoje perduram.

Desde o tempo colonial até aos dias de hoje, a província de Luanda sofreu um aumento populacional significativo, como podemos ver na figura abaixo. Este aumento populacional trouxe grandes consequências a nível social à província.

Figura I – Crescimento da População da Província de Luanda



Fonte: Adptado (Santos & Van Dúnen, 2012:286).

Santos & Van Dúnen (2012:287) explicam que “O fluxo populacional entre 1940-1950, deve-se por Luanda se ter transformado no maior polo industrial de Angola (...)”. O aumento da exploração mineira, agrícola e a construção do Porto de Luanda facilitaram a exportação e importação dos produtos bem como o aumento o fluxo migratório. Meneses & Lopes (2012) referem que nesta altura, a província de Luanda conheceu um acréscimo importante do fluxo populacional que vinha da Europa e do interior de Angola à procura de melhores condições de vida geradas com a emergência de novos empregos e serviços. Com esta circulação migratória, quer dos europeus quer da população que vinha do interior do país, a província de Luanda sofreu um “aglomerado de populações diversas sob o ponto de vista étnico” (Santos & Van Dúnen, 2012:278). Como resultado desta situação, em 1960, a província de Luanda “contava com 224.540 habitantes, distribuídos pelos diferentes bairros urbanos e suburbanos” (Santos & Van Dúnen, 2012:286). O crescimento populacional na província de Luanda foi evoluindo drasticamente, e ano a ano, sem acompanhamento das autoridades. Este facto fez com que, em 1970, a província de Luanda contasse com 480.613 habitantes.

Após a conquista da independência, não houve nenhuma melhoria no que diz respeito as medidas habitacionais. Aliás, acentuaram-se os problemas e surgiram novos bairros suburbanos (Santos & Van Dúnen, 2012). Face a esta situação, o Conselho da Revolução, para poder gerir administrativamente o território da província de Luanda, criou em 1980 o Decreto n.º 187/80, de 15 de Novembro, que veio regulamentar a Lei n.º 3/80 de 26 de Abril, dividindo e estabelecendo limites aos municípios da província de Luanda

em nove municípios²⁷. Em 1990, com o agravar da guerra civil em Angola, a província de Luanda assiste, novamente, a um aumento significativo da população e uma extensão maciça dos bairros suburbanos (musseques)²⁸.

Atualmente, a província de Luanda, tem cerca de 5.851.161 habitantes e estima-se que 20% da população seja proveniente do interior do país (Bettencourt cit in Gameiro, 2011). Porém, este fluxo migratório tanto no período colonial como no período pós-independência, e principalmente durante a guerra civil e ao não acompanhamento paralelo de criação de novas infra-estruturas, onde se pudesse alojar a população que chegava de origem a uma sobrelotação na província de Luanda. Fruto deste processo, foram cada vez mais aumentando os bairros suburbanos em torno de toda a província de Luanda. Estes bairros são diferenciados por classes, ou seja, nos bairros urbanos estão as elites nacionais, nos peri-urbanos os assimilados, funcionários do escalão médio na hierarquia do funcionalismo público e nos suburbanos a população indígena maioritariamente do interior do país e de outros países, nomeadamente, cabo-verdianos e de São-tomenses (Santos & Van Dúnen, 2012).

Face a este aumento significativo de habitantes, o Governo angolano teve de aglomerar alguns municípios²⁹ e alargar a dimensão do território da província. Defendendo que a “(...) expansão do aglomerado urbano propiciou o crescimento em torno da cidade de Luanda e por conseguinte, os limites territoriais dos municípios encontram-se, agora desajustado ao intenso processo de crescimento da cidade de Luanda (...)”³⁰. Fruto desta argumentação, a província de Luanda deixa de ter nove municípios para passar a ter sete³¹.

2.2. A Delinquência Juvenil na Província de Luanda

Ao analisarmos a delinquência juvenil na província de Luanda, é necessário ter em conta o conceito de menor em Angola. Segundo as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (RMNUAJM – Regras de Beijing)³², Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/33, de 29 de

²⁷ Luanda, Viana, Cacuaco, Samba, Kilamba-Kiixi, Maianga, Cazenga, Rangel e Ingombota.

²⁸ A palavra musseque significa areia ou terra vermelha. Esta era a descrição mais comum da condição geológica que caracterizava o tipo de zonas.(Bettencourt, 2011).

²⁹ Ainda que em Angola chama-se Município, mas equivale à Conselho em Portugal.

³⁰ Ministério da Administração do Território – Direção Nacional de Organização do Território. *Relatório Fundamentação da Divisão Administrativa da província de Luanda*. 2011. Vide anexo XV, pág 1.

³¹ Luanda, Cacuaco, Belas, Viana, cazenga, Icolo e Bengo e Quissama. Vide anexo V.

³² http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex47.htm - Consultado no dia 14 de Março de 2013.

Novembro de 1985, refere que “o menor é qualquer criança ou jovem que, em relação ao sistema jurídico considerado, pode ser punido por um delito, de forma diferente à de um adulto” (1985:3).

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989, retificada pela Resolução n.º 20/90, refere no art.º 1 que a “(...) criança é todo o ser humano, menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”³³. Em Angola, segundo o art.º 24 da CRA “a maioridade só é adquirida aos 18 anos”. O que a dizer que todo o ser humano em Angola, com idade inferior a 18 anos, é considerado menor.

Delinquente juvenil em Angola “é a terminologia atribuída ao indivíduo sujeito à jurisdição de um tribunal de menor, entre a faixa etária dos 12 (limite que se considera corresponder ao início da puberdade) e os 16 anos (idade a partir do qual se considera formada a personalidade, em sentido jurídico-penal)” (Dumbo, 2012:85). O mesmo autor refere ainda que, a delinquência juvenil em Angola é vista pelas autoridades como uma forte ameaça, com tendências para o crime organizado. Porque as crianças em Angola começam, desde muito cedo, a praticar pequenos delitos, que ocorrem no seio familiar, pelo furto de pequenos objetos e valores monetários. Está prática também se verifica nas escolas com pequenos furtos aos colegas, nomeadamente, o lanche, material escolar e telemóveis (Dumbo, 2012).

A província de Luanda, conforme refere Dumbo (2012:87), “é o espaço económico mais importante de Angola, pois é ali que se encontram as industriais do país. Oferece infraestruturas razoavelmente aceitáveis, mas insuficientes frente às demandas e necessidades da população (...)”, ou seja, tendo em conta o número de habitantes que reside na província de Luanda, atualmente, não há infraestruturas com níveis aceitáveis para alojar toda a população. O que faz com que 70,9% da população da província de Luanda resida em bairros suburbanos³⁴, onde constroem casas que não oferecem nenhuma condições.

Num estudo efetuado em 2002 pela Unicef, os indicadores demográficos referentes ao mesmo ano “apontavam para o facto de a população angolana ser caracterizada por uma estrutura etária jovem, com cerca de 47,7% da população idade inferior a 15 anos” (Dumbo, 2012:137). Esta característica torna-se preocupante para as autoridades da

³³ [Http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004) - Consultado no dia 13 de Março de 2013.

³⁴ [Http://www.ine.gov.ao/Angola.html](http://www.ine.gov.ao/Angola.html) - Consultado no dia 15 de Março de 2013.

província de Luanda, porque a idade em que ocorrem as primeiras manifestações de atos anti-sociais em Luanda situa-se entre os 5 aos 10 anos de idade e aos 15 anos os jovens têm tendência de consolidar tais atos (Pimenta, 2010). Conforme refere Negreiros (2008: 41), “a idade em que ocorrem as primeiras manifestações anti-sociais tem vindo a ser reconhecido como um fator crucial para compreender os processos transgressivos mais graves e persistentes”. Porém, é nesta idade que as crianças, na província de Luanda, começam a fazer parte de pequenos bandos de amigos.

Morgado (cit in Selosse, 2012:19) define esses pequenos bandos, como um “agrupamento de indivíduos marginais ou desviantes, que se diferenciam pelas suas ações, na medida em que estas se distanciam e incompatibilizam com os sistemas de referência da sociedade”. Sendo que na província de Luanda estes pequenos bandos “(...) têm uma trajetória histórica que começa no próprio bairro (...)” (Pimenta, 2010:31), com pequenas lutas, arremesso de pedras aos carros que passam na via pública e contra as janelas e portas dos vizinhos. Para posteriormente passarem a assaltos “em residências, estabelecimentos comerciais, por vezes desafiando os agentes da ordem pública, sobretudo em áreas de maior concentração populacional (mercados, ruas, paragens de autocarros, de táxis, escolas primárias e secundárias)” (Pimenta, 2010:31).

2.3. Eventuais Causas da Delinquência Juvenil na Província de Luanda

Após o longo período de guerra em Angola, na província de Luanda, foram implementadas várias reformas políticas, económicas e sociais, com vistas a melhorar as condições de vida da população (Dumbo, 2012). Apesar da guerra civil em Angola ter o seu peso na questão da delinquência juvenil na província de Luanda, com a degradação das condições sociais e económicas da população, atualmente, os grandes vetores do problema da delinquência juvenil têm sido três: a comunidade local, a família e a escola. (Pimenta, 2010).

2.3.1. Comunidade Local

A problemática habitacional nas cidades dos países em desenvolvimento, como é o caso da província de Luanda, tem-se agravado ao longo dos últimos anos em consequência

de uma série de fatores históricos, económicos, políticos, culturais e sociais (Bettencourt, 2011).

Atualmente, a situação habitacional na província de Luanda, é um problema central para uma larga camada da população. Este facto ocorre porque grande parte da população é pobre³⁵ e não tem como pagar uma casa nos centros urbanos. Deste modo, a população procura alojar-se nos bairros suburbanos, desenvolvendo as suas próprias urbanizações, muitas vezes de forma aleatória e sem acompanhamento das instituições responsáveis para o desenvolvimento urbanístico na província de Luanda.

As múltiplas transformações que se refletiram na província de Luanda, nomeadamente no rápido crescimento populacional, afetaram de tal forma a sua estrutura, que hoje, Luanda enfrenta cada vez mais um formato físico disperso, tornando-se cada vez mais difícil de controlar e administrar (Bettencourt, 2011). A província de Luanda “é marcada por uma grande desigualdade social com rendimentos anuais muito díspares” (Bettencourt, 2011:38). O desequilíbrio salarial e a dificuldade de encontrar emprego potenciaram o fenómeno da pobreza. Fruto destes acontecimentos, a população refugia-se nos bairros suburbanos.

Grande parte das construções nestes bairros é ilegal, razão pela qual, há falta de iluminação nas ruas, as casas não são numeradas e têm uma estrutura arquitetónica desadequada, dificultando assim a intervenção da polícia. Apesar de uma ampla heterogeneidade social, económica, e cultural nestas populações, é possível identificar características comuns no que diz respeito às suas condições de vida. Este aspeto, segundo defende de Morgado (cit in Born, 2012) verifica-se devido à tendência que as pessoas desfavorecidas têm em aproximar-se de pessoas que vivem nas mesmas condições de vida, ou seja, a maior parte dos habitantes alimentam-se dos rendimentos provenientes dos mercados informais, o que significa, na província de Luanda, ruas onde a população constrói as suas barracas para vender os seus produtos a preços mais baratos. A venda nos mercados informais em Luanda tornou-se um problema para as autoridades policiais e para as instituições que trabalham em matéria de proteção à criança, porque, muitas famílias tiram as crianças muito cedo da escola para ajudarem os pais nas mais diversas tarefas, nomeadamente no trabalho doméstico, na venda ambulante e nos próprios mercados

³⁵ Lisboa (cit in, Simmel, 2008) refere que o conceito de pobreza tem a ver com o contexto de cada Estado, ou seja, o pobre passa a ser aquele que não reúne os requisitos exigidos para satisfazer essas necessidades específicas.

informais. Outros, ao não identificarem-se com o novo trabalho, optam pela prática de furtos e roubos na via pública, tornando estes últimos, cada vez, mais, uma prática corrente e um estilo de vida comunitária, quer para ajudarem os pais quer para satisfazerem as suas necessidades.

2.3.2. A Família

Segundo Pereira (1966:88), “a família não é apenas uma base de proteção, mas também é um ponto de partida que lhe permite lançar a criança, ou pelos desacatos do mundo ou pela vereda que a leva a porto seguro”. Uma vez que a família é um grupo social que serve de base às estratégias de sobrevivência e reprodução, é essencial que as crianças adquiram no ambiente familiar competências sociais que lhes permitam uma integração social satisfatória. (Dumbo cit in Rodrigos, 2012). Ângela Lisboa acrescenta que estas estratégias devem consistir no “conjunto de ações que os diferentes atores sociais levam a cabo, de um modo deliberado, para integrar a criança na vida social” (cit in Kellerhas, Montandon, 2008:104).

As famílias em Angola, na sua maioria, compreendem um agregado de cinco e seis elementos (Dumbo, 2012). Característica que também se encontra presente na província de Luanda. Esta situação “(...) afeta significativamente as famílias, em muitos casos deixando-as numa situação de fraqueza e dificuldade para assumirem as suas responsabilidades para com as crianças”³⁶. Como já referimos, na província de Luanda, cerca de 79,9% das famílias vivem em condições precárias. Esta situação leva os progenitores a ausentarem-se de casa durante muitas horas, deixando muitas vezes as crianças sozinhas ou com os vizinhos, fazendo com que os mesmos tomem contacto com determinados estádios sociais, provocando uma rotura e alterações no seu comportamento.

Segundo o Intendente Francisco Afonso³⁷, nas famílias angolanas, o fraco poder financeiro decorrente da falta de emprego, falta de diálogo permanente entre pais e filhos no seio familiar, consubstanciado ao mau exercício do poder paternal são algumas das principais causas da delinquência juvenil na província de Luanda. Para além destes aspetos, existem outras causas que têm contribuído para a delinquência juvenil na

³⁶ Cfr. Implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Angola, 2006. *Relatório Inicial Dezembro, 2003*. 1-ª Edição, Luanda, pág 61.

³⁷ Segundo a entrevista ao Intendente Francisco Afonso, chefe do Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil do CPL, no dia 03 de Janeiro de 2013, às 10h00, na DPIC. (Vide anexo IX, Pergunta 6).

província de Luanda, nomeadamente a violência no seio familiar, as famílias desestruturadas e as crianças de rua. Em Luanda, assiste-se com frequência a pais terem certos comportamentos inadequados ao lado dos menores. A consequência disto é que os menores aprendem formas de resolução de conflitos inapropriados para com os seus pares, quer dentro de casa quer fora de casa (Fonseca, 2006).

Relativamente às crianças de rua há dois tipos de crianças a considerar, o primeiro é a criança da rua “que é aquela que, por abandono ou por sua própria escolha, deixou de contactar a família e adaptou a cidade como a sua casa” (Medina, 2008:39). O segundo, trata-se da criança na rua, que é aquela que passa o tempo todo na rua, sem o controlo dos pais ou de outros adultos por eles responsáveis e que despendem a maior parte do tempo, a tentar ganhar dinheiro (Medina, 2008). Porém, na província de Luanda, quer a criança da rua quer a criança na rua, ambas caracterizam-se por ter “um nível de educação muito baixo, ganham dinheiro, principalmente com a lavagem de carros, na venda de jornais e na mendicidade” (Dumbo, 2012:144). Mas, as do segundo tipo são conhecidas, em Luanda, como deslocados de guerra. Dumbo acrescenta que a idade das crianças na rua, na província de Luanda, varia “entre os 6 e 11 anos e jovens adolescentes entre os 12 e os 16 anos” (2012:144).

2.3.3. As Escolas

Segundo Morgado (cit in Ferreira, 2012:17), “a influência da escola e da família na génese da delinquência pode ser descrita através da passagem de uma socialização primária centrada na família para uma socialização secundária baseada na escola e nas relações grupais”. O mesmo autor acrescenta, “que a família é o núcleo primário para a formação da personalidade do jovem” (cit in Amaro, 2012:18), “e que a escola é, por sua vez, o órgão social onde é possível a identificação de um conjunto de problemas, que poderão, ou não, levar à delinquência adolescente” (Morgado, 2012:18).

Na província de Luanda, o ambiente escolar varia muito com a caracterização da comunidade escolar que a integra, ou seja, caracteriza-se consoante a sua organização, localização e a relação entre docentes e alunos. Dados referentes ao ano 2012, indicam que 86,7% dos jovens são analfabetos e que só 12% das crianças frequentam o ensino pré-escolar³⁸. Este facto está diretamente associado com o nível socioeconómico das famílias,

³⁸ [Http://www.ine.gov.ao/Angola.html](http://www.ine.gov.ao/Angola.html) - Consultado no dia 15 de Março de 2013.

da entrada precoce das crianças no mercado do trabalho, a falta de docentes em número suficiente e devidamente qualificados, a insuficiência de infraestruturas, a baixa produtividade do sistema de ensino e a má conduta dos docentes para com os alunos. A má conduta dos docentes com os alunos e a falta de apoio económico das famílias na província de Luanda são fatores que potenciam a inadaptação dos alunos à escola. Sendo que o que o “jovem aprenderá na escola, será determinado pelas suas motivações para aprender, pela oportunidade e pela maneira como a experiência que pretende provocar o processo de aprender lhe for apresentado” (Morgado cit in Wall, 2012:18). Para além disso, a falta de apoio económico, conforme explica Morgado (cit in Born, 2012:18), “as crianças, pertencentes às famílias desfavorecidas a nível económico, mal preparadas e mal acompanhadas, abordam mal o percurso escolar e não conseguem responder às exigências de conformidade e de desempenho que a escola coloca”. Estes aspetos levam a criança a afastar-se do ambiente escolar, ou seja, leva os jovens a não entrarem para a sala de aula, e desperdiçarem o tempo nos arredores da escola com outros seus pares, apresentando por vezes, um comportamento agressivo.

Segundo o Intendente Francisco Afonso³⁹, estes jovens que preferem ficar nos arredores da escola, na sua maioria, ficam a consumir bebidas alcoólicas, substâncias psicotrópicas, e a perturbarem o normal funcionamento da escola. Daqui se promove o caminho para a delinquência juvenil.

2.4. Comando Provincial de Luanda e a Delinquência Juvenil

O art.º 1 do Regulamento Orgânico do Comando Provincial de Luanda (Despacho n.º 172/Gabinete do CGPN/2005) define o Comando Provincial de Luanda como “(...) uma força e serviço militarizado que concorre para garantia da ordem pública e a segurança interna (...)”. O mesmo artigo diz, na parte final, que cabe-lhe defender a legalidade democrática, manter a ordem e a tranquilidade pública, prevenir e combater a delinquência e efetivar o respeito pelo regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. O CPL, segundo o n.º 2 do mesmo artigo, “é um órgão que depende do Comando Geral da Polícia Nacional”, com competência em todo território da

³⁹Segundo a entrevista ao Intendente Francisco Afonso, chefe do Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil do CPL, no dia 03 de Janeiro de 2013, às 10h00, na DPIC. (Vide anexo IX, Pergunta 6).

província de Luanda, obedecendo à hierarquia de comando a todos os níveis da sua estrutura⁴⁰.

O art.º 10 do diploma em análise dispõe que o CPL é comandado por um comandante provincial, com grau de Comissário-Chefe, a quem cabe “comandar, dirigir, coordenar e fiscalizar todos órgãos do respetivo comando”⁴¹, sendo “coadjuvado por um 2º comandante com grau de Subcomissário, com missão de auxiliar o Comandante Provincial de acordo com a área e órgão que lhe for atribuído (...)”⁴². No que diz respeito à sua estrutura orgânica⁴³, o CPL é composto por duas grandes áreas: Área Operacional e a Área de Apoio. Na área operacional, o CPL é composto por um Posto de Comando, Direção Provincial de Ordem Pública, Divisões de Polícia, Direção Provincial de Investigação Criminal, Direção Provincial de Inspeção e Investigação das Atividades Económicas, Unidade de Trânsito, Unidade Operativa de Luanda, Brigada de Segurança Escolar e a Brigada de Segurança Eletrónica. Relativamente à área de apoio, o CPL é composto por um Gabinete de Estudo Informação e Análise, Direção Provincial de Comunicações, Direção Provincial de Registo e Informação, Direção Provincial de Inspeção, Departamento Provincial de Saúde, Departamento Provincial de Informática, Direção Provincial de Recursos Humanos, Direção Provincial de Finanças e Património, Direção Provincial de Logística e Direção Provincial de Assessoria Jurídica.

Tendo em conta o objetivo do trabalho, apenas iremos abordar a Direção de Investigação Criminal, nomeadamente o Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil e a Brigada de Segurança Escolar. Uma vez que, a nível do CPL são órgãos que têm mais contactos com os menores no exercício das suas funções.

2.5.Direção Provincial de Investigação Criminal

O art.º 1 do RODPIC⁴⁴ define a DPIC como um órgão da polícia criminal que depende hierarquicamente do Comando Provincial de Luanda e metodológica e tecnicamente da Direção Nacional de Investigação Criminal. O mesmo artigo também diz que a DPIC, no exercício das suas funções, “(...)coopera com os demais órgãos que intervêm na administração da justiça(...)”. No que diz respeito às suas competências, não

⁴⁰ N.º 3 do art.º 1 do ROCPL. *Vide* anexo XIV.

⁴¹ *Ibidem*, n.º 1 do art.º 10.

⁴² *Idem*.

⁴³ *Vide* anexo VI.

⁴⁴ *Vide* anexo XVII.

nos iremos alongar muito sobre elas. Apenas vamos salientar as mais importantes e, posteriormente, faremos uma pequena abordagem sobre a sua estrutura orgânica, evidenciando o Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil, onde pretendemos analisar quais são as medidas de prevenção ou os métodos que o Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil tem utilizado para prevenir ou combater este fenómeno.

Assim, no que diz respeito a matéria de prevenção criminal, o art.º 3 do diploma em análise atribui competência à DPIC para emanar diretrizes sobre prevenção geral, nomeadamente nas ações destinadas a limitar o número de vítimas da prática de crimes, sobretudo em lugares que favoreçam a prática de delinquência. Relativamente a sua estrutura orgânica⁴⁵, a DPIC é composta por quatro áreas diferentes: Conselho Consultivo; Conselho Técnico; Área Operativa e Área administrativa. Mas, para o nosso trabalho, vamos apenas nos concentrar na Área Operativa, porque é a área que tem a missão de investigar os crimes e dar cumprimentos aos mandados de detenção, revistas e buscas⁴⁶. Sendo assim, a Área Operacional é composta por onze (11) departamentos. Sendo um deles o Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil que, o art.º 24 do mesmo diploma, define como um órgão “ao qual compete a investigação criminal e a instrução preparatória dos crimes praticados por menores inimputáveis, bem como a prevenção da violência contra as crianças (...)”.

Segundo o Intendente Francisco Afonso⁴⁷, O Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil “(...) é o departamento que orienta as linhas mestras sobre os métodos e procedimentos de atuação, quando em presença de um facto praticado por um menor”. Sendo que no exercício das suas funções, sobretudo na prevenção à delinquência juvenil, o Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil (DPDJ), segundo o relatório informativo das atividades operativas desenvolvidas durante o ano de 2012 (RIAO-2012), registou um total de 430 processos de menores⁴⁸, conforme ilustra a figura abaixo.

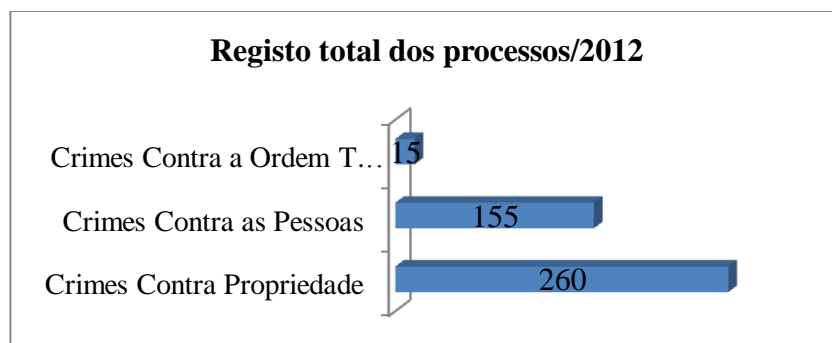
⁴⁵ Vide anexo VII.

⁴⁶ Art.º 19 do RODIPC.

⁴⁷ Segundo a entrevista ao Intendente Francisco Afonso, chefe do Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil do CPL, no dia 03 de Janeiro de 2013, às 10h00, na DPIC. (Vide anexo IX, Pergunta 2)

⁴⁸ Vide anexo XVIII.

Figura II – Ocorrências Criminais/2012.



Fonte: Adaptado do RIAO/2012.

No que diz respeito ao local onde foram praticados os factos ilícitos, 260 dos crimes contra a propriedade foram cometidos na via pública, 180 em assaltos a residências, 18 no comércio, principalmente nos mercados informais e 6 nas escolas. Face a esta situação, segundo o mesmo entrevistado⁴⁹, a DPIC, para fazer face ao fenómeno da delinquência juvenil, tem dado palestras e utilizado os órgãos de comunicação social para sensibilizar, advertir os menores e jovens adolescentes, incidindo fundamentalmente na família, escola e na comunidade.

Contudo, para além das palestras, como meio de sensibilizar os menores, família, comunidade escolar e a comunidade local, devem-se criar estratégias com base na intervenção precoce e nível local. Frequentemente com abordagem multidisciplinar e em parceria para se poder ir ao encontro das causas da delinquência juvenil na província de Luanda. (Figueiredo, 2001). Está intervenção, para surtir efeitos, deve ser junto das famílias das crianças ou jovens e na comunidade local, com intuito de recolher informações sobre o seu estado, avaliar e ajustar permanentemente as nossas atuações, com a finalidade de obter a sua eficiência e eficácia (Figueiredo, 2001).

2.6. Brigada de Segurança Escolar

A BSE surgiu no âmbito da modernização e profissionalização da PN. Tem como principal objetivo garantir da melhor forma a prestação do serviço policial e a segurança dos cidadãos junto das comunidades escolares⁵⁰. O art.º 1 do ROBSB define-o como “uma unidade de forças militarizadas e organizada hierarquicamente na dependência do Comando Provincial”. À BSE compete velar pela prevenção da criminalidade nos

⁴⁹ Segundo a entrevista ao Intendente Francisco Afonso, chefe do Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil do CPL, no dia 03 de Janeiro de 2013, às 10h00, na DPIC. (Vide anexo IX, pergunta 5).

⁵⁰ Cfr. O ROBSE pág 2. Vide anexo XIX.

estabelecimentos escolares, bem como assegurar o policiamento no interior e arredores dos estabelecimentos escolares, com vista a manter e repor a ordem e tranquilidade pública, garantindo o seu normal funcionamento.

No que diz respeito à sua estrutura orgânica, o art.º 10 do mesmo diploma diz que a BSE é composta por um “Comandante da Brigada, 2º Comandante, Operações, Gabinete de Aconselhamento e Apoio, Destacamento de Segurança Escolar, Administração e Apoio, Conselho Operativo e Conselho de Disciplina”. Relativamente a sua intervenção em matéria de prevenção à delinquência juvenil nas comunidades escolares na província de Luanda, a BSE intervém através dos Destacamentos de Segurança Escolar. Estes destacamentos são alocados nas áreas de jurisdição dos territórios das Divisões de Polícia a nível da província, e segundo o art.º 17 do mesmo diploma, os Destacamentos de Segurança Escolar são responsáveis pelo policiamento junto das escolas. Devem no exercício das suas funções promover palestras, seminários referentes a prevenção da delinquência juvenil dentro das escolares, garantir o policiamento auto e apeado, proceder à detenção em flagrante delito e estabelecer parcerias com as direções dos estabelecimentos de ensino⁵¹.

A BSB, durante a atividade de prevenção a delinquência juvenil, em 2012, registou 179 ocorrências⁵². No entanto, segundo o Inspector Campos⁵³, a BSE, para fazer face ao fenómeno da delinquência juvenil na província de Luanda, tem realizado várias palestras de sensibilização, de acordo com os problemas concretos de cada instituição. Tem realizado encontros com as direções das escolas, comissões de moradores, e com os encarregados de educação, com vista a dar resposta aos casos pontuais e a longo prazo.

Deste modo, concluímos que, quer a DPIC quer a BSE, em matéria de prevenção à delinquência juvenil, têm utilizado simplesmente a palestra como meio de sensibilização, ou seja, como uma estratégia para fazer face a delinquência juvenil. Uma vez que as características das escolas na província de Luanda são bastantes variáveis entre si, tal como as comunidades escolares que a compõem, surtiria mais efeito se ajustassem as palestras de sensibilização com estratégias específicas, consoante os problemas diagnosticados nas escolas. No entanto, as estratégias específicas serviriam para atuar concretamente sobre os diversos fatores que favorecem a ocorrência de comportamentos violentos ou agressivos

⁵¹ Cfr. o art.º18 do ROBSE.

⁵² Segundo o relatório da BSE das atividades desenvolvidas durante o ano de 2012 (*Vide* anexo XX).

⁵³ Segundo a entrevista ao Inspector Bartolomeu Campos, chefe das operações da BSE da província de Luanda, no dia 31 de Dezembro de 2012 (*vide* anexo X, pergunta 3).

(Gonçalves, 2009), nomeadamente, nos recreios escolares, na relação entre alunos aos mais diversos níveis, trabalhando a sua auto-estima (Gonçalves, 2009).

Portanto, estas estratégias não devem dirigir-se apenas aos alunos, mas devem envolver também os restantes elementos da comunidade escolar, nomeadamente, professores e funcionários, bem como os pais e a comunidade envolvente. Porque regra geral, como já dissemos, na província de Luanda, as crianças e jovens que têm comportamentos agressivos ou que praticam atos delinquentes, têm uma trajetória histórica que começa no bairro. Sendo a escola “um auxiliar da família no que respeita à educação do jovem, e indo a tarefa do professor além da transmissão de conhecimentos, chegando a assumir funções de conselheiro ou até de confidente” (Morgado cit in Braconnier & Marcelli, 2012:18), é necessário, que as estratégias sejam suficientemente flexíveis para se irem adaptando às mudanças que ocorram de ano para ano, ou mesmo de um período escolar para o outro, quer na escola quer na família e na comunidade local. Já que nem a escola, nem a família e a comunidade local estão isoladas do ambiente social e urbano que as rodeia, devem portanto, estar no centro do processo de socialização das crianças (Lisboa, 2008).

Por outro lado, para uma melhor resposta ao fenómeno da delinquência juvenil, as estratégias devem sempre ser previstas ao nível da prevenção, ou seja, deve-se apostar na intervenção precoce, “no sentido de eliminar as fontes de vulnerabilidade, promovendo o acesso à escola, à profissionalização, à estabilidade do adolescente no seio familiar, com vista a evitar o seu envolvimento em atividades que ponham em risco a paz social” (Dumbo, 2012:238).

CAPÍTULO III - A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES E DE POLÍCIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA JUVENIL ANGOLANO (O CASO DA PROVÍNCIA DE LUANDA)

As organizações judiciárias são elementos centrais dos sistemas judiciais. A forma como o Estado organiza o sistema judicial, quer a nível do territorial, quer no número e a natureza de tribunais judiciais, para resolução de litígios, é determinante para a qualidade, eficiência e eficácia da justiça.

(Gomes & Araújo, 2012:19)

3. Breve Historial da Criação da Sala de Julgado de Menores na Província de Luanda

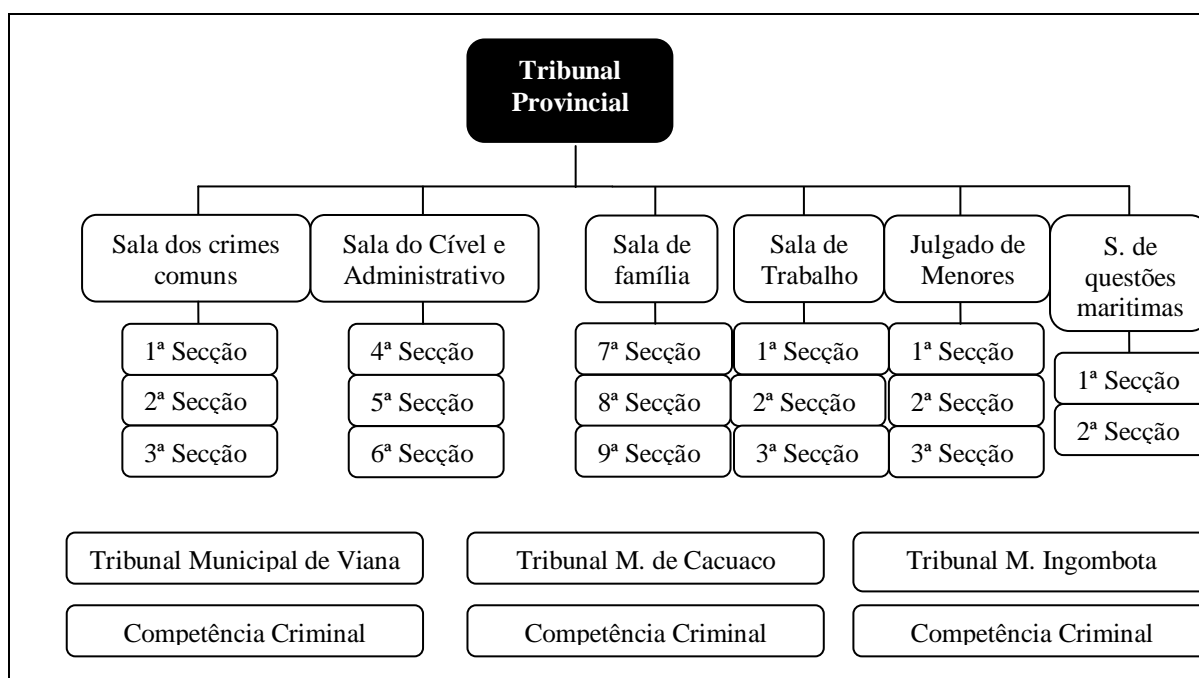
Na Europa, “vários estudos mostram como, em vários países, os modelos estruturais de organização da justiça têm resistido às transformações económicas, sociais e políticas, revelando grande dificuldade em adequar-se aos novos contextos e desafios das sociedades contemporâneas” (Gomes & Araújo cit in Commaille, 2012:20). Em Angola, com exceção das inovações institucionais resultantes do decreto-lei 40 703, de 28 de julho de 1956, que regulava a assistência jurisdicional “(...) aos menores do ultramar, no domínio da prevenção criminal, mediante a aplicação de medidas de proteção, assistência ou educação (...)” (Dumbo, 2012:100), a independência não alterou de forma substancial o modelo de organização do sistema judicial, mantendo, no essencial, durante alguns anos, a mesma estrutura do período colonial (Gomes & Araújo, 2012). Conforme afirma Dumbo (2012: 95), simplesmente “foram feitas algumas adaptações na legislação herdada do sistema colonial (...)”. Porém, as inovações no sistema judicial angolano tiveram início em 1992, com a criação da Lei n.º 23/92 de 16 de Setembro (Lei de revisão constitucional). Esta lei, conforme afirma Gomes & Araújo, (2012:31), “teve um impacto significativo no domínio do poder judicial” angolano, permitiu a evolução do sistema judicial, com vista a sua adaptação ao contexto angolano⁵⁴.

⁵⁴ Vide anexo VIII.

Neste capítulo, pretendemos analisar o Tribunal da Província de Luanda, nomeadamente, o papel da Sala de Julgado de Menores na prevenção da delinquência juvenil na província de Luanda.

No contexto histórico mundial, o Tribunal para os menores nasceu nos Estados Unidos de América no fim do século passado. Foi rapidamente adaptado nos países da Europa pela Bélgica, Inglaterra, França, Suíça, Holanda, Espanha, Itália e Alemanha (Chazal, 1998). Já em Angola, não existe nenhum tribunal de menores, mas sim uma Sala de Julgado de Menores. Segundo Medida (2008:15) “optou-se pela designação de Julgado em vez de Tribunal para atenuar o carácter sancionatório que o termo Tribunal traz”. No entanto, a Sala de Julgados de Menores surgiu no contexto do agravamento do conflito armado, a seguir às eleições de 1992. Conforme refere Gomes & Araújo, as consequências da guerra condicionaram “a criação de um novo órgão judicial (...)” (2012:34), “a morte de milhões de pessoas em resultado do longo conflito armado trouxe a consequente orfandade e abandono de milhares de crianças” (Gomes & Araújo, 2012:34). O país, não estava na altura “dotado de nenhum órgão judicial que respondesse a questões específicas decorrentes desta nova realidade” (Gomes & Araújo, 2012:34). Fruto desta situação, em Abril de 1996, cria-se a Sala do Julgado de Menores através da Lei n.º 9/96 de 19 de Abril dentro da estrutura orgânica do Tribunal Provincial de Luanda, conforme ilustra a figura abaixo.

Figura III. Estrutura Orgânica do Tribunal Provincial de Luanda



Fonte: Adaptado (Gomes & Araújo, 2012:34).

Tendo em conta o objetivo do nosso trabalho, faremos apenas uma pequena abordagem sobre os órgãos da organização judiciária na província de Luanda, incidindo especialmente na Sala de Julgado de Menores, onde pretendemos analisar, como já foi dito o seu papel na prevenção da delinquência juvenil na província de Luanda. Nesta ordem de ideias, a Sala dos Crimes Comuns trata dos crimes de falsificação, burlas, crimes contra a liberdade e a segurança das pessoas, furto, roubo, crimes contra a honra, usurpação de coisa imóvel, incêndio e danos, posse e tráfico de estupefacientes, posse e tráfico de diamantes e crimes rodoviários (Gomes & Araújo, 2012). A Sala do Cível e Administrativo ocupa-se dos litígios da propriedade, quer na perspetiva de bens imóveis essencialmente destinados a habitação, quer na perspetiva do exercício do direito a bens sucessórios (Gomes & Araújo, 2012). A Sala de Família trata dos litígios do exercício do poder paternal, da legalização das uniões de facto, da proteção dos menores, e do direito à filiação e da consagração da igualdade entre todos os filhos. Porém, “em Angola, grande parte das relações neste domínio são reguladas pelos usos e costumes (...)” (Gomes & Araújo, 2012:235), ou seja, um simples acordo entre ambas as partes. Conforme referem estes autores, “O Tribunal só é acionado para a certificação de determinada situação ou, muito raramente, quando a partilha feita segundo o direito costumeiro dá azo a algum litígio que não possa ser resolvido pelas partes ou pelos mecanismos informais de litígios existentes na comunidade” (Gomes & Araújo, 2012:235).

A Sala de Trabalho tem “competência para julgar as questões emergentes de acidentes de trabalho e de doenças profissionais (...), bem como os recursos interpostos de medidas disciplinares aplicadas aos trabalhadores” (Gomes & Araújo, 2012:33). A Sala de Questões Marítimas tem competência para julgar os conflitos surgidos no mar em território angolano. Relativamente aos Tribunais Municipais, estes não exercem quaisquer competências por falta de recursos humanos qualificados, sobretudo juízes (Gomes & Araújo, 2012).

A Sala de Julgado de Menores, criada pela Lei n.º 9/96 de 19 de Abril - Lei de Julgado de Menores (LJM)⁵⁵ regulou os casos relativos às crianças e aos adolescentes que estejam em situação de perigo social ou pré-delinquência (Gomes & Araújo, 2012). O art.º 12 da Lei n.º 9/96 dispõe que compete a Sala de Julgado de Menores aplicar especificamente as medidas de proteção social aos menores de qualquer idade e a aplicação de medidas de prevenção criminal aos menores com idades compreendidas entre os 12 e

⁵⁵ Vide anexo XXI.

aos 16 anos de idade exclusive. Trata-se de uma “sala dentro do Tribunal provincial, com competência especializada, integrada por um juiz de direito e dos peritos assessores com competência para intervir na área da proteção social do menor, na prevenção da delinquência juvenil e em casos de violação do dever de proteção social do menor” (Medina, 2010:55). Tem como objetivo primordial assegurar aos menores a proteção judiciária, a defesa dos seus direitos e interesses e aplicação de medidas adequadas dentro do espírito da lei⁵⁶.

Apesar “de a LJM ter sido elaborada em Abril de 1996, o seu funcionamento só aconteceu no dia 16 de julho de 2003” (Dumbo, 2012:105). Porém, ainda no que diz respeito ao seu funcionamento, segundo a Procuradora da República Junto dos Julgado dos Menores Carla Correia⁵⁷, atualmente, na província de Luanda, só existe uma Sala de Julgado de Menores para atender todos casos relacionados com menores. Este facto, como refere Gomes & Araújo (2012), tendo em conta que a maioria dos processos que passa pela Sala de Julgado de Menores, cerca de 70% são processos de crianças ou jovens que cometem factos qualificados como crimes pela LJM, esta revela-se insuficiente para dar resposta a todos os casos. Portanto, é nossa opinião que deveria haver mais Sala de Julgado de Menores com competência a nível do município, ou seja, seria exequível se os Tribunais municipais estivessem a exercer competência na sua área de jurisdição, e dentro dos mesmos, deve haver uma Sala de Julgado de Menores que trata-se dos casos dos menores na sua área de jurisdição.

Outro facto que tem inviabilizado o funcionamento da Sala de Julgado de Menores no que diz respeito à prevenção da delinquência juvenil é o Centro de Observação, vocacionado para acolher provisoria e temporariamente os menores que comentem factos que a Lei de Julgado de Menores qualifica como crime. Segundo a Procuradora da República Junto dos Julgado dos Menores, Carla Correia⁵⁸, em Angola só existe um Centro de Observação para atender todos os casos relacionados com os menores. A mesma entrevistada⁵⁹ diz que este centro, na prática, serve para manter o menor até ser ouvidos no interrogatório, ou seja, o menor vem da esquadra e é encaminhado para o Centro de Observação. Posteriormente, o diretor do centro faz chegar a participação ao tribunal/secretária da procuradoria-geral da república, e este, manda para o procurador do

⁵⁶ Cfr. O art.º 2 da LJM.

⁵⁷ Segundo a entrevista à Procuradora da República Junto dos Julgado dos Menores Carla Patrícia Correia, no dia 04 de Janeiro de 2013, às 13h30, na Sala de Julgado de Menores. (Vide anexo XI, pergunta 1)

⁵⁸ *Ibidem*, pergunta 6.

⁵⁹ *Idem*.

menor para comprovar os factos que lhe são imputados, para uma possível aplicação de medida que poderá destinar ou não o menor ao Centro de Educação. O Centro de Observação existe apenas na província de Luanda e “tem capacidade para 18 a 20 jovens ou crianças as quais só devem permanecer no Centro durante 20 a 30 dias” (Gomes & Araújo, 2012:243). Este facto faz com que o tempo de resposta aos processos das crianças ou jovens acabe por ultrapassar o tempo previsto no Centro de Observação, razão pela qual, muitas vezes, as crianças acabam por ser soltas para aguardarem em casa sem qualquer limite de tempo e controlo, tornando-se um trabalho pouco plausível na prevenção e combate à delinquência juvenil.

Para além dos factos apontados, afirma ainda à Procuradora da República Junto dos Julgado dos Menores Carla Correia⁶⁰ que, face aos problemas de delinquência juvenil que o país tem vivido atualmente, seria viável se existisse o Centro Educativo na Província de Luanda. Assim, a não existência deste Centro Educativo, e também de técnicos especializados, a LJM não consegue por em prática todas as medidas previstas na Lei.

3.1. Comissão Tutelar dos Menores

A LJM define, no n.º 1 do art.º 26, a Comissão Tutelar dos Menores, como “um órgão permanente e autónomo, não jurisdicional, a quem cabe, em estreita colaboração com o Julgado de Menores, encaminhar os menores sujeitos à sua jurisdição e cooperar na execução das decisões do Julgado de Menores”. Medina (2010) explica que o seu carácter permanente significa que a Comissão Tutelar dos Menores deve funcionar de forma ininterrupta, sem quebra de continuidade, dada a finalidade a que se destina e deve também funcionar em sintonia com outras instituições sociais. Ainda na linha de pensamento da mesma autora, a natureza autónoma da Comissão Tutelar do Menores, embora esteja em estreita interligação com a Sala de Julgado de Menores, não está integrada na sua estrutura funcional, mais sim na do Governo da província de Luanda, possuindo auto-regularização no seu funcionamento (2010). Não é também um órgão jurisdicional, mas sim de natureza social, que serve como meio da Sala de Julgado de Menores intervir no meio social, levando a este o conhecimento de circunstâncias concretas que acontecem do meio social, relativamente aos menores, detetando os casos em que é necessário intervir com

⁶⁰ Segundo a entrevista à Procuradora da República Junto dos Julgado dos Menores Carla Patrícia Correia, no dia 04 de Janeiro de 2013, às 13h30, na Sala de Julgado de Menores. (*Vide* anexo XI, pergunta 3)

emergências e apresentar o menor ao Juiz. Após proferida a decisão do Juiz, cabe ainda à Comissão Tutelar dos Menores executar as medidas decretadas pelo juiz (Medida, 2008), garantindo-as com eficácia.

O n.º 2 do mesmo artigo dispõe que a Comissão Tutelar de Menores deve ser criada em cada Província, “porque constitui o complemento estrutural indispensável ao funcionamento da Sala de Julgado de Menores (...)” (Medina, 2008:73), e deve servir como uma ponte entre a sociedade e a Sala de Julgado de Menores, pois é um órgão que está diretamente entrosado na comunidade (Medina, 2008).

No que diz respeito às suas atribuições, o n.º 1 do art.º 27 dispõe que “são atribuições da Comissão Tutelar de Menores, o encaminhamento do menor ao Julgado de Menores, prestando toda a informação pertinente, o acompanhamento do menor sujeito a medidas provisórias, o acompanhamento e execução das medidas decretadas pela Sala de Julgado de Menores para a sua efetivação”. As medidas provisórias que este artigo refere, segundo Medina (2008:35), “são medidas de carácter urgente, podem surgir como necessárias em diversas circunstâncias, tais como a necessidade de proteção imediata do menor em uma situação de emergência, em que este corra perigo de natureza física ou psíquica, quando seja necessário proibir determinada pessoa de ter contacto com o menor”

Devido às dificuldades que o país tem vivido nos últimos anos, os mecanismos institucionais estabelecidos para a elaboração de esforços para à prevenção da delinquência juvenil e a proteção da criança tem sido bastante ineficazes (Dumbo, 2012). Embora a LJM preveja a criação da Comissão Tutelar Educativa e lhe atribuir competências, esta ainda não está a funcionar. A ausência desta Comissão, segundo (Gomes & Araújo, 2012), “tem como efeito imediato a impossibilidade de aplicação de medidas, como a prestação de trabalho a favor da comunidade, que exigem acompanhamento pela Comissão”. Portanto, torna-se fundamental que se abra uma profunda reflexão sobre esta matéria. Apesar da Comissão não estar a funcionar, o que significa a inexistência de qualquer medidas tutelares ao menores, cabe a Polícia assumir a responsabilidade na prevenção criminal, “(...) recaindo sobre ela/ele a necessidade de salvaguardar todos os meios de prova -, quer inculpem quer inocentem o arguido -, pelo que deve socorrer-se da máxima objetividade e isenção (igualdade/imparcialidade) na promoção das medidas cautelares e de polícia” (Valente, 2012: 288). Promovendo sempre uma maior articulação com as diferentes instâncias e os tribunais, com vista a uma resposta atempada aos fenómenos da delinquência juvenil dentro do “princípio da legalidade, tipicidade, proibição do excesso ou da proporcionalidade (...)” (Valente, 2012:289).

3.2. As Medidas Cautelares e de Polícia no Sistema Juvenil Angolano

A atividade da polícia “(...) gira em torno da vinculação de indivíduos, tendo em vista o controlo de perigos” (Dias, 2012:85), ou seja, a polícia deve pautar a sua intervenção junto dos cidadãos – crianças, jovens, adultos ou velhos – com o respeito e solidificação dos princípios do interesse público sem destruir ou demolir o interesse privado (Valente, 2004). Sendo a Polícia uma instituição com competência na manutenção da ordem, muitas vezes a sua “intervenção como órgão de polícia criminal (OPC) implica que em uma mesma ação tenha de promover atos que se dirigem à preservação dos meios de prova – exames, apreensões, identificações, revistas e buscas (...)” (Valente, 2004:46). Portanto as “Medidas Cautelares e de Polícia são atos cautelares necessários e urgentes da iniciativa dos OPC, de forma a obstar à consumação de crimes e assegurar os meios de prova, os quais devem ser convalidados pela autoridade judiciária competente, para que possam ser incorporadas no processo-crime que está a iniciar ou a decorrer (...)” (Bagina, 2009:245).

As Medidas Cautelares e de Polícia, segundo Bagina (2009), são aquelas que estão previstas no Código do Processo Penal e na demais legislação penal avulsa. Em Angola, o Código do Processo Penal (CPP) é herdado do tempo colonial (Decreto n.º 16 489 de 15 de Fevereiro de 1929). Este “foi mandado aplicar em Angola, pelo decreto n.º 19 271 de 24 de Janeiro de 1931, com as devidas alterações” (Ramos, 2011:57). No que diz respeito aos artigos que revestem a matéria policial, foram muito poucas alterações feitas pelo legislador. Em matéria de menores nomeadamente, as medidas a nível das diligências a efetuar pelos OPC, encontram-se na LJM e no Código do Processo de Julgado de Menores (CPJM)⁶¹. Apesar do legislador consagrar quanto a legitimidade para o procedimento judicial, autuação em caso de violação do dever de proteção social ao menor, mas ao mesmo tempo foi economizador na determinação dos procedimentos quanto aos facto qualificado como crime praticado por menor, nomeadamente, na definição de medidas cautelares e de polícia que são atos que se dirigem à preservação dos meios de prova, sobretudo na questão da apreensão, identificação, detenção, revistas e buscas (Valente, 2005). O legislador, perante este facto consagrou como regime subsidiário o CPP e o Código Processo Civil, em tudo o que for omissivo em matéria de menores. Porém, atendendo aos problemas sociais na província de Luanda, estão totalmente desajustadas,

⁶¹ Vide anexo XXII.

uma vez que, não basta só criar leis, têm também de ser criadas condições para poder aplicá-las.

Nesta ordem de ideias, o Decreto-Lei n.º 6/03 de 28 de Janeiro - Código de Processo do Julgado de Menores (CPJM), veio plasmar e regular os princípios e os direitos que garantem a proteção do menor, nomeadamente na aplicação das medidas impostas aos menores quando aparecem perante a Sala de Julgado de Menores (Medida, 2008). O CPJM reconhece “a necessidade de que a justiça de menores seja uma justiça rápida e flexível, adequada às circunstâncias concretas de cada caso, sem embargo de se acautelarem as garantias processuais e de instrução, para que ela seja aplicada de forma criteriosa e aprofundada” (Medida, 2008:85). Para além disso, coordenou e disciplinou “a atividade dos órgãos a quem incumbe a relevante tarefa de executar e acompanhar as medidas de proteção ao menor judicialmente decretadas” (Medidas, 2008:85). Entretanto, uma vez que cabe aos OPC auxiliar as autoridades judiciárias na administração da justiça nos termos do Código Penal (CP), no CPP e demais legislação complementar, passaremos a analisar os procedimentos cautelares que aos OPC, no processo de justiça de menores, devem ter quando, no exercício das funções se depararem com um menor em risco ou que acabou de cometer um fato que a lei qualifica como crime.

3.2.1. Da Legitimidade

O art.º 9 da LJM atribui a legitimidade para procedimento judicial às autoridades policiais⁶², ou seja, dispõe o dever legal aos OPC de fazer uma participação por factos ilícitos⁶³, sempre que dos factos que constituam infração penal for cometida pelo menor, um auto de notícia quando for cometido contra menor ou quando se tratar de processo de contravenção administrativa⁶⁴.

3.2.2. Da Identificação

O CPJM, a LJM e o CPP não formalizam os procedimentos para a identificação. Apenas a parte final da al. a) do n.º 1 do art.º 23 da Lei de Defesa Nacional dispõe que, “no

⁶² Segundo o art.º 19 da LSN são autoridades policiais, o Comandante Geral, os 2.ºs Comandantes Gerais, os Comandantes Provinciais, os Comandantes Municipais de Polícia (Divisão), os funcionários superiores da PN referidos nos respetivos diplomas (Agentes, Oficiais Subalternos).

⁶³ Cfr. Art.º 2 da CPJM.

⁶⁴ *Ibidem*, art.º 59.

exercício das suas atribuições os órgãos e serviços de ordem interna (...), podem aplicar medidas de polícia (...) bem como a exigência de identificação de qualquer pessoa que se encontre a circular em lugar público ou sujeito à vigilância policial”. Apesar da lei de Defesa Nacional atribuir legitimidade para se proceder a identificação, esta não define os procedimentos. Esta lei cria apenas condições e define as instituições que garantem a manutenção da ordem pública e da segurança do País. No entanto, segundo Inspector Campos⁶⁵, em matéria de menores, principalmente nos estabelecimentos escolares, os OPC atuam consoante a informação que é dada pelos parceiros da comunidade escolar, nomeadamente os diretores da escola e os agentes de segurança que no dia-a-dia vão tendo conhecimentos dos factos que acontecem dentro dos recintos escolares, e nos arredores. Intendente Afonso⁶⁶ refere que a identificação do menor é sempre feita no posto policial, em primeira instância recolhem-se os dados, (nome, idade, filiação, naturalidade, local e residência) que são fornecidas verbalmente pelo próprio menor. Esta, contudo, só é feita no momento da abertura da participação ou do auto de notícia. Para posteriormente serem efetuadas as diligências com intuito de localizar os pais ou tutores, para atestarem na participação ou nos autos a idade do menor, através da cédula pessoal ou bilhete de identidade.

Entretanto, a falta de uma base legal, que preencha as formalidades para a identificação quer no CPP quer CPJM, cria vários procedimentos empíricos por parte dos OPC. Na polícia moderna, conforme refere Valente (2009:246), “a identificação é uma medida cautelar e de polícia que impõe na desenvoltura atos pré-processuais ou processuais sob pena de não se assegurar as provas pessoais, para o futuro contacto e apresentação quer em sede de inquérito⁶⁷ ou de instrução quer em sede de julgamento⁶⁸”. Razão pela qual seria praticável se o legislador criasse uma base legal para formalizar os procedimentos policiais a nível da identificação. Porque “a pessoa a identificar é um cidadão menor” Silva (2002:40). Contudo, e concordando com Silva (2002:40) os OPC ao “procederem à identificação de um menor, sempre que o mesmo se encontre num lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, e sobre o mesmo recaiam fundadas suspeitas da prática de crimes”, “devem informar o menor, “das circunstâncias que fundamentaram a obrigação de identificação” (Silva, 2002:40).

⁶⁵Segundo a entrevista ao Inspector Bartolomeu Campos, chefe das operações da BSE da província de Luanda, no dia 31 de Dezembro de 2012 (vide anexo X, pergunta 6).

⁶⁶Segundo a entrevista ao Intendente Francisco Afonso, chefe do Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil do CPL, no dia 03 de Janeiro de 2013, às 10h00, na DPIC. (Vide anexo IX, Pergunta 9).

⁶⁷ Em Angola chama-se fase de instrução preparatória.

⁶⁸ Fase judicial.

Tendo em conta que o legislador foi parco nas formalidades para identificação quer no CPP quer nas leis de justiça de menores, em nossa opinião, a identificação do menor na esquadra deve ser sempre realizada na impossibilidade de identificar o menor no local da ocorrência e “nunca superior a três horas”, conforme o art.º 50, al. b) da Lei Tutelar Educativa portuguesa.

3.2.3. Da Detenção/Prisão Preventiva

A LJM e CPJM não preveem as formalidades para a detenção de um menor. Mas, por aplicação subsidiária (art.º 81 do CPJM), aplica-se o CPP e ao CPC em tudo que for omissivo na LJM e CPJM. A Lei n.º 18-A/92 de 17 de Julho – Lei da Prisão Preventiva em Instrução Preparatória⁶⁹ revogou os artigos previstos no capítulo VI do CPP, no que diz respeito a prisão preventiva. Esta lei não fala em detenção, simplesmente fala em prisão preventiva em flagrante delito e fora de flagrante delito. Mas, ainda que o legislador fale em prisão preventiva, na realidade os OPC tratam-na por detenção em flagrante delito ou fora de flagrante delito.

O n.º 1 do art.º 5 da Lei 18-A/92 define o flagrante delito como “todo o facto punível que se está cometendo ou que se acabou de cometer”, o n.º 2 do mesmo artigo acrescenta que “reputa-se também como flagrante delito o caso em que o infrator é, logo a seguir a prática da infração, perseguido por qualquer pessoa ou encontrado a seguir a prática da infração com objetos ou sinais que mostrem claramente que a cometeu ou nele participou”.

O n.º 1 do art.º 6 do diploma em análise dispõe que “quando a infração corresponder a pena de prisão, as autoridades ou agentes da autoridade devem, (...) prender os infratores em flagrante delito”. No entanto, segundo Intendente Afonso⁷⁰, em matéria de menores, a detenção baseia-se não só no flagrante delito, mas também no facto praticado, tem que relevar a aplicação da medida de prevenção criminal. Esta medida de prevenção criminal, segundo o art.º 16 da LJM, é decretada aos menores que pratiquem factos tipificados na lei como delitos, cujo idade dos menores deve situar-se “(...)entre os 12 e os 16 anos de idade exclusiva”⁷¹. A LJM não define quais os factos tipificados na lei

⁶⁹ Vide anexo XXIII.

⁷⁰ Segundo a entrevista ao Intendente Francisco Afonso, chefe do Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil do CPL, no dia 03 de Janeiro de 2013, às 10h00, na DPIC. (Vide anexo IX, pergunta 11).

⁷¹ Cfr. al.b) do art.º 12 da LJM.

como delitos, entretanto por aplicação subsidiária do art.º 81 do mesmo diploma e segundo Medina (2008) remete-se para lei penal, por conseguinte no capítulo IV que debruça-se sobre a responsabilidade criminal.

No percurso do nosso estudo, constatamos que o n.º 3 do art.º 39 do CP fala somente nas circunstâncias atenuantes que podem ser aplicadas ao menor de catorze anos, dezoito ou vinte e um anos, ou maior de setenta anos. Uma vez que “ a função de prevenção criminal (...) traduz-se na adoção de medidas adequadas para certas infrações de natureza criminal, que visam a proteção de pessoas e bens e a vigilância de indivíduos e locais suspeitos” (Dias, 2012:44), seria exequível se o legislador definisse quais são os factos que podem ser tipificados como crime quer na LJM quer na CPJM, não só para orientar os OPC nos procedimentos na detenção, mas também para que os menores saibam que ao cometerem determinados factos, a lei qualifica-os como crime.

No que diz respeito à apresentação do detido em flagrante delito ao julgado de menores, o n.º 1 do art.º 9 da Lei 18-A/92 refere que os detidos devem ser entregues ao Magistrado do Ministério Público competente no próprio dia da detenção ou, no prazo máximo de 5 dias, quando não for possível fazer a apresentação nesse dia. Já a prisão fora de flagrante delito, segundo Intendente Afonso⁷², só ocorre no cumprimento de mandado de captura assinado pelo Ministério Público, conforme estipula o n.º 1 do art.º 12 da Lei 18-A/92 sobre a prisão preventiva fora de flagrante delito. No que se refere a apresentação do mesmo, fora de flagrante delito ao Julgado de Menores, o art.º 14 da Lei 18-A/92 exige que “os detidos serão apresentados ao Magistrado do Ministério Público competente no próprio dia da captura, ou no mais curto espaço de tempo possível, sempre que a prisão tenha sido efetuada em local que não permita fazer apresentação nesse dia”. O n.º. 2 do mesmo artigo, dispõe que o “Ministério Público poderá autorizar que a apresentação se faça até ao quinto dia a contar da data de prisão, sempre que a autoridade que a efetuar o requeira e sejam consideradas justificadas as razões invocadas, quando a prisão tiver sido efetuada em local onde não haja Magistrado do Ministério Público”. Em nossa opinião, o legislador, ao pronunciar-se sobre o n.º 2 deste artigo, teve em consideração a falta dos Tribunais municipais na província de Luanda com competência na sua área de jurisdição. Mas este facto, segundo Gomes & Araújo (2012), faz com que os jovens que são detidos

⁷² Segundo a entrevista ao Intendente Francisco Afonso, chefe do Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil do CPL, no dia 03 de Janeiro de 2013, às 10h00, na DPIC. (Vide anexo IX, Pergunta 12).

pela polícia fiquem vários dias na esquadra. “São ouvidos pela polícia e podem ficar detidos uma semana sem envio de imediato (...)” (Gomes & Araújo, 2012:241).

Assim, para concluir esse ponto, dizemos que o legislador, a não definir quais são os factos que a lei qualifica como crime, inviabiliza a ação policial no que diz respeito a detenção do menor. Relativamente ao prazo máximo para apresentar o detido, pensamos que para uma justiça célere no combate e na prevenção da delinquência juvenil, cinco dias é muito. Atendendo a nossa realidade, existindo só um sala de julgados de menores para atender todos os casos da província de Luanda, pensamos que este artigo deveria ser revisto. E no que diz respeito a entrega do detido fora de flagrante delito, uma vez que na província de Luanda não há nenhum centro de detenção para menores, a Comissão Tutelar de Menores, que faz a ponte do meio social ao Tribunal, também não funciona. Somos ainda de opinião que o menor deve sempre ficar na responsabilidade dos representantes legais, ficando eles incumbido de apresentem o menor sempre que fosse notificado pelo Julgado de Menores.

Por outro lado, pensamos que o legislador deve ser mais específico entre detenção e a prisão preventiva, ainda que “em todas as medidas o cidadão fica privado da liberdade por um determinado período de tempo, em princípio o da detenção é o mais reduzido” (Valente, 2009:72), ou seja, “a detenção é uma medida privativa da liberdade meramente cautelar e efetuada, em regra, por OPC. Tem natureza precária, temporária ou provisória (...)” (Valente, 2009:272) e a prisão preventiva é a mais gravosa das medidas de coação, razão pela qual só deve ser aplicada pelo juiz, a sua “aplicação deve obedecer aos princípios da legalidade e da proporcionalidade (...), adequação, exigibilidade ou necessidade (...)” (Valente, 2009:272).

3.2.4. Da Apreensão

A LJM e o CPJM não preveem as formalidades da apreensão. Entretanto, por aplicação subsidiária, do art.º 81 do CPJM encontramos-as basicamente reguladas na Lei n.º 22/94 de 4 de Setembro – Lei das Revistas, Buscas e das Apreensões⁷³. Este diploma revogou a Secção III do Capítulo II do CPP no que diz respeito as apreensões e as buscas, implementou as revistas como uma nova figura ao CPP e, ao mesmo tempo, veio dar

⁷³ Vide anexo XXIV.

competência aos OPC para procederem às apreensões, revistas e buscas em determinadas circunstâncias.

O n.º 1 do art.º 14 do diploma dispõe que são apreendidos os instrumentos que serviram para a execução do crime, bem como todos os outros objetos deixados pelo infrator no local do crime, ou quaisquer outros suscetíveis de servirem como prova. A parte final do mesmo artigo e número exige que os OPC só podem proceder a apreensão quando forem efetuadas no decurso de uma revista ou busca. Caso contrário, às apreensões, conforme dispõe o n.º 2 do art.º 3, só devem ser realizadas pelos OPC em caso de urgência justificada, nomeadamente quando estiverem bens jurídicos em causa, na ausência ou impedimento das autoridades competentes para ordenar. O art.º 15 do diploma em análise exige que depois “das apreensões é sempre lavrado um auto do qual constará a descrição minuciosa da forma como decorreu a diligência, o número de apreensões, qualidade e natureza dos objetos apreendidos, bem como as suas características, a fim de facilitar a sua identificação (...)”. A parte final do mesmo artigo exige que o auto “deverá ser assinado pela entidade que presidiu à diligência e pelas demais pessoas que estiveram presentes, salvo se não puderem ou não quiserem fazer, fato que se fará menção expressa no auto”. Neste caso, sempre que possível, os objetos apreendidos serão anexos ao auto e será fiel depositário o funcionário que receber o processo, que fará menção a isso no auto⁷⁴.

Em matéria de menores, como já temos vindo a dizer, a LJM e CPJM não referem nada. No entanto, aplica-se subsidiariamente a Lei 22/92 no que diz respeito às apreensões. Segundo Intendente Afonso⁷⁵, os objetos que são apreendidos ao menor numa diligência servem como meios de prova, e como tal, acompanham o percurso do processo até ao Julgado de Menores. Em outros casos e com base na decisão do Procurador a nível da Divisão da Polícia, quando os objetos apreendidos revelam-se desnecessário para efeitos de prova, são logo restituídos aos legítimos proprietários sem nunca chegar ao julgados de menores, constando apenas no processo os respetivos termos de entrega, devidamente assinados pelo menor.

⁷⁴ Cfr n.º 1 do art.º 24 da Lei 22/92 de 4 de Setembro.

⁷⁵ Segundo a entrevista ao Intendente Francisco Afonso, chefe do Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil do CPL, no dia 03 de Janeiro de 2013, às 10h00, na DPIC. (*Vide* anexo IX, Pergunta 13).

3.2.5. Das Revistas e Buscas

A LJM e CPJM não formalizam quais os requisitos para se fazer as revistas e as buscas ao menor. No entanto, segundo Intendente Afonso⁷⁶, os OPC atuam como medida cautelar, ou seja, a revista ao menor é feita durante o processo de identificação no posto policial. Os OPC aplicam subsidiariamente a Lei 22/94 para poder-se efetuar a revista a todos os menores que pratiquem factos ilícitos, com o objetivo de obter meios de prova para o processo. No que diz respeito às buscas, segundo o mesmo entrevistado⁷⁷, estas só são concretizadas pelos OPC, quando ordenadas pelo Julgado de Menores.

A Lei n.º 22/94 de 4 Setembro dispõe no n.º 1 do art.º 1 que “sempre que haja suspeitas fundadas, para crer que alguém tem na sua posse qualquer objeto relacionado com a prática de algum crime, ou que possa servir para a prova, pode-se ordenar a revista”. O n.º 2 do mesmo artigo diz que pode-se realizar a busca, se os objetos referidos no número anterior ou a pessoa suspeita da prática do crime, que deve ser presa nos termos da lei, se encontrar em lugar não aberto ao público.

O legislador, ao definir o regime das revistas e das buscas, dispõe no art.º 2 do diploma em análise, que as revistas e as buscas podem ser feitas na fase de instrução preparatória e na fase judicial. Na fase de instrução preparatória, o legislador exige que as revistas e as buscas só devem ser feitas quando estão reunidos os requisitos no art.º 1 da lei em análise, nomeadamente, quando há fundadas suspeitas que alguém oculta um objeto ilícito que pode servir como prova. O n.º 2 do art.º 2 dispõe que na fase judicial, as revistas e as buscas podem ser ordenadas por três figuras: “Pelo juiz da causa, (...) Ministério Público ou a requerimento do réu e assistente”. Para tal, o legislador dispõe no n.º 1 do art.º 6 do diploma em análise, que no início da busca deve-se entregar uma cópia do despacho que a ordenou, onde se deve fazer menção de que durante a busca, o visado pode fazer-se acompanhar ou substituir-se por uma pessoa da sua confiança, desde que se apresente sem delonga. O n.º 2 do mesmo artigo dá a possibilidade da cópia do despacho ser entregue a um parente, vizinho, porteiro ou alguém que o substitua na ausência do visado.

Entretanto, só nos casos de impedimento ou na ausência das autoridades judiciais competentes, para ordenar as revistas e buscas, nomeadamente quando a demora pode por em causa os objetivos da diligência, ou pôr em perigo determinados bens jurídicos

⁷⁶ *Ibidem*, pergunta 10.

⁷⁷ Segundo a entrevista ao Intendente Francisco Afonso, chefe do Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil do CPL, no dia 03 de Janeiro de 2013, às 10h00, na DPIC. (*Vide* anexo IX, Pergunta 12).

legalmente tutelados, quando se tratar de prisão a efetuar nos termos da lei, os OPC podem efetuar as revistas e buscas, carecendo de validação a posterior⁷⁸.

O OPC ao realizar as revistas e buscas a menores “de quem for suspeito da prática de um facto tipificado como crime (...), ou de arguido/detido, sempre que suspeitarem que o mesmo oculta objetos relacionados com o crime que são suscetíveis de servirem de prova e, caso a mesma não se efetuasse poder-se-iam” (Valente, 2005:21), está bem patente que “estamos perante uma medida cautelar e de polícia urgente, cuja utilidade se perderá se não forem realizadas imediatamente” (Valente cit in Gonçalves, 2005:22). Portanto, de acordo com Silva (2002: 50), “aos OPC exige-se o estrito respeito por aqueles pressupostos em ordem a procederem à realização da revista e a iniludível integridade moral e física do menor”, porque, “a revista como medida cautelar e de polícia, é uma medida de exceção” (Valente, 2009:253).

Uma vez que, “nos nossos dias, não podemos afirmar que os menores, com idade compreendida entre os 12 e aos 16 anos, não desenvolvam uma criminalidade a violenta e altamente organizada ou que não sequestrem ou raptem uma pessoa, o que permite que, numa atuação os OPC façam revistas àqueles fora do regime geral”, principalmente na província de Luanda onde as crianças e jovens no seu dia-a-dia, estão sempre propensos a cometeres factos tipificados como crime. Seria exequível se o legislador considera-se, para além das revistas previstas no diploma em análise, a “revista como medida de segurança ou como medida preventiva” (Valente, 2005:24). Em nosso entender, esta medida excecional de polícia, poderia passar por uma “revista sumária” (Valente, 2005:24), quando o OPC suspeitasse que o menor oculta qualquer objeto ilícito, sobretudo nos estabelecimentos de ensino, devido às grandes deficiências arquitetónicas que podemos encontrar nas escolas na província de Luanda. Possibilitando muitas vezes, os alunos quer matriculado quer não matriculados a entrarem no interior da escola com armas brancas e outros objetos proibidos, perturbando o normal funcionamento do estabelecimento de ensino. Esta medida cautelar e de polícia como refere Valente (2005:34) deve consistir simplesmente “nos factos que originaram a intervenção da Polícia e que possam ferir – seringas, navalhas, armas – o menor e o/a agente (...)”

Relativamente à busca e sendo esta concebida como um meio de obtenção de prova, que serviram de instrumentos às autoridades judiciárias para investigar e recolher prova (Silva cit in Germano, 2002), o OPC deve observar as formalidades legais, sobretudo nas

⁷⁸ Cfr. N.º2, al. a e b) do art.º 3 da Lei 22/94 de 4 Setembro.

buscas domiciliária, as quais não são admitidas sem a prévia autorização do juiz ou o consentimento do visado, por lesarem direitos fundamentais⁷⁹.

3.2.6. Da Autuação

A al. a) do art.º 12 da LJM dispõe que “compete ao Julgado de Menores aplicar as medidas de proteção social aos menores de qualquer idade”. Estas medidas de proteção social, segundo o art.º 14 do diploma em análise, devem ser aplicadas quando está em causa o bem-estar físico ou moral do menor, nomeadamente, quando forem vítimas de maus-tratos físicos, morais ou negligência, por parte de quem os tenha à sua guarda, abandono ou desamparo, quando mostrem-se gravemente inadaptados à disciplina da família e da comunidade, quando são utilizados como mão-de-obra e estejam sujeitos a esforços físicos suscetíveis de causar lesões graves e quando se dediquem à mendicidade, vadiagem, prostituição e libertinagem, ou façam uso de bebidas alcoólicas ou de estupefacientes. Portanto, o art.º 15 da lei em análise dispõe que as medidas de proteção social são sobretudo a permanência em casa dos pais ou tutores ou outros responsáveis, mediante acompanhamento do Julgado de Menores, imposição de regras de conduta, a inscrição e frequência obrigatória em estabelecimentos de ensino, e inscrição em centros de formação profissional.

O legislador, ao pronunciar-se sobre as medidas de proteção social, dispõe no art.º 59 n.º 1, al. b) da CPJM, determina que os agentes da polícia e os funcionários do Instituto Nacional de Criança⁸⁰ e do Ministério de Assistência e Reinserção Social têm poder de autuar, por violação do dever de proteção social ao menor. Mas para tal, o legislador, parte final na do mesmo artigo e alínea, exige que estejam “devidamente credenciados pela Comissão Tutelar de Menores”. Portanto, sempre que, no exercício das suas funções, os agentes policiais presenciarem qualquer infração relacionada com a violação do dever de proteção social do menor deve levantar ou mandar levantar o auto de notícia, “onde deve constar se foi ou não verificado pelo autuante”⁸¹ e todos os factos que constituírem a infração⁸². Enviando para juiz de menores no prazo de 24 horas⁸³.

⁷⁹ Cfr. Art.º33 da CRA, conjugado com o art.º7 da Lei 22/94 de 4 Setembro – Das Revistas, Buscas e Apreensões.

⁸⁰ O Instituto Nacional da Criança (INAC), é uma instituição pública, incumbida de garantir a nível nacional a execução das políticas do Governo da proteção social da criança.

⁸¹ Cfr o n.º 1 do art.º 60 do CPJM.

⁸² *Idem*, n.º 2.

É nossa opinião que o legislador ao criar lei, e ao atribuir competências à Comissão Tutelar na província de Luanda, não previa que a mesma não iria funcionar. No entanto, atualmente, por impossibilidade desta Comissão, OPC não têm como ser credenciados. Este facto faz com que os OPC ao presenciarem a violação do dever de proteção social do menor, ao invés de atuarem, simplesmente aconselham os pais ou tutores dos menores que cometeram a infração. Nesta ordem de ideias, e como já dissemos, cabe aos OPC auxiliar as autoridades judiciais na administração da justiça nos termos do CPP e demais legislação complementar. Cooperam com os demais órgãos que intervêm na administração da justiça, com fim de garantir a ordem pública e a segurança Interna, nomeadamente na prevenção da delinquência juvenil e no combate à criminalidade. Portanto, em nosso entender, os OPC devem ser credenciados pela Sala de Julgado de Menores que é órgão tutelar na justiça de menores, para poderem exercer as suas competência que estão previstas no artigo 59 do CPJM (poder de atuar por violação, dever de proteção social ao menor).

⁸³ *Ibidem*, art.º 61.

Conclusão

Para concluir este trabalho, faremos uma ponte nos assuntos abordados nos três capítulos, com vista a retirar as ilações finais sobre o tema que nos propusemos abordar. A intervenção da Polícia angolana na prevenção à Delinquência Juvenil – A importância das Medidas Cautelares e de Polícia no Sistema de Justiça angolano (o caso da província de Luanda), assim como verificar se foram cumpridos os objetivos traçados no começo do estudo e se foram confirmadas ou infirmadas as hipóteses levantadas.

No primeiro capítulo foram lançadas algumas bases sobre o conceito de Polícia de um Estado de direito democrático, e as diversas formas de atuação. Dando especial atenção aos modelos de polícia e de policiamento como forma de prevenir a delinquência juvenil. Passamos depois para o contexto angolano, tentando compreender qual é o modelo e polícia e de policiamento vigente em Angola e se este está realmente voltado para prevenir a delinquência juvenil na província de Luanda. Nesta ordem de ideias, concluímos que o percurso histórico da PN teve um impacto significativo para a sua identidade. Apesar da PN nos últimos anos ter feito esforços para assumir a atividade que lhe é inerente, a fim de assegurar a ordem interna, a segurança e a tranquilidade pública, utilizando estratégias que a levam mais próximo ao cidadão, esta é ainda marcada pelo modelo de policiamento reativo.

Assim, podemos confirmar que umas das dificuldades da PN na prevenção da delinquência juvenil na província de Luanda tem sido a falta de estratégias policiais no domínio da prevenção e a não colaboração por parte da população. No entanto, verificou-se também, que existe uma fraca relação entre a PN e as outras instituições locais, sobretudo à nível da prevenção da criminalidade, ou seja, existe uma fraca colaboração da PN com as restantes instituições locais com vista a assegurar uma real e efetiva mobilização de recurso e potenciar a recolha de informação criminal, para a resolução dos problemas que mais aflige a comunidade local. O ideal seria a PN abandonar o modelo de policiamento reativo e enveredar por um caminho a leve mais próximo ao cidadão com vista a obter informações criminais, para uma efetiva prevenção.

Entretanto, deve também criar mecanismos formais, nomeadamente através de diretivas estratégicas e regulamentos, para orientar a atuação junto do cidadão, e ao mesmo tempo, permitir uma análise profunda do tecido comunitário, onde a polícia desenvolve a sua ação com vista a prevenir a delinquência juvenil na província de Luanda. Porque a delinquência juvenil na província de Luanda como dissemos, tem uma trajetória histórica

que começa no próprio bairro, nomeadamente, com pequenas lutas, pelo furto de pequenos objetos e valores monetários no seio familiar, arremesso de pedras aos carros que passam na via pública e às janelas e portas dos vizinhos, para posteriormente passarem ao crime organizado, nomeadamente assaltos a residências, na via pública e nos estabelecimentos escolares.

Relativamente ao segundo capítulo, tentamos traçar uma caracterização sociológica da delinquência juvenil na província de Luanda, evidenciando as suas causas, práticas e características mais constantes. Nesta ordem de ideias verificou-se que à delinquência juvenil em Angola se encontra, sobretudo, nos jovens que estão sujeitos à jurisdição de um tribunal de menores. A delinquência na província de Luanda, conforme refere Dumbo (cit in Abílio, 2012), é um fenómeno altamente complexo, e de difícil medição, devido aos vários constrangimentos para poder-se chegar a uma aproximação sobre a sua realidade. Contudo, apesar da guerra ter contribuído para a delinquência juvenil, atualmente, apontamos como causas da delinquência juvenil na província de Luanda, o meio familiar, a comunidade escolar e social, ou seja, em Luanda existem várias famílias com fraco poder financeiro, decorrente da falta de emprego, o que potencia a violência no seio familiar e o trabalho precoce das crianças, levando, no entanto, a criança a ter comportamentos delinquentes devido ao agravamento deste problema, consubstanciando-se com uma profunda crise moral, observada nas famílias angolanas.

Os agentes da PN, face a esta problemática, devem optar por estratégias de proximidade, atuando sobretudo junto das famílias, das crianças com intuito de recolher informações sobre o seu estado. A nível dos estabelecimentos de ensino, e tendo em conta a deficiência da arquiteturas das escolas seria preferível que a intervenção fosse junto da comunidade escolar, nomeadamente no policiamento saturado, com vista a eliminar as fontes de vulnerabilidade existentes nos estabelecimentos escolares.

É importante referir que, atualmente, o Estado angolano tem feito esforços no sentido de diminuir os bairros suburbanos (musseques). Razão pela qual, e tendo em conta o número de habitantes na província de Luanda (5.851.161), a dimensão do território da província de Luanda foi alargado. Implementaram-se novas infra-estruturas, como por exemplo o projeto do kilamba Kiaxi, Zango, têm-se feito esforços para pôr iluminação nos bairros e construído novas estradas para facilitar a circulação, quer dos habitantes quer da polícia no interior dos bairros, com vista a facilitar a ação policial e a integração e o melhoramento dos bairros suburbanos.

Ainda no que diz respeito aos estabelecimentos escolares, o Estado angolano, face a esta situação, tem feito esforços consideráveis, com vista a melhorar o sistema educativo, quer a nível da construção de infraestruturas (escolas), quer a nível do investimento em recursos humanos, para tentar colmatar este défice elevado de crianças fora do sistema escolar e de docentes desqualificados (Dumbo, 2012). O papel do Estado não é mais do que adotar medidas que visam o bem-estar da população e a segurança, ou seja, passa por ajudar os que necessitam e dar assistência através de programas de natureza multilateral. Procura salvaguardar o bom funcionamento da sociedade. Porque na verdade, a assistência tem como objetivo impedir que os mais necessitados se tornem inimigos ativos e perigosos para a sociedade (Lisboa, 2008).

Quanto ao terceiro capítulo, e por forma a confirmar a última hipótese do trabalho, relativamente se falta de ações conjuntas no domínio da prevenção, entre a PN e o sistema de julgados de menores, e o não reconhecimento das medidas cautelares e de polícia, têm dificultado a intervenção da PN na prevenção da delinquência juvenil na província de Luanda. Para Tal, foi feita uma resenha histórica sobre o Sistema de Justiça de Menores em Angola, com o objetivo de compreender a sua evolução, nomeadamente, no que diz respeito à Sala de Julgado de Menores, destacando a importância das medidas cautelares e polícia no sistema de justiça juvenil, referindo, simplesmente o caso da província de Luanda. Sendo assim, verificou-se que o conflito armado em Angola condicionou a evolução do sistema de Justiça de menores em Angola.

Nesta ordem de ideias, podemos confirmar que existe uma fraca colaboração entre a PN e a Sala de Julgado de Menores. Apesar do legislador ser parco no que diz respeito as medidas cautelares e de polícia, nomeadamente nos procedimentos que os OPC devem adotar perante um menor, estas, fazem com que algumas entidades que garantem a proteção do menor trabalhem de forma empírica. Confirmou-se por outro lado que a delinquência juvenil não está simplesmente centrada nas causas (famílias, comunidade escolar e comunidade local), mas também, nas deficiências que as instituições incumbidas na proteção e justiça de menores apresentam, nomeadamente na Comissão Tutelar de Menores que deveria funcionar, porque é um órgão que colabora com a Sala de Julgado de Menores, na execução das medidas e no acompanhamento das mesmas. Sobretudo no que diz respeito aos jovens que cometem atos que a lei qualifica como crime, a falta de um centro de detenção para as crianças e centro de educação, faz com que não sejam aplicados quaisquer medidas ao menor. Neste contexto, o trabalho da polícia torna-se assaz ineficaz na prevenção da delinquência juvenil.

Verificou-se também que a falta de articulação entre a Sala de Julgado de Menores e a Polícia, tem tido um impacto negativo na prevenção da delinquência juvenil. Deste modo, é importante que se desenvolvam parcerias com vista a prevenir fenómeno da delinquência da juvenil.

Ainda no que diz respeito às medidas cautelares e de polícia, os OPC só poderão ter uma atuação preventiva desde que consigam descobrir, recolher, conservar, examinar e interpretar provas reais e localizar, contactar e apresentar as provas pessoais à Justiça de Menores. (Valente, 2001). Sendo assim, recomenda-se aos OPC uma atuação preventiva, tendo sempre presente os direitos dos menores. Sendo que a melhor resposta ao fenómeno da delinquência juvenil na província de Luanda é apostar na prevenção, no sentido de se eliminar as vulnerabilidades das crianças, criar bases legais que orienta e define taxativamente os procedimentos policiais, com objetivo de serem eliminadas as omissões existentes na legislação das medidas de prevenção criminal. (Dumbo, 2012).

É importante referir também, que deve-se procurar formas de ativar o funcionamento dos tribunais municipais na província de Luanda.

O Autor

Myuller André do Espírito Inácio

Bibliografia

ABRIEL, Laura Tatiana Brandão Araújo Seara, 2009. *A Delinquência Juvenil*. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. (Dissertação de Mestrado na Área de Direito Penal).

AMARAL, Freitas do Diogo, 1996. *Curso de Direito Administrativo Vol. I*. 2.ª Edição, Livraria Almedina Coimbra.

BAGINA, Carrilho, 2009. *Medidas de Polícia Versus Mediadas Cautelares e de Polícia*. (Estudos Comemorativos dos 25 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em Homenagem aos Superintendente-Chefe Afonso de Almeida). Edições Almedina. SA

BAYLEY, David H., 2002. *Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa*. 2.ª Edição São Paulo – Brazil.

CAETANO, Marcello, 1990. *Manual de Direito Administrativo Vol.II*, 10.ª Edição, Livraria Almedina Coimbra.

CAMPOS, António Alves de, 1960. *Delinquência Juvenil – Análise do Problema em vários Países do Mundo, Sobretudo na América*.

CHAZAL, Jean, 1981. *Delinquência Juvenil*. Lisboa 1.ª Edição.

CLEMENTE, Pedro José Lopes, 1998. *Da Polícia de Ordem Pública*. (Dissertação de Mestrado em Estratégia. Lisboa

_____, 2000. *A Polícia em Portugal: da Dimensão Política Contemporânea da Seguridade Pública* (Tese de Doutoramento em Ciências Sociais) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa.

DAMAS, Adelina da Graça Avó, 2004. *Comunidades Migrantes, Criminalidade e Integração Social – Estudo de Caso do programa de Policiamento de Proximidade no Bairro “ Urbanização dos Terraços da Ponte”*. Lisboa Universidade Aberta. (Tese de Mestrado em Relações Interculturais);

DIAS, Valente Hélder, 2012. *Metamorfoses da Polícia – Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Edições Almedina SA. Coimbra.

DUMBO, Maria Luzia N., 2012. *A Delinquência Juvenil em Luanda*. Edições Ecopy.

DURÃO, Susana, 2008. *Patrulha e Proximidade Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. Edições Almedina, SA.

ELIAS, Luís, 2007. *Policimento de Proximidade: Desafios e Perspetivas Futuras*, in revista PSP, n.º 5 III Série.

FARIA, Marta Bonifácio Ferreira, 2008. *O auto-conceito e a resolução de problemas na delinquência juvenil*. Porto. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. (Tese de Mestrado Integrado em Psicologia).

FEIJÓ, Carlos, 2003. *A Produção de Informações de Segurança no Estado Democrático de Direito – O caso angolano*. Edição, S. João do Estoril – Cascais.

FERNANDO, Emídio, 2012. *Jonas Savimbi – No lado Errado da história*, 1º Edição, Publicações Dom Quixote. 1º.

FERNANDES, Sofia Benilde, 2008. *Delinquência juvenil em Portugal: Diferentes formas de Expressão em Meios Urbanos e em Meios Rurais? Estudo Exploratório e Comparativo da Delinquência Juvenil em População Estudantil de Cinco Conselhos Portugueses com Características Urbanas e Rurais e Situados no Litoral e no Interior do País*. Porto. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. (Tese de Mestrado Integrado em Psicologia).

FERREIRA, Pedro Moura, 1997. «*Delinquência Juvenil*», *Família e Escola – Analise Social*. Vol. Xxxii (143) – Lisboa.

FIGUEIREDO, João, 2001. *Infância e Juventude - Medidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil*, in revista do Instituto de Reinserção Social.

FONSECA, Margarida Vitória, 2006 “*A Família*” in revista da PSP n.º 001 III Série Trimestral – Outubro/Dezembro.

FONTES, Martins, 1985. *A Criança Agressiva*. 1.º Edição. Brasil.

GOMES, Conceição, **ARAÚJO**, Raul, 2012. *A Luta pela relevância social e política: os tribunais judiciais em Angola - Luanda e Justiça. Pluralismo jurídico numa sociedade em transformação, volume II*. Edições Almedina, S.A. Coimbra.

GOMES, Paulo Valente et al., *Modelos de Policiamento*, Separata, n.º 128, Março/ Abril 2001, Lisboa: Revista Polícia Portuguesa.

KAZDIN, E. Alan, **CASAL**, Buela-Gualberto, 2001. *Conduta anti-social. Avaliação, tratamento e Prevenção na Infância e na adolescência*. Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.

LISBOA, Ângela Maria Patrício, 2008. *“A Pobreza, um Livre-trânsito para a Delinquência Juvenil?”* Lisboa. Tese de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações. (Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão).

MEDINA, Maria do Carmo, 2010. *Direito Infante – Juvenil*. 1ª Edição, Luanda.

_____, 2008. *Lei do Julgado de Menores Código de Processo do Julgado de Menores Anotados*, 2.º Edição Revista e Atualizada.

MENESES, Maria Paula, **LOPES**, Júlio, 2012. *O Direito por fora do Direito: As Instâncias Extra-Judiciais de Resolução de Conflitos em Luanda*. Edições Almedina, S.A. Coimbra.

MIRANDA, Jorge, 2003. *Estudos de Direito de Polícia – 1º Volume: Seminário de Direito Administrativo de 2001/2002*. Associação Académica da faculdade Direito Lisboa-2003

NEDEL, Christian, 2007. *Justiça instantânea: Uma análise dos mecanismos de integração operacional para o atendimento inicial de adolescentes em conflito com a lei*. Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do rio grande do sul faculdade de direito. (Dissertação para obtenção do título de Mestrado, pelo programa de Pós – Graduação em Ciências Criminais).

NEGALHA, Elias de Medeiros, 1993. *Os meninos da Ruas*. Edições Paulistas-São Paulo.

NETO, Bartolomeu Miguel, 2010. *Informações Policiais: Importância na Tomada de Decisão na Polícia Nacional de Angola (O caso do Comando Provincial do Kuanza-Norte)*. Lisboa ISCP SI. (Dissertação de Mestrado Integrado em Ciência Policiais)

NOVAIS, Jorge Reis, 2006. *Contributo para uma Teoria do Estado de Direito*, Edições Almedina, S.A.

OLIVEIRA, José Ferreira de, 2006. *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento, A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Edições Almedina, SA.

PIMENTA, Maria da Encarnação, 2010. *Eventuais Causas E Consequências Da Delinquência Em Angola - Modelos de Delinquência Volume I*. 2.^a Edição, Lisboa.

_____, Maria da Encarnação, 2010. *Quem Produz Delinquentes - Modelos de Delinquência Volume II*. 2.^a Edição, Lisboa.

RAMOS, Vasco A. Grandão, 2011. *Direito Processual Penal – Noções Fundamentais*. 6.^o Edição, Faculdade de Direito de Angola.

SANTOS, Boaventura de Sousa, **VAN DÚNEN**, José Octávio Serra, 2012. *Sociedade e Estado em Construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola*. Edições Almedina, S.A. Coimbra.

SANTOS, Bruno Manuel Amorim dos, 2011. *Delinquência Juvenil: A percepção dos jovens relativamente ao crime e à violência*. Lisboa ISCPSI (Dissertação Final de Mestrado Integrado em Ciência Policiais);

SANTOS, Sebastião dos Victoriano, 2009. *A Formação de um Estado Democrático de Direito: O caso Angolano - Em que medidas o Estado democrático de direito é essencial no processo de reconciliação dos Angolanos?* Lisboa Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Dissertação de Mestrado no Curso de Ciência Política).

SANTOS, Paula do Espírito, 2010. *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais – Gênese, Fundamentos e Problemas*. 1.^a Edição. Lisboa

SEMEDO, José Corsino Mendes, 2011. *Delinquência Juvenil: O fenómeno “Thug” na Cidade da Praia*. Lisboa ISCPSI. (Dissertação Final de Mestrado Integrado em Ciência Policiais)

SILVA, André Rodrigues dos Santos de Almeida e, 2008. *A Aplicabilidade do Policiamento pelas Informações no Modelo Integral de Policiamento*. Lisboa: ISCPSI. (Monografia Final de Licenciatura em Ciência Policiais)

SILVA, P.P. (1966). *Alguns aspetos e causas da nossa delinquência juvenil*. Lisboa: Edição do Autor (fora do mercado).

SILVA, Lúcia M. R. A, 2008. *Das Medidas Cautelares e de Polícia no Processo Tutelar Educativo – Um Apelo à Polícia* -. Lisboa: ISCPSI. (Monografia Final de Licenciatura em Ciências Policiais)

STRECHT, Pedro, 2000. *Crescer Vazio – Repercussões Psíquicas do Abandono Negligência e Maus Tratos em Crianças e Adolescentes*. 3.º Edição. Lisboa.

RAPOSO, João, 2006. *Direito Policial Tomo I*. Edições Almedina, SA. Coimbra.

VALENTE, Monteiro Guedes Manuel, 2009. *Teoria Geral do Direito Policial*. 2º Edição Almedina. SA

_____, 2005. *Revistas e Buscas*. 2.º Edição, Almedina, SA.

_____, 2005. *Dos Órgãos de Polícia Criminal – Natureza. Investigação. Cooperação*. Edição Almedina Coimbra.

_____, & **MULAS**, Nieves Sanz, 2003. *Direito de Menores Estudo Luso-Hispânico Sobre Menores em Perigo e Delinquência Juvenil*. 1ª Edição, Lisboa.

_____, 2011. *Do Ministério Público e da Polícia – Prevenção Criminal e Ação Penal como Execução de uma Política Criminal do Ser Humano*. Lisboa (Tese de apresentada à Universidade católica Portuguesa para a obtenção do grau de doutor em Direito-Direito Penal).

_____, 2012. *Teoria Geral do Direito Policial*. 3.º Edição, Almedina, SA.

_____, 2001, *Delinquência Juvenil – Um novo Modelo de Intervenção – uma atitude diferente dos Órgãos de Polícia Criminal*, in revista PSP, ano LXIV. Série II. Bimestral. N.º 129. Maio/Junho. 2001.

Legislação Angolana

Constituição da República de Angola.

Código Processo Penal de Angola.

✓ Alterado pela Lei n.º 22/92 de 4 de Setembro – Revistas, Buscas e Apreensões.

✓ Alterado pela Lei n.º 18-A/92 de 17 de Julho – Prisão Preventiva.

Código Penal de Angola.

Lei n.º 9/08 de 2 de Setembro – Novos Postos e Distintos da Polícia Nacional de Angola.

Lei n.º 12/02 de 16 de Agosto – Lei de segurança Nacional.

Lei n.º 19/96 de 19 de Abril - Lei do Julgado de Menores.

Lei n.º 23/92 de 16 de Setembro – Lei Revisão Constitucional.

Decreto n.º 20 /93 de 11 de Junho – Estatuto Orgânico da Polícia Nacional.

Decreto n.º 69/09 de 10 de Setembro – Comissão Tutelar de Menores.

Decreto n.º 6/03 de 28 de janeiro - Código Processo de Julgado de Menores.

Legislação Estrangeira

Constituição da República Portuguesa.

Código Processo Penal Português.

Código Penal Português.

Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro (Versão atualizada) – Lei Tutelar Educativa.

Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Versão atualizada).

Regulamentos Policiais

Regulamento Orgânico do Comando Provincial de Luanda.

Regulamento Orgânico da Direção Provincial de Investigação Criminal.

Regulamento Orgânico da Brigada de Segurança Escolar.

Documentos

A Convenção sobre os Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989, retificada pela Resolução n.º 20/90.

Ficha Técnica – 35 anos da Polícia Nacional Angolana – Factos Históricos/2011

Implementação da Convenção Sobre os Direitos da Criança em Angola, 2006.

Relatório Inicial dezembro, 2003. 1.ª Edição, Luanda.

Polícia Nacional Angolana – Factos Históricos – 35 anos.

Normas Internacionais de Direitos Humanos.

Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

Plano de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional para o Quinquénio 2003/2007.

Relatório de Fundamentação para a divisão administrativa da Província de Luanda,
Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores
(Regra de Beijing).

Relatório da Direção Provincial de Investigação criminal/Atividades Desenvolvidas
Durante o Ano 2012.

Relatório da Brigada Segurança Escolar/ atividades Desenvolvidas Durante o Ano
2012.

Endereços Virtuais Consultados

[Http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004) -
Consultado no dia 13 de Março de 2013.

[Http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex47.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex47.htm) - Consultado no dia 14 de
Março de 2013.

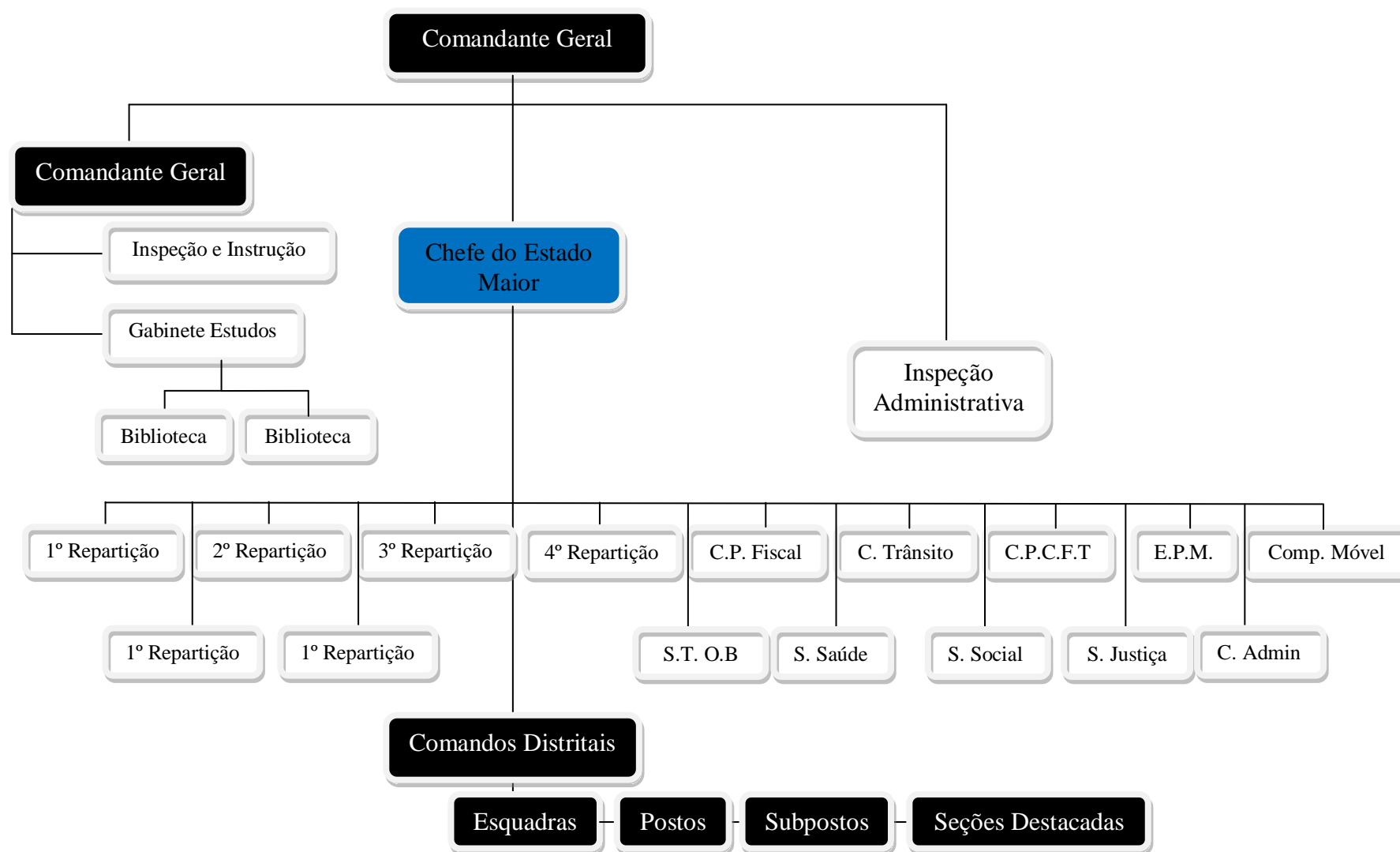
[Http://www.ine.gov.ao/Angola.html](http://www.ine.gov.ao/Angola.html) - Consultado no dia 15 de Março de 2013.

Anexos

Anexo I

Organograma do Comando Geral da PSPA

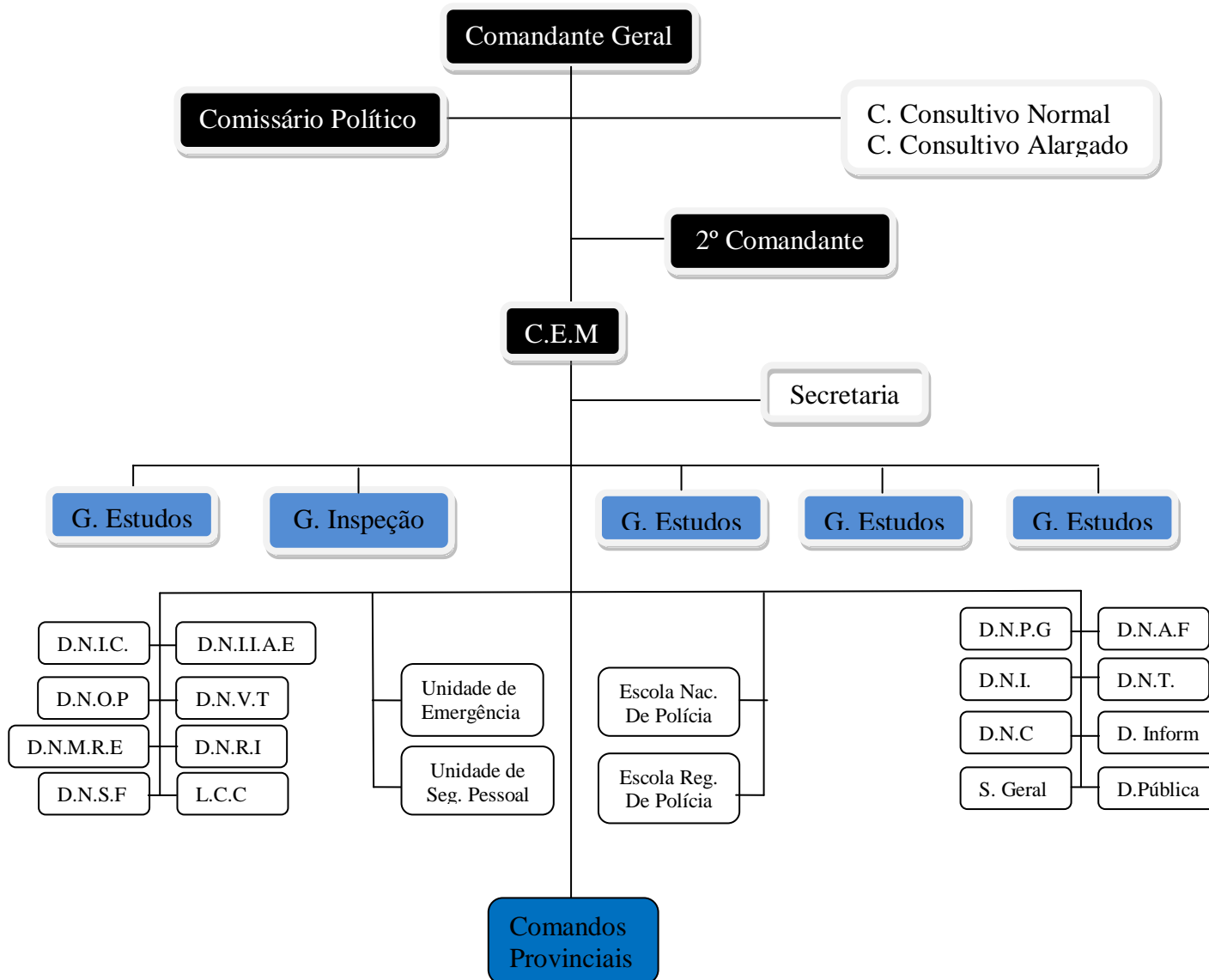
Fonte: Retirado da Ficha Técnica – 35 anos PN, Factos Históricos, pág 37.



Anexo II

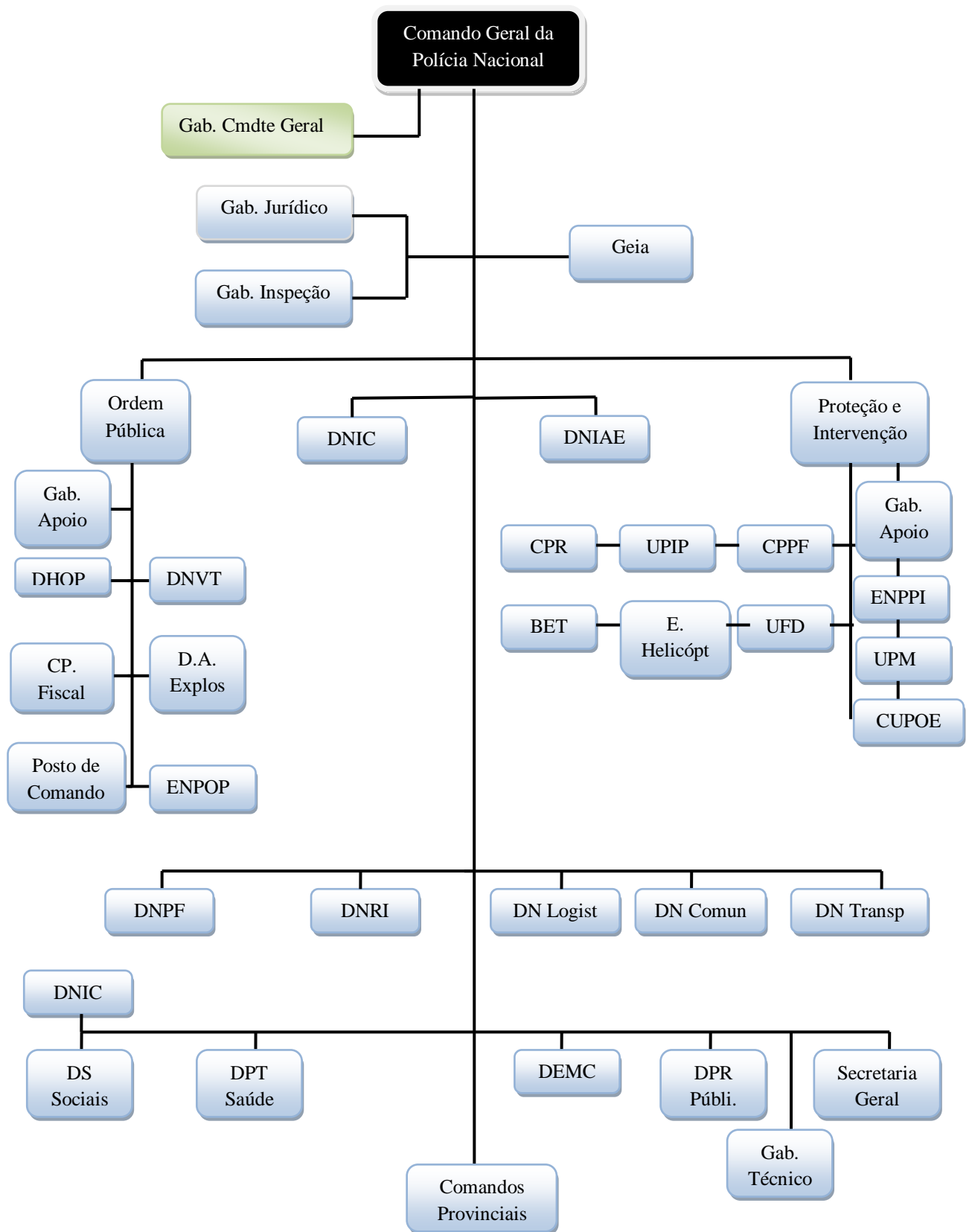
Fonte: Retirado da Ficha Técnica – 35 anos PN, Factos Históricos, pág 67.

1st Grade



Anexo III

Organograma da Polícia Nacional de Angola



Fonte: Adaptado do Gabinete de Estudos Informações e Análise do Ministério do Interior, 30 anos do Ministério do Interior, Luanda, 2009, p. 45. (Neto, 2010).

Anexo IV

Lei nº 9/08
de 2 de Setembro
LEI DOS POSTOS E DISTINTIVOS DA POLÍCIA NACIONAL

ARTIGO 1º

(Objecto)

A presente Lei regula os postos e distintivos da Polícia Nacional

ARTIGO 2º

(Âmbito)

A presente Lei é de aplicação exclusivo ao pessoal da Polícia Nacional.

ARTIGO 3º

(Postos exclusivos da Polícia Nacional)

1. Os postos da Polícia Nacional são os seguintes:

Descrição dos Distintivos dos Postos da Polícia Nacional

Figura nº 1 – Comissário Geral:

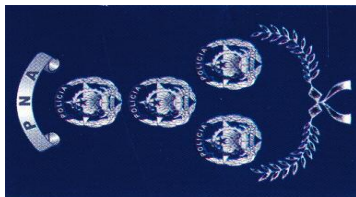


Figura nº 2 – Comissário Chefe:

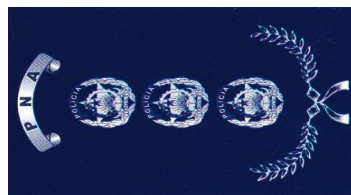


Figura nº 3 – Comissário

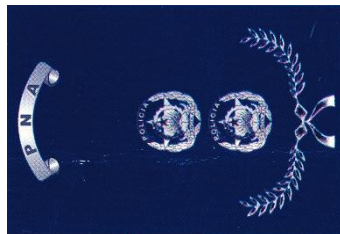


Figura nº 4 – Subcomissário

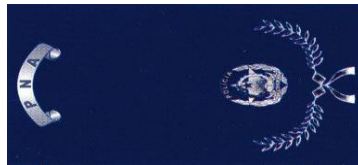


Figura nº 5 – Superintendente Chefe

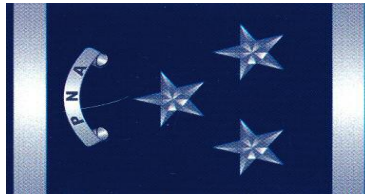


Figura nº 6 – Superintendente

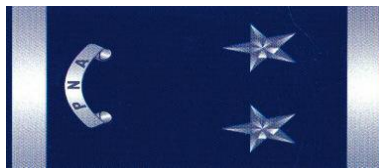


Figura nº 7 – Intendente

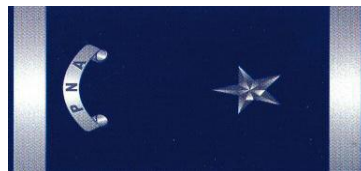


Figura nº 8 – Inspector Chefe:



Figura nº 9 – Inspector



Figura nº 10 – Subispector:



Figura nº 11 – 1º Subchefe:



Figura nº 12 – Subchefe



Figura nº 13 – Subchefe



Figura nº 14 – Agente de 1ª Classe



Figura nº 15 – Agente de 2ª Classe



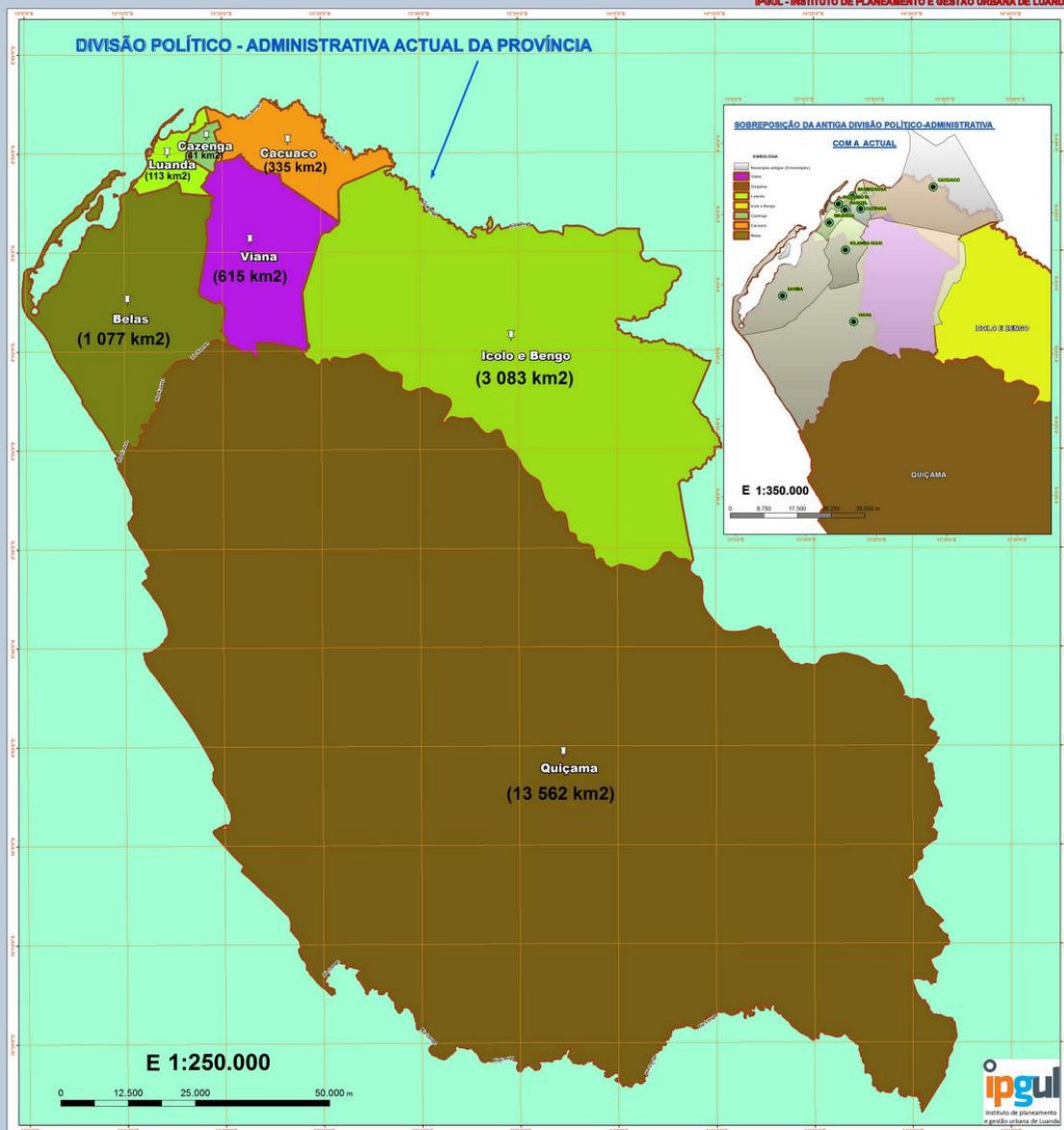
Figura nº 16 – Agente



Anexo V

DIVISÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA DE LUANDA

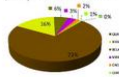
IPGUL - INSTITUTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA DE LUANDA



DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA			
ÁREAS POR MUNICÍPIO			
(valores aproximados, sujeitos a ajustes posteriores)			
	Área m²	Área HA	Área KM²
QUICAMA	1356247722,85	3.365,337	13.562
ICOLÓ E BENGÓ	303623118,31	303,262	3.036
BELAS	307005706,51	307,006	3.070
VIANA	61502883,32	61,503	0,615
CAZENGUA	29334462,71	29,334	0,293
LUANDA	11276566,38	11,277	0,113
CACUACÓ	4707000,84	4,707	0,047

Áreas em metros quadrados, hectares e kilómetros quadrados respectivamente.

PERCENTAGEM DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE CADA MUNICÍPIO
(em função da extensão total da Província)



SIMBOLOGIA

MUNICÍPIOS



Elaborado por: IPGUL
Gabinete de Sistema de Informação Geográfica (SIG)
Fonte de Informação: MAT (Ministério da Administração do Território)

DADOS TÉCNICOS

Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM) Zona 33 Sul
Sistema de Coordenadas Geográficas

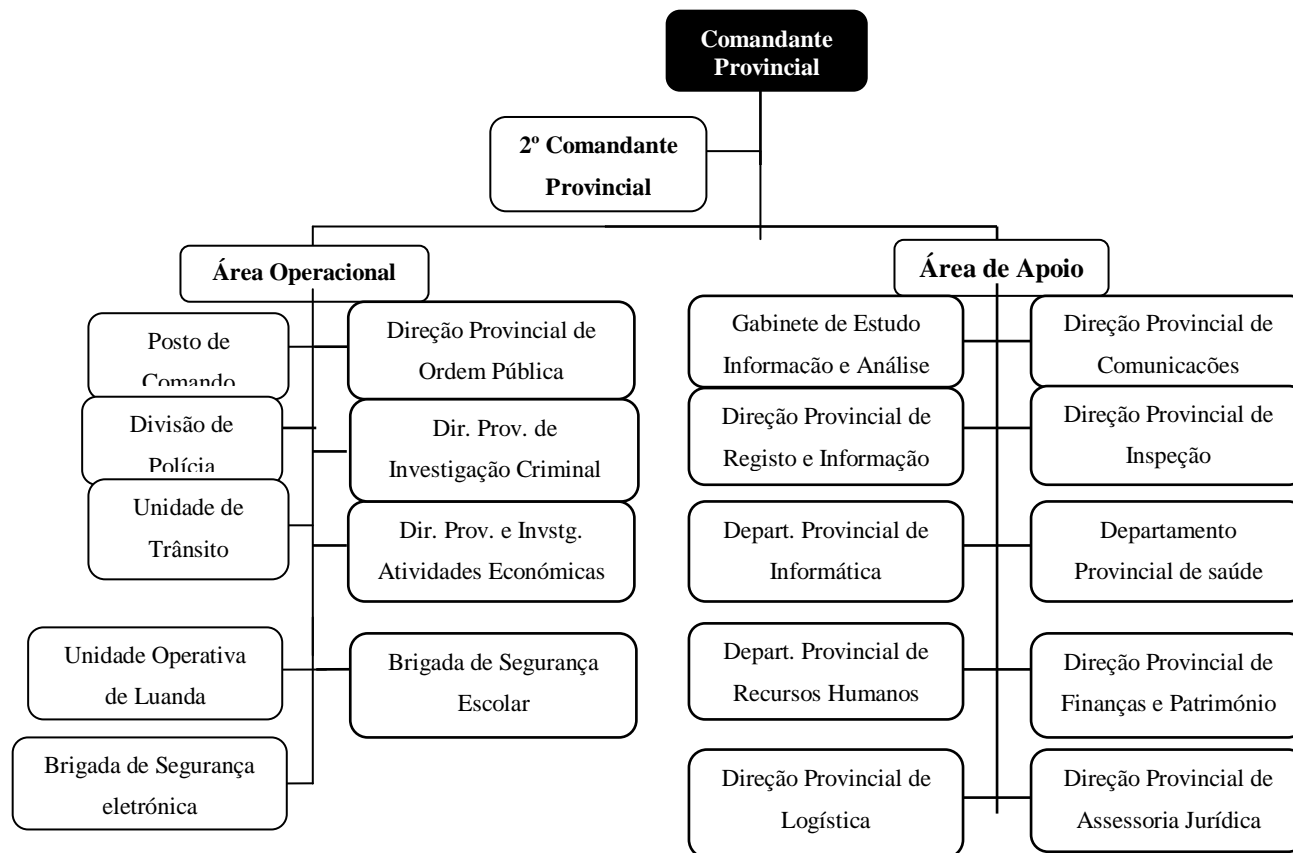
Data de Elaboração: Dezembro/2011



Anexo VI

Organograma do CPL (Anexo VI)

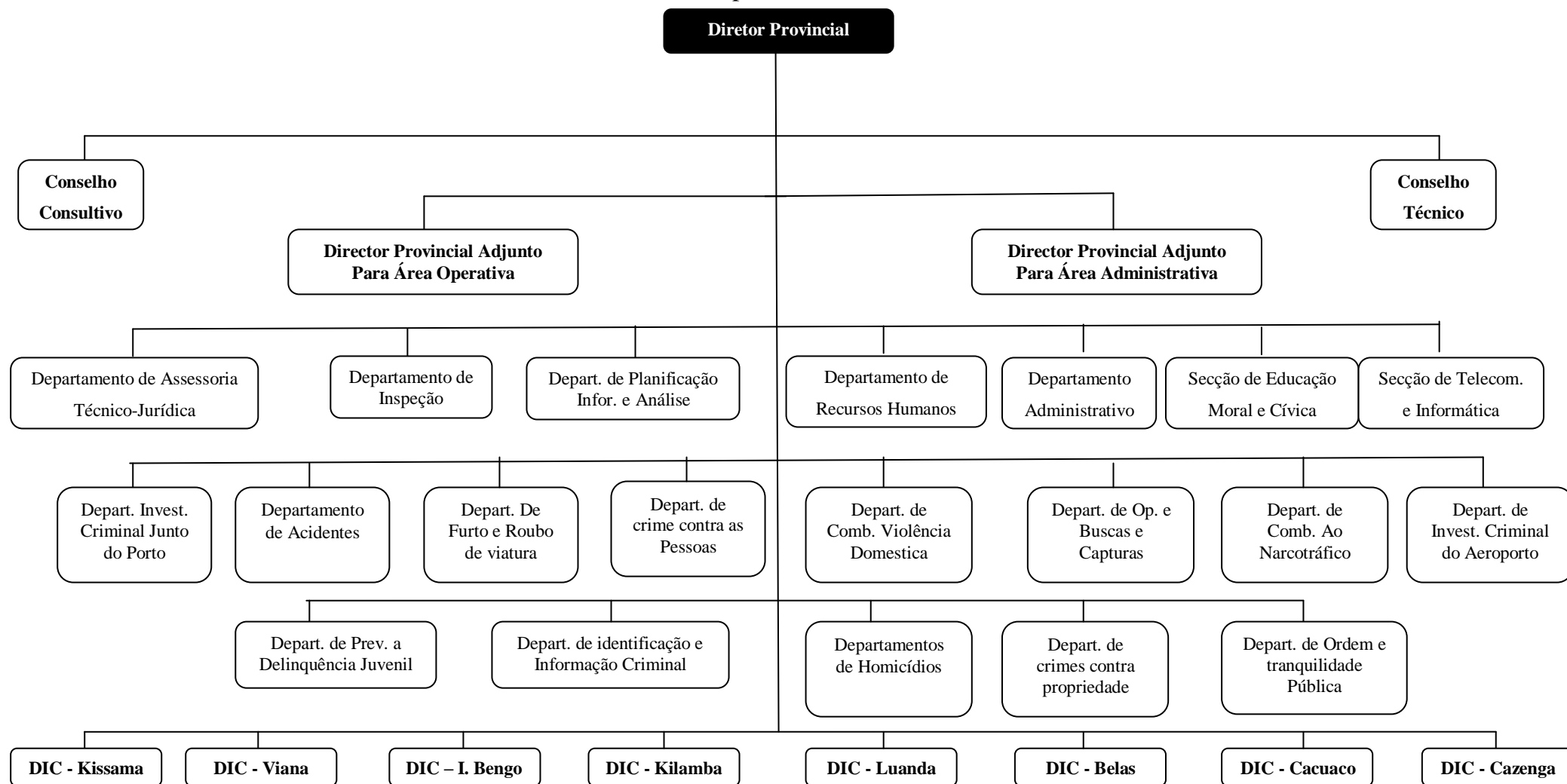
Fonte: Adaptado do ROCPL



Anexo VII

Organigrama da Direção Provincial de Investigação Criminal (Anexo VII)

Fonte: Adaptado do RODPIC



Anexo VIII

Evolução da Organização Judiciária (1992-2008) Anexo VIII

1992	1994	1995	1996	1999
9 Setembro	7 Janeiro			
Extinção das Comissões Laborais	Instituição dos órgãos da Justiça Militar			
	11 Março	7 Julho	12 Abril	
Criação da Sala do Trabalho nos Tribunais Populares Provinciais	Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça	Criação da Sala das Questões Marítimas no Tribunal Provincial de Luanda	Criação do Tribunal de Contas	
16 Setembro	29 Abril		19 Abril	
Revisão Constitucional (Separação de poderes, semi-presidencialismo, Tribunal Constitucional, Conselho superior)	Aprovação do Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público		Criação do Julgados de Menores	
				27 Janeiro
				Reforma do Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça
1992	1994	1995	1996	1999

2002	2003	2005	2006	2008
Acordo de Paz	Criação de Comissão de Reforma da Justiça e do Direito	Nomeação de nova Comissão de Reforma da Justiça e do Direito	Alteração Estatuto Orgânico Ministério da Justiça	Institucionalização do Tribunal Constitucional

Fonte: (Gomes & Araújo, 2012:32)

Anexo IX

Objetivo: Está entrevista, foi realizada no âmbito da dissertação final do curso de Mestrado Integrado em Ciência Policiais. Cujo tema, trata-se da: “ **A Intervenção da Polícia Nacional de Angola no Combate a Delinquência Juvenil – A Importância das Medidas Cautelares e de Polícia no Sistema Juvenil Angolano (O Caso da Província de Luanda) ”.**

Data/Hora: 03/01/2012 – 10H00

Local: Luanda/ Direção Provincial de Investigação Criminal

Entrevistador: **Myuller André do Espírito Inácio**, Aspirante a Oficial de Polícia do ISCPSP da PSP.

Entrevistado: **Francisco Afonso**

Posto: Chefe do Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil - Intendente

Pergunta 1 (P) MAEI: O que é a Direção Provincial de Investigação Criminal (DPIC)?

Resposta (R) FA: A Direção Provincial de Investigação Criminal abreviadamente (DPIC), é um Órgão Operativo que depende hierarquicamente do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional e metodologicamente pela Direção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), a quem compete a investigação e instrução preparatória dos processos crimes, e remete-os aos Tribunais competentes para efeito de julgamento.

Pergunta 2 (P) MAEI: Como é que está estruturado o Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil e qual é a sua missão?

Resposta (R) FA: O Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil, a nível da sua estrutura compreende em Órgãos de apoio (Conselho Técnico e área de expediente) e órgãos operativos (Brigadas de prevenção criminal). Na qual é dirigido por um chefe de Departamento. Tem como missão na investigação e instrução preparatória dos processos crimes praticados por menores imputáveis sujeitos à jurisdição do Julgado de Menores. É também o Departamento que orienta as linhas mestras sobre os métodos e procedimentos de atuação, quando em presença de um facto praticado por um menor.

Pergunta 3 (P) MAEI: Como é que a Policia encara o fenómeno da Delinquência Juvenil em Luanda?

Resposta (R) FA: A polícia encara a delinquência juvenil, como um fenómeno social resultante da injustiça social e de outros fatores. Que de uma forma ou outra incide

sobre a personalidade do menor tornando-o delinquente. Cuja erradicação ou combate não depende em si só da Polícia, mas sim de toda sociedade.

Pergunta 4 (P) MAEI: A prevenção da Delinquência Juvenil é uma prioridade para a PN?

Resposta (R) FA: Julgo que sim, pois a criança ou adolescente hoje, será adulto amanhã. Nesta faixa etária do seu desenvolvimento físico, psíquico ou mental requer muita atenção, sobretudo da família, escola ou na própria comunidade onde está inserido. No âmbito da manutenção da ordem pública e da segurança das pessoas e seus bens, a Polícia está permanentemente com as atenções viradas na prevenção dos delitos.

Pergunta 5 (P) MAEI: Quais são os mecanismos que o Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil tem usado, para fazer face a este fenómeno?

Resposta (R) FA: Os mecanismos utilizados para fazer face a este fenómeno é sobretudo a sensibilização, alertas e advertência aos menores e jovens adolescentes, por meios de palestras e em programas através dos órgãos de comunicação social, incidindo fundamentalmente na família, escola e na comunidade.

Pergunta 6 (P) MAEI: Quais são as eventuais causas da delinquência juvenil na província de Luanda?

Resposta (R) FA: As causas da delinquência juvenil na província de Luanda de um modo geral são:

- A não ocupação dos tempos livres;
- O consumo excessivo de álcool ou substâncias psicotrópicas por parte dos menores nos arredores da escola;
- Falta de incentivos que possa atrair os menores ou jovens em atividades socialmente úteis;
- A desintegração de famílias e o fraco poder financeiro decorrente e a falta de emprego;
- Falta de diálogo permanente entre pais e filhos o seio familiar consubstanciando ao mau exercício do poder paternal ou da tutela;
- O êxodo rural do campo para a cidade caracterizado na busca de melhores condições de vida.

Pergunta 7 (P) MAEI: Quando é que a DPIC tem legitimidade para intervir em situações, onde estejam envolvidos menores?

Resposta (R) FA: Conforme já disse no parágrafo nº 2. A DPIC, é o órgão a quem compete investigar e instruir os processos crimes, na qual está inserido o Departamento de Prevenção à Delinquência Juvenil que, de forma compartimentada vela pelos casos dos menores em conflitos com a Lei em primeira instância e, posteriormente encaminha-os ao Julgado de Menores que é o Tribunal competente, para a tomada das medidas de prevenção criminal.

Pergunta 8 (P) MAEI: Qual é o tratamento que a DPIC dá ao menor que comete um facto qualificado na lei como crime e que não tenha o registo civil?

Resposta (R) FA: Os menores sem Registo Civil e que tenham praticado factos em que a Lei qualifica como delito, são submetidos a um exame psicossomático para se determinar a idade provável a luz do art.º 14 n.º 1 do Código do Processo do Julgado de Menores. E é feito no Departamento de Medicina Legal junto do Laboratório de Criminalística, por um Médico especializado.

Pergunta 9 (P) MAEI: Como é que se processa a Identificação de um menor que acabou de cometer um facto que a lei qualifica como crime?

Resposta (R) FA: A identificação do menor, quando é feita no posto policia, em primeira instância, recolhe-se os dados, (nome, idade, filiação, naturalidade, local e residência). São fornecidos verbalmente pelo próprio menor no momento da abertura da Participação ou Auto de notícia e, posteriormente são efetuadas diligências com intuito de localizar os pais ou tutores, para se juntar nos autos com intuito de servirem como comprovativos da sua identidade que pode ser: Cédula Pessoal, Bilhete de Identidade.

Pergunta 10 (P) MAEI: Em que circunstância é que se faz a Revista ao menor?

Resposta (R) FA: Durante o processo de identificação do menor na esquadra, até chegada os seus pais e proceder-se a entrega dos mesmos. A revista ao menor é um procedimento cautelar que se faz quase a todos menores, quando pratiquem factos ilícitos. Tem como finalidade obter meios de provas para o processo, e/ou para arrolar os haveres pessoais do próprio menor para evitar extravio no decurso

Pergunta 11 (P) MAEI: Quais são os pressupostos para se fazer uma Detenção ao menor?

Resposta (R) FA: Os pressupostos para detenção de um menor, não consiste só no flagrante delito. O facto praticado tem que revelar também uma certa medida de prevenção criminal ou a reparação do dano causado a ordem moral da parte lesada ou da sociedade.

Pergunta 12 (P) MAEI: Quando estamos presente a uma Detenção em Flagrante Delito ou Fora de Flagrante Delito, quem tem a competência para validar a detenção?

Resposta (R) FA: No caso de Flagrante Delito, após a elaboração da Participação ou Auto de Queixa, os autos e o detido são presentes imediatamente ao Ministério Público, para efeitos da legalização da situação prisional e, quando se trata de uma detenção Fora de Flagrante Delito, as mesmas só ocorrem no cumprimento de mando de captura assinados pelos responsáveis competentes para o feito a luz da Lei 18-A/92 sobre a prisão preventiva.

Pergunta 13 (P) MAEI: O que são feitos aos objetos apreendidos por parte da polícia?

Resposta (R): Os objetos apreendidos são meios de provas e como tal acompanham o percurso do processo até ao Julgado de Menores em alguns casos, e com base ao pronunciamento do Procurador a nível das Divisões da Polícia, são entregues aos legítimos proprietários, constando apenas no processo o respetivo termo de entrega devidamente assinado.

Pergunta 14 (P) MAEI: Qual é o tempo de permanência do menor no Posto Policial?

Resposta (R) FA: A Lei nº. 09/96 de 19 de Abril, do Julgado de Menores, não determina o horizonte temporal em que o menor deve permanecer no Posto Policial. Mas, atendendo a sua inimputabilidade penal, ele deve ser presente ao Julgado de Menores no mais curto espaço de tempo.

Pergunta 15 (P) MAEI: Quem tem competência para Realizar a Busca ao menor, e em que circunstância é que são admitidas?

Resposta (R) FA: Em princípio o menor só pode ser detido em flagrante delito, por Agente de autoridade ou qualquer cidadão que na ocasião presenciou-o o facto e encaminha-lo a uma Unidade Policial mais próximo. Fora disso a sua busca deve ser orientada pelo Julgado de Menores.

Pergunta 16 (P) MAEI: No que diz respeito as Medidas que vêm estipuladas no Código de Processo do Julgado Menores, (Medidas Provisórias, Medidas Especiais, e Medidas de Liberdade Assistida), a algum acompanhamento por parte da polícia? Se sim, como é que se processa?

Resposta (R) FA: Sim, no caso da Medida de Liberdade Assistida por decisão do Julgado de Menores, o especialista indicado para fiscalizar tal Medida, elabora um plano

de atendimento ao menor periodicamente, através de abertura de um expediente profilático sobre a sua situação ou informações que vai recolhendo na família, escola ou na vizinhança, acerca do seu comportamento. Que por evolução positiva ou negativa, informará ao Julgado de Menores, com fito de ser fazer uma reavaliação da Medida antes aplicada.

Pergunta 17 (P) MAEI: Como se processa a tramitação do processo do menor, desde a esquadra até a DPIC?

Resposta (R) BC: O menor após a prática de um ato tipificado como delito, em primeira instância é presente no piquete da esquadra onde o menor cometeu o ato. O menor é identificado e seguidamente elabora-se uma participação ou auto de queixa. Posteriormente é presente ao Ministério Público. Este, geralmente manda remeter os autos e o menor à DPIC. Para eventuais diligências e no fim do processo, o menor é encaminhado para o Julgado de Menor, para efeito de aplicação das medidas de prevenção criminal.

Anexo X

Objetivo: Está entrevista, foi realizada, no âmbito da dissertação final do curso de Mestrado Integrado em Ciência Policiais. Cujo tema, trata-se da: “ **A Intervenção da Polícia Nacional de Angola no Combate a Delinquência Juvenil – A Importância das Medidas Cautelares e de Polícia no Sistema Juvenil Angolano (O Caso da Província de Luanda) ”.**

Data/Hora: 31/12/2012

Local: Brigada de Segurança Escolar

Entrevistador: **Myuller André do Espírito Inácio**, Aspirante a Oficial de Polícia do ISCPSI da PSP.

Entrevistado: **Bartolomeu Campos**.

Posto/Profissão: Chefe das Operações da Brigada de Segurança Escolar da província Luanda/ Inspector.

Pergunta 1 (P) MAEI: O que é a Brigada de Segurança Escolar e como está estruturado?

Resposta (R) BC: A Brigada de Segurança Escolar (BSE) é uma unidade especializada na prevenção e combate a delinquência juvenil a nível dos estabelecimentos de ensino da província de Luanda. Criada aos 13 de Setembro de 2003, na Escola Nacional de Ordem Pública, no âmbito do programa de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional de Angola.

Pergunta 2 (P) MAEI: Como é que a BSE encara o fenómeno da delinquência juvenil em Luanda?

Resposta (R) BC: Logicamente, a BSE encara o fenómeno da delinquência juvenil com bastante preocupação, tendo em conta sobretudo, a faixa etária dos jovens que participam em atos tipificados na lei como crimes e porque a juventude é a força motriz de uma nação. E ao observarmos jovens na idade de formação da sua personalidade e na afirmação social envolvidos nesses atos que compromete os anseios do executivo, no que tange ao desenvolvimento do País, é motivo de bastante preocupação.

Pergunta 3 (P) MAEI: Quais os mecanismos que têm usado, para fazer face a este fenómeno?

Resposta (R) BC: Tendo em conta as aspirações da BSE, as nossas ações cingem-se em atos proactivos, porque no nosso entender, é preciso irmos ao encontro dos problemas

da comunidade escolar, avaliá-los e depois criar estratégias de intervenções situacionais. É nessa senda, que realizamos palestras de sensibilização cujo os temas variam de acordo aos problemas concretos de cada instituição. Realizamos também, encontros com as Direções das Escolas, Comissões de Moradores, e aos encarregados de educação, com intuito de encontrar soluções pontuais e a longo prazo.

Outras modalidades que utilizamos, são os encontros periódicos com aqueles menores. Que no decurso do processo de ensino e aprendizagem se envolvem em atos tipificados na lei como crimes, arruaça e incivildades, na presença dos seus encarregados de educação. Estabelecendo-se um acompanhamento em tempo determinado visando a sua ressocialização no quadro comportamental constatado.

Pergunta 4 (P) MAEI: A prevenção da Delinquência Juvenil é uma prioridade para a BSE?

Resposta (R) BC: O objetivo da criação desta Brigada cingiu-se fundamentalmente, naquilo que era o sentimento de insegurança que se vivia ao nível dos estabelecimentos de ensino da província de Luanda. Que era caracterizado por ações de roubos, furtos, violações e outros atos praticados. Muitos deles com recurso a armas de fogo e arma branca. Cujo seus autores era maioritariamente jovens. Daí a necessidade do Executivo, no âmbito das suas políticas pensarem na criação de um órgão que defendesse a integridade física dos utentes dos estabelecimentos de ensino.

Pergunta 5 (P) MAEI: Quais são as eventuais causas da Delinquências Juvenil na província de Luanda?

Resposta (R) BC: Ao nosso entender as causas da Delinquência Juvenil na província de Luanda, são variadíssimas. Vão desde a falta de diálogo entre os progenitores e filhos, falta de ocupação dos tempos livres, a desagregação das famílias, falta de emprego, entre outros aspetos.

Pergunta 6 (P) MAEI: Quais são os procedimentos adoptados pela PN, no que diz respeito a Identificação do menor, que acabou de cometer um facto que a lei qualifica como crime?

Resposta (R) BC: Na verdade, uma das armas fundamentais de um polícia é a informação. Sem ela, a atividade policial seria direcionada num vácuo ou seja, num vazio. Por outras palavras, não haveria uma planificação condigna nem exitosa sem informação. A BSE não passa da regra. Sua atividade assenta-se na informação, e os seus parceiros mais potenciais para essa atividade é os núcleos de alunos, nomeadamente os diretores das

instituições e os agentes de segurança que estão no dia-a-dia nas instituições. Desta forma, os mesmos conhecem quase todos os alunos com comportamentos censuráveis e os que inteiramente cometem factos tipificados na lei como crimes.

Atualmente, a BSE promoveu a figura Mediador de Conflito. Este tem a função de servir como elo de ligação entre a comunidade escolar e BSE, para juntos poderem resolver os conflitos no interior da escola. Actua sob orientação da BSE, e têm uma formação específica, para melhor desenvolver a sua atividade.

Pergunta 7 (P) MAEI: Quais são os pressupostos para se fazer uma Revista ao menor?

Resposta (R) BC: Fundamentalmente, quando há uma denúncia que refere que um determinado menor faz-se transportar de um instrumento que põe em causa e periga a integridade física dos membros da comunidade estudantil. Ou apresente características que faça ao agente suspeitar que transporta algo relacionado com crime ou possa por em perigo a integridade física de outras pessoas.

Pergunta 8 (P) MAEI: Quais são os pressupostos para se fazer uma Detenção ao menor?

Resposta (R) BC: Partindo do princípio de que os menores são inimputáveis, em razão da idade, não podem ser detidos. A BSE, não detém menores, mas, isso não corresponde que aqueles que cometerem atos ou factos tipificados na Lei como crime, ficam impunes. BSE os retém, sobretudo se observar a figura de flagrante delito, de acordo com que vem plasmado na Lei de Julgado de Menores.

Anexo XI

Objetivo: Esta entrevista é efetuada no âmbito do trabalho de dissertação final de curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, sobre o tema Principal “ **A Intervenção da Polícia Nacional de Angola no Combate a Delinquência Juvenil – A Importância das Medidas Cautelares e de Polícia no Sistema Juvenil Angolano (O Caso da Província de Luanda) ”**.

Entrevistador: **Myuller André do Espírito Inácio**, Aspirante a Oficial de Polícia do ISCPSP da PSP.

Entrevistado: **Carla Patrícia Correia**

Data/Hora: 04/01/2013- 13h30

Local: Tribunal de Julgado de Menores

Local de Nascimento:

Posto/Profissão: Procuradora da República Junto dos Julgado dos Menores

Pergunta 1 (P) MAEI: Como é que eram tratados os casos onde estavam envolvidos Menores antes da criação da Lei do Julgado de Menores e do Código de Processo de Julgado de Menores?

Resposta (R) CC: Na organização judiciária anterior, antes da Independência, existia o tribunal de menores e a execução de penas, que funcionava somente no antigo tribunal da comarca de Luanda. Este tribunal, abrangia na sua jurisdição os menores sujeitos a prevenção criminal, ou seja os menores que estão em conflito com a lei. Porém só havia em Luanda um tribunal com condições de responder a este tipo de criminalidade, o que acontece atualmente.

Pergunta 2 (P) MAEI: Na Opinião da Doutora, o que, que a Lei 9 e o Código de Processo de Julgado de Menores nos trazem de novo comprando com a antiga Lei?

Resposta (R): Facilita na Recuperação da criança, dá-nos facilidades de encontrar as causas que estão por trás deste fenómeno.

Pergunta 3 (P) MAEI: Face aos problemas que o País tem vivido com o fenómeno da Delinquência Juvenil em Luanda, será que a Lei do Julgado de Menores/ Lei n.º 9/96 de 19 de Abril e o Código de Processo do Julgado de Menores, têm contribuído para uma melhor atuação dos Tribunais, ou se encontram desatualizados face ao nosso contexto e problemática?

Resposta (R) CC: Não, porque falta técnicos especializados que possam trabalhar com a comissão tutelar de menores e também deviam estar distribuídos por cada município. Não existe nenhum centro Educativo. Razão pela qual, não se consegue por em prática todas as medidas.

Pergunta 4 (P) MAEI: Quais são os procedimentos, que o Tribunal de Menor tem utilizado, para Identificar um menor que acabou de cometer um facto que a lei qualifica como crime?

Resposta (R): Os menores são provenientes da Esquadras, onde são identificados, quando for comprovado através de documento pessoal a sua idade, tem que se encaminhar o mais rapidamente possível para o Tribunal de Julgado de Menores com a participação para ser ouvido pelo juiz. O menor deve ficar o menos tempo possível na esquadra.

Pergunta 5 (P) MAEI: No que diz respeito as Medidas que vêm estipuladas no Código de Processo do Julgado de Menores, (Medidas Provisórias, Medidas Especiais, e Medidas de Liberdade Assistida) existe alguma colaboração por parte da Polícia, Se sim, como é que se processa?

Resposta (R) CC: Através de técnicos especializados que vêm do Ministério do Interior (Departamento de Delinquência Juvenil).

Pergunta 6 (P) MAEI: Quantos Centros de Observação existem na província de Luanda?

Resposta (R) CC: Na província de Luanda, existe apenas um centro de observação, que está adjacente ao tribunal. É o lugar onde é encaminhado o menor até ser ouvido pelo juiz.

Na prática, o menor vem da esquadra, e é encaminhado para o centro de observação. Posteriormente, o diretor do centro fazer chegar a participação ao tribunal. A participação é recebida na secretária da procuradoria-geral da república, e este, manda para o procurador do menor, para comprovar os factos que lhe são imputados. O centro de observação, serve basicamente para manter os menores até serem ouvido no interrogatório. È a partir do centro de observação que os menores, estão sob a tutela do julgado de menores. Só depois de serem aplicadas as medidas é que puderam ir ou não para um centro de reeducação.

Anexo XII

**MINISTÉRIO DO INTERIOR
COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL**



**PLANO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA POLÍCIA NACIONAL PARA O QUINQUÊNIO
2003/2007**



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO INTERIOR

COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL

MEMORANDO SOBRE O PLANO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍCIA NACIONAL PARA O QUINQUÊNIO 2003/2007

Muito recentemente, num discurso dirigido à Nação, Sua Excelência o Sr. Presidente da República e Comandante em Chefe das Forças Armadas, orientou dentre outros aspectos, a elaboração de um **Plano de Modernização e Desenvolvimento** da Polícia Nacional. No âmbito do cumprimento desta orientação, o Comando Geral da PN definiu um Programa de Acção Especial para o 4º Trimestre/2002, visando criar a estabilidade necessária à implementação das acções atinentes ao Desenvolvimento e à Modernização;

Alcançados os objectivos preconizados no referido Programa de Acção, o **Plano de Modernização e Desenvolvimento** da Polícia Nacional, aparecerá, necessariamente para melhorar e consolidar os índices obtidos por aquele Programa, e atingir os seguintes objectivos:

- Alcançar níveis aceitáveis no concernente a reacção policial, face as demandas da situação operativa;
- Optimizar o sistema operativo e o sistema de coordenação administrativa;
- Exercer maior profissionalismo na actuação dos oficiais, sargentos e agentes;
- Utilizar racional e eficientemente os meios disponíveis, designadamente financeiros, técnicos e tecnológicos;
- Realizar a busca automática de dados policiais (o que pressupõe a existência de uma rede de computadores com uma base de dados sistematizados);

- Aumentar a cobertura policial em todos os domínios;
- Assegurar a inviolabilidade da fronteira estatal;
- Garantir maior sentimento de segurança das populações;

↘ Melhorar a imagem da PN, através de :

- Melhoria do atavio das forças;
- Melhoria do atendimento nos piquetes e às chamadas dos cidadãos;
- Redução da exposição excessiva de armamento (substituição das AKM por pistolas);
- Intensificação do patrulhamento nas áreas suburbanas (Musseques) e urbanas, particularmente no período nocturno;

A acção da Polícia Nacional referente à Modernização e ao Desenvolvimento será orientada pelas seguintes linhas programáticas, que correspondem às questões principais a resolver:

1. Optimização do funcionamento interno da Polícia Nacional;
- ↘ 2. Elevação do nível de formação técnico-profissional e cultural do pessoal;
- ↘ 3. Desenvolvimento e maior profissionalização das diferentes especialidades, no âmbito do sistema de polícia integral;
4. Modernização técnico-logística e infraestrutural;
5. Melhoramento das condições sociais dos efectivos;
6. Contenção da taxa de criminalidade e da sinistralidade rodoviária;

A implementação do **Plano de Modernização e Desenvolvimento** será feita em duas fases:

- A 1ª fase vai desde 2003 à 2004, tem os encargos estimados em **USD.329.033.985.00;**
- A 2ª fase vai desde 2005 à 2007 e tem os encargos estimados em **USD.302.384.566.00;**

O valor global dos encargos atinentes à Modernização e o Desenvolvimento é estimado em **USD.632.706.031.00.**

Importa referir que os valores orçamentados incluem as despesas de investimento público que foram atraídas para o presente Plano para dar uma ideia geral das realizações que o Comando Geral pretende obter.

Foram estabelecidos vários subprogramas, projectos e acções específicos que permitem avaliar e orçamentar as necessidades atinentes à modernização da Polícia Nacional.

Finalmente, cumpre referir que para a execução satisfatória do Plano de Desenvolvimento da Polícia Nacional será por um lado, necessária a disponibilização de verbas, conforme se descreve no Plano de Necessidades em anexo e por outro, dependerá em grande medida da colaboração dos diversos órgãos do Estado e da sociedade em geral.

“PELA ORDEM E PELA PAZ AO SERVIÇO DA NAÇÃO”

Luanda, aos 13 de Setembro de 2002.-

O COMANDANTE GERAL,

**José Alfredo “EKUIKUI”
Comissário Geral**



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO INTERIOR

COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL

PLANO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍCIA NACIONAL PARA O QUINQUÉNIO 2003/2007

I – INTRODUÇÃO

O Presente plano define os principais rumos que a Polícia Nacional se propõe seguir para o processo permanente de crescimento e aperfeiçoamento dos meios e métodos técnicos de gestão da actividade policial com base em conhecimentos científicos e práticos, para que a Corporação se adeque às exigências de um Estado de direito e democrático.

Com o fim da guerra, a PN deve, na plenitude, assumir a sua função tradicional, o que implica a melhoria do seu desempenho em todos os serviços, a fim de assegurar a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger as pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos primando sempre pelo respeito da legalidade.

A prossecução destas importantes tarefas, num momento em que a Nação está mobilizada para a consolidação da paz e da reconciliação nacional, exige uma previsão criteriosa e abrangente das acções atinentes à modernização técnica que permitam aperfeiçoar os métodos de trabalho de forma abrangente para a principal tarefa de combate à criminalidade e à prevenção da sinistralidade rodoviária.

II – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO

A concretização dos objectivos atinentes à modernização e ao desenvolvimento implica a resolução dos grandes problemas que a PN vive nos vários domínios da sua actividade, designadamente:

1) No domínio técnico-profissional e cultural dos efectivos

Um dos principais problemas com que a Polícia se debate, está ligado ao débil profissionalismo na actuação, resultante da falta

de formação policial de grande parte dos seus efectivos que massivamente ingressaram na corporação sem formação básica. Tudo isto porque durante o conflito armado a Polícia Nacional teve que desenvolver mais acentuadamente a sua vertente militar, o que agravou sobremaneira os problemas já existentes a nível da qualidade do pessoal, meios técnicos, instalações e logística.

Ainda assim, as duas Escolas de Polícia existentes, realizaram vários cursos de formação e reciclagem, entretanto insuficientes, para o universo de efectivos a formar nas mais variadas especialidades.

2) No domínio técnico-logístico e infra-estrutural

Neste domínio, a situação é caracterizada pela degradação dos poucos meios técnicos e infra-estruturas existentes.

Quanto à Investigação Criminal por exemplo, vive-se uma gritante falta de máquinas de escrever e os meios de laboratório existentes estão há muito ultrapassados pela evolução tecnológica, não existindo assim um laboratório capaz de atender a demanda de uma situação criminal que está em franca evolução. Não há por outro lado, viaturas celulares e os detidos são transportados em veículos particulares. Situação idêntica é vivida nos sectores de comunicações, logística, transportes, etc.

As infra-estruturas que a PN possui são na sua maioria as deixadas pela Polícia colonial não tendo grande parte delas beneficiado de obras de manutenção e reparação, apresentando-se em precárias condições, má localização (cercadas por residências), exiguidade de espaço físico, elevado grau de degradação, não podendo servir ao aumento substancial em pessoal e meios;

3) Condições sociais dos efectivos

Apesar dos esforços que têm sido empreendidos no sentido da resolução dos principais problemas sociais que preocupam os efectivos, o quadro que caracteriza este domínio não é ainda aceitável, devido fundamentalmente às carências logísticas, financeiras e habitacionais.

As principais atenções neste domínio têm sido viradas ao atendimento das pretensões dos efectivos que se resumem principalmente em pequenos empréstimos, ajudas financeiras, participações em despesas de óbitos, medicamentos e outras. Não há uma política de providência social;

4) Situação da criminalidade

A principal preocupação neste domínio, prende-se com a criminalidade praticada por marginais organizados, as acções de vandalismo nas escolas perpetradas por jovens na sua maioria inimputáveis, bem como a violência com que são cometidos alguns crimes, com recurso a armas de fogo, como os homicídios, roubos de viatura e ofensas corporais e ainda a pequena criminalidade de rua nos principais centros urbanos, como o roubo por esticção nos mercados, paragens de táxis e autocarros, nos estacionamento de veículos.

Por outro lado, com o aumento da livre circulação de pessoas e bens, também vem aumentando os crimes de tráfico de drogas, migração ilegal, falsificações de documentos e de natureza económica.

Por este facto, torna-se necessário multiplicar e generalizar o enfrentamento operativo que garanta efeitos e impactos a curto, médio e longo prazo, visando melhor contribuir para efectivação da reconciliação nacional e a estabilidade do sentimento de segurança das pessoas.

Contudo a acção policial será mais eficaz com o aumento do profissionalismo dos seus efectivos, da sua perspectiva social e de meios técnicos e tecnológicos. Complementarmente, será necessário atenuar as principais causas e factores da criminalidade, designadamente:

- A crise económica e social do País;
- Movimentação desordenada das populações e sua concentração nos principais centros urbanos, fundamentalmente em Luanda;
- Desurbanização dos principais centros urbanos, com o surgimento de construções anárquicas e desordenadas;
- Os constrangimentos sociais com implicações no meio ambiente e cultural;
- A crescente taxa de desemprego;
- Aumento da migração ilegal;
- A deficiente iluminação de uma parte considerável dos principais centros urbanos.
- A deficiente dotação em meios técnicos específicos às diferentes especialidades da PN;

III – LINHAS PROGRAMÁTICAS

No período 2003/2007 a acção da Polícia Nacional será orientada pelas seguintes linhas de força, que correspondem às questões principais a resolver:

1.- Optimização do funcionamento interno da Polícia Nacional;

- 1.1- Redefinir a autonomia administrativa (financeira, logística e patrimonial) bem como a necessidade de aumento da dotação orçamental da Polícia Nacional em função das suas actuais necessidades e problemas, sem prejuízo da prestação de contas ao MININT;
- 1.2- Implementar uma nova estrutura orgânica do Comando Geral e consolidar o sistema de Polícia Integral, primando por uma maior profissionalização das diferentes especialidades;
- 1.3- Consolidar a reestruturação do dispositivo policial, optimizando os recursos humanos e materiais, que permitam responder com eficácia às necessidades de segurança das populações;
- 1.4- Promover iniciativas legislativas em matérias de interesse policial;
- 1.5- Reformular as doutrinas e técnicas de actuação policial;
- 1.6- Instituir as Divisões Policiais e as Unidades Motorizadas de Patrulhamento;
- 1.7- Reestruturar as Unidades Rádio Patrulha (aumento da reacção das forças através da combinação homem-moto, binómio homem-cão e hélio);

2.- Elevação do nível de formação técnico-profissional e cultural do pessoal;

- 2.1 Reformular o sistema de ensino policial, tornando as condições de acesso e os currículos dos diferentes cursos mais exigentes e adequados às necessidades da Polícia Nacional;
- 2.2 Elevar a formação académica dos efectivos, mediante a criação de infra-estruturas de ensino geral dentro das unidades;

- 2.3 Criar uma Biblioteca e um Museu da PN em Luanda e pequenas bibliotecas nos Comandos Provinciais;
- 2.4 Conceber o regime de carreiras profissionais específicas da PN;
- 2.5 Estudar e desenvolver acções necessárias à criação de um Instituto Médio de Ciências Criminais;
- 2.6 Consolidar a implementação do Instituto Médio de Ciências Policiais e lançar as bases para a criação de um Instituto Superior de Polícia;
- 2.7 Aperfeiçoar a formação e especialização profissional dos efectivos, conferindo às Escolas de Polícia maior capacidade para as acções de formação e reciclagem.

3.- Modernização técnico-logística e infra-estrutural;

- 3.1 Melhorar as condições de trabalho dos efectivos, mediante a construção e reabilitação de instalações e o consequente apetrechamento com equipamentos que permitam prestar um serviço de qualidade;
- 3.2 Estabilizar os níveis de satisfação alimentar, através do melhoramento do abastecimento domiciliário e ao pessoal aquartelado;
- 3.3 Estabilizar os níveis de satisfação das necessidades em vestuário;
- 3.4 Renovar e incrementar o parque auto, de modo a proporcionar melhorias efectivas na acção e reacção policial a todos os níveis;
- 3.5 Adquirir e utilizar de forma rentável as modernas tecnologias de informação e equipamentos de prevenção e combate ao crime;
- 3.6 Adquirir tecnologias modernas de informação indispensáveis ao reequipamento dos órgãos da PN;
- 3.7 Desenvolver programas de apetrechamento em meios de comunicação que permitam:
 - A interligação entre as diversas esquadras, postos policiais, Postos Fronteiriços e Patrulhas apeadas e motorizadas;

- Extensão do sistema de comunicação trunking aos Comandos Provinciais.
- A informatização dos Órgãos da PN, com prioridade para os Órgãos Operativos;
- A comunicação por VSAT;
- O controlo electrónico do tráfico rodoviário (radares e alcoómetros);

4.- Melhoramento das condições sociais dos efectivos;

- 4.1- Definir um regime salarial que dignifique a função policial;
- 4.2- Melhorar a prestação dos cuidados de saúde;
- 4.3- Conferir maior capacidade de atendimento ao Centro de Saúde Principal;
- 4.4- Melhorar a assistência médico-medicamentosa a todos os efectivos e suas famílias;
- 4.5- Controlar a malária, a luta contra as doenças sexualmente transmissíveis e outras endemias;
- 4.6- Promover a criação de Centros de lazer para oficiais, sargentos e agentes da PN;
- 4.7- Melhorar a assistência aos diminuídos físicos de guerra, órfãos e viúvas;
- 4.8- Estabelecer Planos e programas específicos de assistência social (creches, clubes, postos e centros médicos, casas de repouso e férias, instâncias balneares, etc.);

5.- Contenção da taxa de criminalidade e da sinistralidade rodoviária;

- 5.1- Conferir maior capacidade operacional às Unidades Policiais a todos os níveis;
- 5.2- Conferir à Esquadra de Helicópteros capacidade operacional que lhe permita realizar qualquer missão;
- 5.3- Manter e desenvolver os actuais níveis de prontidão das forças de intervenção, adequando-as ao cumprimento das missões específicas e da nova conjuntura política;

- 5.4- Dotar os órgãos de investigação e instrução de meios adequados à dinâmica das acções de investigação, designadamente meios de campo, lofoscopia e de laboratório, bem como os apetrechos necessários para que os especialistas que ocorrem ao local do crime actuem com segurança e profissionalismo;
- 5.5- Aperfeiçoar os mecanismos de coordenação e cooperação na prevenção e combate ao crime;
- 5.6- Implementar as acções atinentes a protecção de toda a Fronteira terrestre;
- 5.7- Implementar o patrulhamento semi-urbano a cavalo e com a técnica canina;
- 5.8- Instituir a Guarda Honorífica;

IV- OBJECTIVOS GERAIS

A implementação do presente Plano, permitirá à Polícia Nacional atingir os seguintes objectivos:

- Alcançar níveis aceitáveis no concernente à reacção policial, face às demandas da situação operativa;
- Optimizar o sistema operativo e o sistema de coordenação administrativa;
- Exercer maior profissionalismo na actuação dos oficiais, sargentos e agentes;
- Utilizar racional e eficientemente os meios disponíveis, designadamente financeiros, técnicos e tecnológicos;
- Realizar a busca automática de dados policiais (o que pressupõe a existência de uma rede de computadores com uma base de dados sistematizados);
- Aumentar a cobertura policial em todos os domínios;
- Assegurar a inviolabilidade das fronteiras estatais;
- Garantir maior sentimento de segurança das populações;
- Melhorar a imagem da PN, através de :
 - Melhoria do atavio das forças;

- Melhoria do atendimento nos piquetes e às chamadas dos cidadãos;
- Redução da exposição excessiva de armamento (substituição das AKM por pistolas);
- Intensificação do patrulhamento nas áreas suburbanas (Musseques) e urbanas, particularmente no período nocturno;

V – OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

A implementação do presente Plano será feita em duas fases:

- A 1ª fase compreende o período que vai desde 2003 à 2004;
- A 2ª fase compreende o período que vai desde 2005 à 2007;

1) Metas a atingir nos anos 2003 e 2004

Com a 1ª fase, pretende-se consolidar os resultados a obter com a implementação do Programa de Acção Especial para o 4º Trimestre/2002 e atingir os seguintes níveis:

- **No domínio Organizativo e Administrativo**
 - Implementação da nova estrutura orgânica do Comando Geral.
 - Controlo sistemático sobre o pessoal em efectividade, através da criação de uma base de dados;
 - Especialização e reciclagem de grande parte de efectivos dos Órgãos Operativos;
 - Funcionamento pleno dos Institutos Médios de Ciências Policiais e Criminais;
 - Criação de 4 centros regionais de formação;
 - Melhoria substancial das condições de trabalho e da sua perspectiva social;
 - Estabilidade da carreira profissional.
- **No domínio técnico-logístico e infra-estrutural**
 - Melhoria das condições de trabalho a todos os níveis;
 - Estabilização dos níveis de satisfação alimentar, vestuário e material de aquartelamento;
 - Informatização dos Órgãos operativos;
 - Instalação do Sistema Geográfico de Informação;
 - Introdução do controlo electrónico do tráfico rodoviário (radares e alcoómetros);
 - Instalação do sistema de transmissão de dados e voz na P.I.R., P.Fiscal e P.Fronteiras;

- Ampliação e extensão do sistema de comunicação trunking aos Comandos Provinciais;
- Melhoria da prestação dos cuidados de saúde e implementação da rede sanitária a todos os níveis de Comandos;
- Melhoria da assistência social aos diminuídos físicos de guerra, mediante a sua reinserção social.
- **No domínio Operativo**
- Elevação da capacidade operativa dos Órgãos de Investigação Criminal e Actividades Económicas;
- Garantia da protecção efectiva de toda a fronteira Estatal;
- Aumento das acções de prevenção, através do incremento dos patrulhamentos (apeado e motorizado) e a eficácia do T.O. S e dos Serviços de Sectores;
- Aumento do sentimento de segurança das populações;
- Melhoria da imagem interna e externa da Polícia Nacional;

2) Metas a atingir até ao ano 2007

Na 2ª fase, deverão ser alcançados os objectivos gerais preconizados no presente Plano, pugnando pela:

- Consolidação dos resultados a alcançar com a implementação da 1ª fase do presente Plano.

VI - PROGRAMAS E PROJECTOS ESPECÍFICOS

Com base nos indicadores estabelecidos no presente Plano, os distintos órgãos da Polícia executarão Programas Sectoriais específicos. (vide anexo)

“ PELA ORDEM E PELA PAZ AO SERVIÇO DA NAÇÃO ”

Luanda, aos 13 de Setembro de 2002.-

O COMANDANTE GERAL,

José Alfredo “EKUIKUI”
***** COMISSÁRIO GERAL *****

REPÚBLICA DE ANGOLA
 MINISTÉRIO DO INTERIOR
 COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL

PROGRAMAS E PROJECTOS ESPECÍFICOS

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJECTOS	ACÇÕES
Optimizar o funcionamento interno da PN.	Modernização da Gestão	Modernização da organização estrutural e melhoria da qualidade global dos serviços.	<ul style="list-style-type: none"> . Implementar uma nova estrutura orgânica do Comando Geral. . Estabelecer quadros orgânicos apoiados em princípios de simplicidade, eficácia e funcionalidade. . Consolidar a reestruturação do dispositivo policial, optimizando os meios humanos e materiais, que permitam responder com eficácia as necessidades de segurança das populações. . Reformular e modernizar as doutrinas e técnicas de actuação Policial e melhorar a prontidão e eficiência da PN . Assegurar a criação de uma base de processamento de dados que permitam a fácil localização e identificação dos efectivos. . Proceder o controlo sobre o pessoal em efectividade de serviço mediante a criação de uma base de dados; . Criar mecanismos que revitalizem e actualizem os Processos Individuais existentes, bem como assegurar a criação de novos processos. . Revitalizar o sistema de identificação individual das forças.
Elevação do nível de formação técnico-profissional e cultural do pessoal.	Valorização dos recursos disponíveis.	Definição das carreiras profissionais.	<ul style="list-style-type: none"> . Elaborar quadros orgânicos atinentes a movimentação do pessoal (ingressos, colocações, transferências, promoções, graduações, avaliações curriculares, baixas e incrementos). . Elaborar os perfis ou requisitos para a carreira profissional na PN. . Garantir o sistema de segurança social.

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJECTOS	ACÇÕES
Elevação do nível de formação profissional e cultural.	Valorização dos recursos disponíveis.	Definição das carreiras profissionais.	<ul style="list-style-type: none"> . Reactualizar a tabela dos cargos específicos da Polícia. . Criar uma política de incentivos com vista a que os efectivos participem da sua valorização. . Criar um Centro de estudos e diagnósticos psicológicos (Gabinete de Psicologia). . Accionar os subsistemas de manutenção e desenvolvimento dos recursos humanos.
	Aperfeiçoamento da formação profissional.	. Consolidar a implementação do Instituto Médio de Ciências Policiais e lançar as bases para a criação do Instituto Superior de Polícia.	<ul style="list-style-type: none"> . Adquirir material didáctico para a Biblioteca do Instituto. . Adquirir equipamentos para os laboratórios. . Definir o regime remuneratório do quadro docente. . Recrutamento de quadro docente experiente.
		. Criação do Instituto Médio de Ciências Criminais.	<ul style="list-style-type: none"> . Institucionalização do Instituto. . Aquisição ou construção de instalações. . Recrutamento do quadro docente.
		. Conferir as Escolas, capacidade para formação e reciclagem dos efectivos.	<ul style="list-style-type: none"> . Ampliação das instalações. . Elevação do nível de formação dos Instrutores. . Aquisição de livros de interesse policial. . Melhorar as condições dos estudantes aquartelados (alojamento, alimentação, etc).
		Especialização do pessoal.	<ul style="list-style-type: none"> . Proceder o levantamento de pessoal com cursos de polícia. . Quantificar as necessidades de formação profissional e estabelecer prioridades. . Programar cursos de superação e actualização técnica dos efectivos. . Criar centros de formação regionais (Benguela, Huíla, L. Norte e Uíge). . Profissionalizar os efectivos da PN, de acordo as especificidades, de forma contínua e permanente. . Programar acções formativas a serem realizadas no país e no exterior (Directiva Anual-Acções a curto prazo). . Definição dos níveis de ensino policial em cursos básicos intensivos, curso básico policial, curso médio policial e curso superior policial.

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJECTOS	ACÇÕES
Elevação do nível de formação profissional e cultural.	Valorização dos recursos disponíveis.	Definição das carreiras profissionais.	<ul style="list-style-type: none"> Reactualizar a tabela dos cargos específicos da Polícia. Criar uma política de incentivos com vista a que os efectivos participem da sua valorização. Criar um Centro de estudos e diagnósticos psicológicos (Gabinete de Psicologia). Accionar os subsistemas de manutenção e desenvolvimento dos recursos humanos.
	Aperfeiçoamento da formação profissional.	Consolidar a implementação do Instituto Médio de Ciências Policiais e lançar as bases para a criação do Instituto Superior de Polícia.	<ul style="list-style-type: none"> Adquirir material didáctico para a Biblioteca do Instituto. Adquirir equipamentos para os laboratórios. Definir o regime remuneratório do quadro docente. Recrutamento de quadro docente experiente.
		Criação do Instituto Médio de Ciências Criminais.	<ul style="list-style-type: none"> Institucionalização do Instituto. Aquisição ou construção de instalações. Recrutamento do quadro docente.
		Conferir as Escolas, capacidade para formação e reciclagem dos efectivos.	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação das instalações. Elevação do nível de formação dos Instrutores. Aquisição de livros de interesse policial. Melhorar as condições dos estudantes aquartelados (alojamento, alimentação, etc).
		Especialização do pessoal.	<ul style="list-style-type: none"> Proceder o levantamento de pessoal com cursos de polícia. Quantificar as necessidades de formação profissional e estabelecer prioridades. Programar cursos de superação e actualização técnica dos efectivos. Criar centros de formação regionais (Benguela, Huíla, L. Norte e Uíge). Profissionalizar os efectivos da PN, de acordo as especificidades, de forma contínua e permanente. Programar acções formativas a serem realizadas no país e no exterior (Directiva Anual-Acções a curto prazo). Definição dos níveis de ensino policial em cursos básicos intensivos, curso básico policial, curso médio policial e curso superior policial.

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJECTOS	ACÇÕES
Elevação do nível de formação profissional e cultural dos efectivos.	Aperfeiçoamento da Formação Profissional.	Especialização do pessoal.	<ul style="list-style-type: none"> . Através da Directiva Anual de Instrução, realizar a nível nacional, a preparação combativa e superação técnica especializada (pôr em funcionamento os formadores). . Dar formação policial a todo o efectivo. . Reciclar os efectivos da Ordem Pública, seleccionando dentre aqueles que tenham mais de 8ª Classe. . Reciclar os efectivos da U.P.D, seleccionando aqueles que tenham mais de 8ª Classe. . Reciclar os efectivos do trânsito. . Dar formação básica policial aos efectivos da PIR. . Dar formação especializada aos efectivos da P.Fronteiras . Dar formação especializada aos efectivos da P. Fiscal. . Formar Bibliotecários. . Formar pessoal especializado em Museologia. . Dinamizar as acções de cooperação no domínio da formação, priorizando as seguintes acções: . Formar 14 pilotos nas diversas especialidades. . Formar 18 mecânicos avionicos nas diversas especialidades . Formar especialistas em operações de voo. . Realizar cursos de técnica e tática de investigação criminal. . Realizar cursos sobre legislação fiscal e aduaneira. . Realizar cursos de cinótecnica e cavalaria. . Realizar cursos de segurança pessoal. . Realizar cursos de anti-distúrbios. . Formar especialistas nas áreas económica, metodologias de investigação e fiscalização, área técnica científica, etc.
	Formação académica.	Garantir a formação gradual dos efectivos.	<ul style="list-style-type: none"> . Consolidar o funcionamento do ensino Pré-Universitário na PN, adequando-o as necessidades da PN. . Instituir as bolsas internas atribuindo os subsídios afins. . Proceder ao levantamento e actualização dos estudantes PN . Promover o ingresso de efectivos da PN nas Universidades pública e privadas. . Estabelecer critérios de admissão dos efectivos da PN no ensino médio e superior, para observância em 1º lugar das necessidades da instituição.

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJECTOS	ACÇÕES
Elevação do nível de formação profissional e cultural dos efectivos.	Elevação da formação académica.	Garantir a elevação da formação gradual dos efectivos.	<ul style="list-style-type: none"> . Adquirir material didáctico e outros meios para equipar as Escolas de ensino geral existentes. . Aumentar o número de salas de aulas para o ensino geral
	Formação Cultural.	Criação de uma Biblioteca.	<ul style="list-style-type: none"> . Institucionalizar a biblioteca. . Adquirir ou construir instalações para a Biblioteca. . Adquirir livros, particularmente de interesse policial para apetrecho da biblioteca. . Adquirir meios e equipamentos para a biblioteca.
		Criação de um Museu.	<ul style="list-style-type: none"> . Adquirir ou construir instalações para o museu da PN. . Institucionalizar o Museu da Polícia Nacional. . Recolha de objectos de interesse histórico para o apetrecho do Museu da Polícia Nacional. . Aquisição de meios e equipamentos para o Museu da PN
Melhoramento das condições de trabalho e sociais dos efectivos.	Criar condições de trabalho.	Elevação da perspectiva social e laboral dos efectivos.	<ul style="list-style-type: none"> . Apetrechar os Órgãos com equipamentos que permitam prestar um serviço de qualidade. . Definir um regime salarial que dignifique a função policial . Efectivar a comparticipação nas multas e outros subsídios compensatórios do risco da missão e do sistema de horários.
		Estabilização dos níveis de satisfação alimentar, vestuário e material de aquartelamento.	<ul style="list-style-type: none"> . Adquirir bens alimentares em quantidades e qualidades que satisfaçam as necessidades globais. . Continuar a promover a produção agrícola. . Adquirir utensílios de cozinha e refeitórios. . Adquirir meios de aquartelamento (camas, colchões, etc) . Garantir meios e equipamentos para o trânsito. . Garantir fardamento em quantidades que satisfaçam as necessidades globais dos efectivos. . Estabelecer um modelo de fardamento que dê uma melhor apresentação e aprumo dos efectivos. . Definir os modelos de armamento adequado ao patrulhamento dos principais centros urbanos.
		Elevação do nível de assistência social.	<ul style="list-style-type: none"> . Conceder empréstimos e ajudas financeiras aos efectivos em situação de grandes carências. . Criar e institucionalizar Centros Infantis. . Criar pequenos serviços para empregar os diminuí-

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJECTOS	AÇÕES
Melhoramento das condições de trabalho e sociais dos efectivos.	Criar condições de trabalho.	Elevação do nível de assistência social.	dos físicos da PN em função do seu grau de eficiência.
	Assistência Médica.	Melhoria da prestação de cuidados de saúde.	<ul style="list-style-type: none"> Estender a assistência médica e medicamentosa nas principais Unidades ou nas com maior efectivo. Reorganizar e equipar os Departamentos Prov. de Saúde e estender a rede aos Municípios. Colocar Médicos, Técnicos Médios e Básicos nos Departamentos Provinciais de Saúde. Melhorar os níveis de abastecimento em meios médicos a toda a rede sanitária.
		Conferir maior capacidade de atendimento do Centro de Saúde Principal.	<ul style="list-style-type: none"> Garantir equipamentos modernos para análises clínicas. Garantir equipamentos indispensável ao reequipamento dos Centros Médicos.
		Luta contra o HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis.	<ul style="list-style-type: none"> Difundir normas e regras para a prevenção da doença.
		Controlo da Malária e outras endemias.	<ul style="list-style-type: none"> Desinfestar as Unidades e impregnar os mosquiteiros. Promover campanhas de vacinação contra o tétano, febre amarela, etc.
Aumentar o sentimento de segurança das populações.	Segurança das populações.	Realçar a segurança de cada um, do público e das instituições.	<ul style="list-style-type: none"> Adequar a acção policial as necessidades e expectativas da comunidade. Manter a paz e a segurança pública, desencorajando aqueles que ameaçam a harmonia da vida em sociedade. Prevenir a sinistralidade rodoviária, mediante uma eficaz regulação do trânsito automóvel. Implementar um sistema de policiamento mais próximo do cidadão. Pesquisar sobre o grau de aceitação e de satisfação pelo serviço prestado. Manter diálogo com a sociedade e desenvolver programas de prevenção. Demonstrar a população uma forte determinação e reduzir a incidência ao crime.
Modernização Técnico-Logística e Infra-Estrutural.	Modernização Técnica.	Estabilização do Parque Automóvel.	<ul style="list-style-type: none"> Criar 4 oficinas regionais, nas Províncias da Huíla, L. Sul Huambo e Malanje. Apetrechar com equipamentos e ferramentas as oficinas

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJECTOS	ACÇÕES
Modernização Técnico-Logística e Infra-Estrutural.	Modernização Técnica.	Estabilização do Parque Automóvel.	<p>centrais e provinciais.</p> <p>. Criar uma área de mecânica auto - pesados.</p> <p>Adquirir para uso operativo:</p> <p>. 250 Turismos patrulheiros.</p> <p>. 820 Jeep's patrulheiras.</p> <p>. 220 Motos de trânsito.</p> <p>. 250 Camiões de transporte para tropas.</p> <p>. 20 Lanchas de intercessão rápida.</p> <p>. 30 Botes.</p> <p>Adquirir para exploração de serviço:</p> <p>. 250 Turismos para uso integral.</p> <p>. 10 veículos RG-12 para transporte de tropas.</p> <p>. 3 Helicópteros.</p> <p>. 90 Jeep's para uso integral.</p> <p>. 118 viaturas celulares.</p> <p>. 3 Camiões para contentores.</p> <p>. 27 Camiões para carga solida.</p> <p>. 27 Camiões carga líquida (Combustíveis).</p> <p>. 27 Camiões carga líquida (Água).</p> <p>. 15 veículos RG-12 Blindado.</p> <p>. 27 Autocarros 50 lugares.</p> <p>. 195 viaturas Unimog (Remotorização).</p> <p>Adquirir para exploração especial:</p> <p>. 44 Jeep's ambulância.</p> <p>. 78 Jeep's para remoção de cadáveres.</p> <p>. 27 Jeep's pronto socorro.</p> <p>. 5 Camiões pronto socorro.</p> <p>. 10 atrelados.</p> <p>. 5 cavalos mecânico.</p> <p>Adquirir para a instrução:</p> <p>. 10 Bicicletas.</p> <p>. 10 Motorizadas.</p> <p>. 5 Motos.</p> <p>. 5 Jeep's.</p> <p>. 5 Camiões.</p> <p>Adquirir</p> <p>. 5 Grupos geradores de 200 KVA.</p> <p>. 10 Grupos geradores de 160 KVA.</p>

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJECTUS	AÇÕES
Modernização Técnico-Logístico e Infra Estrutural.	Modernização Técnica.	Estabilização do Parque Automóvel.	<ul style="list-style-type: none"> 30 Grupos geradores de 60 KVA. 162 Grupos geradores de 10,5 KVA.
		Modernização das Comunicações.	<ul style="list-style-type: none"> Adquirir modernas tecnologias de comunicação. Informatizar o controlo dos motoristas e veículos, multas, etc. Informatizar os Órgãos da PN, particularmente os operativos. Instalar o sistema, de comunicação VSAT. Instalar sistemas de controlo electrónico do trânsito rodoviário (radares e alcoolímetros). Instalar sistemas de controlo electrónico para os principais Órgãos da PN. Instalar sistemas de transmissão de dados e voz na PIR, Polícia de Fronteiras e Polícia Fiscal. Estender o sistema trunking aos Comandos Provinciais. Instalar o Sistema Geográfico de informação.
	Infra - Estruturas.	Construção de infra-estruturas para o apoio aos vários serviços.	<ul style="list-style-type: none"> Reabilitar as instalações de todos os Comandos Provinciais que se encontram em estado de degradação. Reabilitar as oficinas dos Comandos Provinciais de Cabinda, Uíge, Malanje, K. Norte, Huambo, Benguela, Huíla e Namibe. Pugnar no sentido da construção de: Hospital Central da PN em Luanda Hospital Provincial da PN no Bié Centro Médico da PN no Moxico Um Centro de Acolhimento de Idosos da PN no Bairro da Polícia, em Luanda. Um Condomínio Residencial no Moxico. Instalações para a DNV. Um Centro Técnico para a inspecção dos veículos automóveis. Postos de Controlo. O Comando da polícia de Fronteiras. 500 habitações para efectivos da PN, em Luanda. 3 Divisões Policiais em Luanda. O Edifício Sede do CGPN. Panificadora em Luanda.

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJECTOS	ACÇÕES
Modernização Técnico-Logístico e Infra Estrutural.	Infra-Estruturas.	Construção de infra-estruturas para o apoio aos vários serviços.	<ul style="list-style-type: none"> . Cozinha industrial em Luanda. . Oficina de reparação de armamento. . Divisão Policial no Lobito/Benguela. . Escola de formação de mecanicos, electricistas, bate-chapas, pintores, etc. . Oficina para produção e reparação de calçado. . Oficina para produção e reparação de vestuário. . Postos de abastecimento de combustíveis nos Comandos Provinciais. . Uma doca para a reparação dos meios marítimos . Aquartelamentos para as forças da PIR. . Instalações para o Órgão e melhoria das condições de acomodação dos Órgãos Provinciais. . Instalações para o Comando Provincial de Luanda. . Casas de passagem nos Comandos Provinciais . 50 residencias em cada Comando Provincial . Laboratório Central de Criminalistica
Acções operativas com vista a conter a taxa de criminalidade e a sinistralidade rodoviária.	Acção Operativa.	Conferir à Esquadra de Helicópteros capacidade operacional que lhe permita cumprir qualquer missão.	<ul style="list-style-type: none"> . Definir uma nova estrutura organizacional que confira maior operacionalidade ao Órgão. . Dotar a Esquadra de um Heliporto próprio. . Materializar as acções atinentes a formação de especialistas. . Adquirir um avião para transporte de carga.
		Dinamizar a actividade de regularização operativa do trânsito rodoviário.	<ul style="list-style-type: none"> . Adquirir viaturas adequadas as especificidades da actividade de regularização do trânsito rodoviário. . Adquirir modernas tecnologias de informação para facilitar o controlo de viaturas, motoristas, etc. . Propor a actualização da legislação sobre o trânsito rodoviário. . Propor a legalização dos instrumentos de fiscalização (radar e teste alcoolímico). . Informatizar as actividades de viação e trânsito. . Aperfeiçoar as campanhas de segurança e prevenção rodoviária. . Institucionalizar o Centro de Inspecção Técnica de viaturas.

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJECTOS	ACÇÕES
Acções operativas com vista a conter a taxa de criminalidade e a sinistralidade rodoviária.	Acção Operativa.	Conferir as Forças de Protecção e Intervenção, maior capacidade operacional.	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar as condições de aquartelamento das forças. Adquirir armamento adequado as especificidades das forças de intervenção. Garantir formação policial especializada aos efectivos. Desenvolver a cavalaria e a técnica canina. Garantir maior segurança as Altas Entidades do Estado. Melhorar o asseguramento às Representações Diplomáticas
		Modernizar o funcionamento dos Órgãos de Investigação Criminal.	<ul style="list-style-type: none"> Dotar os Órgãos de investigação de modernas tecnologias de informação. Elevar o nível de formação técnica e profissional dos investigadores. Dotar os Órgãos de meios de transporte, escritório e outros, indispensáveis a instrução celere dos processos.
		Modernizar a actuação policial, particularmente na manutenção da Ordem Pública.	<ul style="list-style-type: none"> Conferir maior capacidade operacional aos órgãos de manutenção da ordem pública. Estabelecer as melhores práticas na resposta operacional e analisar as causas do crime e as formas da sua redução. Melhorar os resultados operacionais, mediante o aumento da prontidão e eficiência dos meios humanos e materiais. Reduzir a procura e o fornecimento de drogas ilegais. Adquirir e utilizar de forma rentável as modernas tecnologias de informação e equipamentos de prevenção e detenção do crime. Incrementar as acções de cooperação na detecção e prevenção do crime.
		Conferir maior capacidade à Polícia Económica, para que possa concorrer para o estabelecimento da ordem económica.	<ul style="list-style-type: none"> Adquirir modernas tecnologias de informação. Melhorar as condições sociais dos efectivos em função da complexidade da actividade que realizam. Elevar o nível de escolaridade dos efectivos, elevando para 100 o número de Técnicos Superiores e 641 o de Técnicos Médios. Especializar efectivos nas áreas económica, metodologias de investigação e fiscalização, área técnica científica, etc.

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJECTOS	ACÇÕES
Melhoria da imagem interna e externa.	Auto imagem.	Dar a conhecer a cultura, missões e objectivos da PN.	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar os Serviços de Imprensa, conferindo-lhe maior dinâmica. Estabelecer contactos privilegiados com órgãos da comunicação social que podem dar a conhecer a cultura e missões da PN e divulgar a sua actividade operacional. Rever e adequar os canais e meios de difusão da informação interna, aumentando o diálogo e o conhecimento das acções e dos projectos e cursos. Actuar com profissionalismo.
Estimular o espírito de corpo e de missão.	Elevação da coesão e do diálogo interno.	Elevar o orgulho de pertencer a PN e melhorar o desempenho profissional.	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o espírito de corpo e de serviço, a coesão e a identificação com a Corporação. Realçar sempre os valores lapidarmente corporizados no lema "Pela Ordem e Pela Paz ao Serviço da Nação". Valorizar a liderança e o trabalho de equipa. Incrementar a instrução sobre moral, ética, deontologia profissional, comportamentos e atitudes. Estimular o orgulho de realizar um trabalho de qualidade que mereça apreço do público.

Luanda, aos 30 de Agosto de 2002.-

O COMANDANTE GERAL,

JOSÉ ALFREDO "EKUIKUI"

*** COMISSÁRIO-GERAL ***

Anexo XIII

e) um advogado designado pela Ordem dos Advogados.

2. Todos os titulares podem fazer-se substituir por um membro suplente designado pelas mesmas entidades.

3. Os mandatos são de dois anos renováveis, sem prejuízo da sua cessação quando terminem as funções em virtude das quais foram designados.

4. Todos os membros podem exercer o seu mandato em acumulação com outras funções.

5. Os direitos e regalias dos membros são fixados no diploma regulamentar da presente lei.

6. Nas sessões da comissão em que sejam debatidas questões que interessam a uma dada entidade pode participar, sem direito a voto, um seu representante.

ARTIGO 19.º (Competência)

Compete à comissão de fiscalização:

- a) elaborar a sua regulamentação interna;
- b) apreciar as reclamações que lhe sejam dirigidas pelos interessados;
- c) dar parecer sobre o acesso aos documentos nominativos;
- d) pronunciar-se sobre o sistema de classificação de documentos;
- e) dar parecer sobre a aplicação da presente lei, bem como sobre a elaboração e aplicação das leis complementares;
- f) elaborar um relatório anual sobre a aplicação da presente lei e da sua actividade, a enviar à Assembleia Nacional para apreciação e remissão ao Governo para publicação.

CAPÍTULO IV Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 20.º (Regulamentação)

A presente lei deve ser regulamentada pelo Governo no prazo de 120 dias.

ARTIGO 21.º (Revogação)

É revogada toda legislação que contrarie o disposto na presente lei.

ARTIGO 22.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que se suscitarem da interpretação e aplicação da presente lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 23.º (Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 23 de Julho de 2002.

O Presidente em exercício, da Assembleia Nacional,
Julião Mateus Paulo.

Promulgada, aos 29 de Julho de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Lei n.º 12/02
de 16 de Agosto

Na República de Angola, o Estado protege e garante o respeito dos direitos e liberdades dos cidadãos, criando as condições que proporcionem a sua realização plena, estabelecendo mecanismos que defendam a manutenção da legalidade democrática instituída.

O Estado democrático de direito não pode, em circunstância alguma, significar ausência ou desnecessidade de controlo pelo contrário, tal facto exige a necessidade imperiosa da criação de condições para o estabelecimento e manutenção da ordem pública e da segurança do País, entendida como actividade permanente desenvolvida pelo Estado.

Torna-se assim necessário adequar a Lei de Segurança Nacional aos princípios, normas e regras de um Estado democrático de direito.

Nestes termos, ao abrigo da alínea *b*) do artigo 88.º da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional aprova, a seguinte:

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

CAPÍTULO I Princípios Gerais

ARTIGO 1.º (Definição e fins de segurança nacional)

1. A segurança nacional é a actividade do Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública e contribuir, assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

2. A actividade de segurança nacional exerce-se nos termos da lei, designadamente, da Lei Penal e Processual Penal, e dos diplomas que estabelecem a organização e funcionamento dos serviços públicos de informações e dos órgãos e serviços de ordem interna da República de Angola.

3. Para prossecução dos fins de segurança nacional, os serviços e órgãos integrados no sistema de segurança nacional devem:

- a) produzir informações destinadas a suportar as políticas de segurança e protecção da vida, integridade e dignidade humanas;
- b) produzir informações destinadas à salvaguardar a preservação da independência nacional, soberania, a paz e tranquilidade pública bem como a ordem constitucional;
- c) realizar acções e produzir informações destinadas a prevenção geral e especial, a protecção contra o terrorismo, a sabotagem, o açambarcamento, a espionagem, o tráfico ilícito de drogas e de substâncias psicotrópicas.

ARTIGO 2.º (Princípios fundamentais)

1. A actividade de segurança nacional deve pautar-se pela observância das regras gerais de polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias e pelos demais princípios do Estado democrático de direito.

2. As medidas de polícia e segurança são as previstas nas leis, não devendo ser utilizadas, para além do estritamente necessário.

3. A prevenção dos crimes contra a segurança do Estado só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

4. O regime dos órgãos e serviços públicos de segurança deve ser fixado por lei, sendo a organização de cada uma delas únicas para todo o território nacional.

ARTIGO 3.º (Política de segurança nacional)

A política de segurança nacional consiste no conjunto de princípios, orientações e medidas tendentes a prossecução permanente dos fins definidos no artigo 1.º da presente lei.

ARTIGO 4.º (Âmbito territorial)

1. A segurança nacional desenvolve-se em todo espaço sujeito aos poderes de jurisdição do Estado angolano.

2. No quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do direito internacional, os órgãos e serviços públicos de segurança podem actuar fora do espaço referido no número anterior em cooperação com os serviços de Estados estrangeiros ou com organizações internacionais de que Angola seja parte.

ARTIGO 5.º (Deveres gerais especiais de colaboração)

1. Os cidadãos têm o dever de colaborar na prossecução dos fins de segurança nacional, observando as disposições estabelecidas na lei.

2. Os funcionários e agentes do Estado ou das pessoas colectivas públicas, bem como os órgãos de gestão das empresas públicas têm o dever especial de colaboração com os serviços de informações.

3. Os indivíduos investidos nas funções de direcção, chefia, inspecção ou fiscalização em órgãos ou serviços da administração pública têm o dever de comunicar aos serviços de informações competentes os factos de que tomem conhecimento no exercício das suas funções, ou por causa delas, e que constituam preparação, tentativa ou execução de crimes contra a Segurança do Estado.

ARTIGO 15.º

(Competência do Presidente da República)

1. Compete ao Presidente da República:

- a) a direcção, coordenação e condução da política e estratégia de segurança nacional;
- b) convocar e presidir o Conselho Superior de Segurança Nacional e a sua Comissão Executiva;
- c) em caso de grave ameaça da Segurança Nacional, tomar as providências julgadas adequadas, incluindo, se necessário o emprego operacional combinado do pessoal e meios atribuídos a cada um dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Nacional, nos termos da Lei Constitucional;
- d) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela presente lei.

ARTIGO 16.º

(Conselho Superior de Segurança Nacional)

1. O Conselho Superior de Segurança Nacional é o órgão de consulta do Presidente da República, em matéria de segurança nacional.

2. O Conselho Superior de Segurança Nacional é presidido pelo Presidente da República, podendo delegar esta competência no Primeiro Ministro e tem a seguinte composição:

- a) o Primeiro Ministro;
- b) os Ministros da Defesa, do Interior, das Finanças, e das Relações Exteriores;
- c) o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas;
- d) o Comandante Geral da Polícia;
- e) o director geral do Serviço de Inteligência Externa;
- f) o Chefe do Serviço de Informações;
- g) o Chefe do Serviço de Inteligência Militar;

3. Podem ser convidados a participar as entidades que em função dos assuntos a serem tratados, o Presidente da República achar conveniente.

4. Compete ao Conselho Superior de Segurança Nacional:

- a) aconselhar o Presidente da República na direcção, condução e coordenação da política e estratégia nacional de segurança e dos órgãos e serviços do Sistema de Segurança Nacional;

- b) pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos em matéria de segurança pelo Presidente da República ou, com a autorização deste, por qualquer dos seus membros;
- c) propor a orientação da actividade de segurança pelos vários serviços.

ARTIGO 17.º

(Comissão Executiva do Conselho Superior de Segurança Nacional)

1. A Comissão Executiva é órgão restrito do Conselho Superior de Segurança Nacional.

2. A Comissão Executiva é presidida pelo Presidente da República.

3. A Comissão Executiva é composta pelo 1.º Ministro, os Ministros da Defesa, Interior, Relações Exteriores, Chefe do Estado Maior General/FAA, Comandante Geral da Polícia Nacional, Director Geral do Serviço de Inteligência Externa, Chefe do Serviço de Informações e Chefe do Serviço de Inteligência Militar.

4. À Comissão Executiva compete:

- a) apoiar o Presidente da República, na coordenação da actividade dos serviços e órgãos que integram o Sistema de Segurança Nacional;
- b) emitir os pareceres que lhe sejam solicitados pelo Conselho Superior de Segurança Nacional;
- c) proceder à coordenação operativa e reflexão estratégica, bem como assegurar a interligação entre todos os órgãos e serviços do Sistema de Segurança Nacional.

5. O Conselho Superior de Segurança Nacional e a sua Comissão Executiva dispõem, dentre os seus membros, de um Secretário nomeado pelo Presidente da República.

ARTIGO 18.º

(Órgãos e serviços da ordem interna)

1. Os órgãos e serviços da ordem interna, constituem o sistema policial da República de Angola e concorrem para a garantia da ordem e tranquilidade públicas, e na prossecução dos objectivos definidos na presente lei, e actuam no respeito da legalidade e dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos constitucionalmente garantidos.

2. A organização e funcionamento dos órgãos e serviços de ordem interna são regulados por decreto-lei.

3. O disposto no presente artigo não prejudica o que se disponha em legislação específica sobre as entidades administrativas subsidiariamente investidas de autoridade de polícia administrativa, bem como, sobre as competências das autoridades investidas de poder de investigação e instrução criminal.

ARTIGO 19.º
(Autoridade de Polícia)

Para efeitos de aplicação da presente lei e no âmbito das competências específicas atribuídas à cada um dos órgãos e serviços do Sistema de Segurança Nacional, consideram-se autoridades de polícia as seguintes entidades:

- a) o Comandante Geral, os 2.ºs Comandantes Gerais, os Comandantes Provinciais da Polícia, os 2.ºs Comandantes Provinciais, e os Comandantes Municipais da Polícia;
- b) os funcionários superiores da Polícia Nacional referidos nos respectivos diplomas orgânicos;
- c) os funcionários superiores dos Serviços de Migração e Estrangeiros referidos no respectivo estatuto;
- d) os chefes dos Departamentos Marítimos e os capitães dos portos, enquanto órgãos do sistema de Autoridade Marítima e correspondentes entidades do sistema de Autoridade Aeronáutica.

ARTIGO 20.º
(Serviço de Inteligência Externa)

1. O Serviço de Inteligência Externa é o organismo incumbido da pesquisa, produção e processamento de informações estratégicas e outras destinadas a garantir a independência nacional e a segurança externa do Estado Angolano.

2. O Serviço de Inteligência Externa depende do Presidente da República.

3. A organização e funcionamento do Serviço de Inteligência Externa deve ser regulado por decreto-lei.

ARTIGO 21.º
(Serviço de Informações)

1. O Serviço de Informações é o organismo incumbido da pesquisa, produção e processamento de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir, impedir e combater a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que pela sua natureza possam perigar, alterar ou destruir o Estado democrático de direito constitucionalmente estabelecido.

2. O Serviço de Informações depende do Chefe do Governo.

3. A organização e funcionamento do serviço de informações deve ser regulado por decreto-lei.

ARTIGO 22.º
(Serviço de Inteligência Militar)

1. O Serviço de Inteligência Militar é o organismo incumbido na pesquisa, produção e processamento de informações militares e outras destinadas ao cumprimento das missões das Forças Armadas e para a segurança militar.

2. O Serviço de Inteligência Militar depende do Ministro da Defesa.

3. O disposto do número anterior não prejudica as actividades de informações de natureza operacional específica, desenvolvida pelas Forças Armadas, no âmbito estrito das suas necessidades e interesses de funcionamento e do desempenho das missões que lhe estão legalmente conferidas.

4. A organização e funcionamento do Serviço de Inteligência Militar deve ser regulado pelo decreto-lei.

ARTIGO 23.º
(Medidas de Polícia)

1. No exercício das suas atribuições os órgãos e serviços de ordem interna que integram o sistema de segurança nacional podem aplicar medidas de polícia nos termos da lei nomeadamente:

- a) proceder a vigilância policial das pessoas, edifícios e estabelecimentos por período de tempo determinado, bem como a exigência de identificação de qualquer pessoa que se encontre a circular em lugar público ou sujeito à vigilância policial;
- b) proceder a apreensão de armas, munições e explosivos;
- c) impedir a entrada na República de Angola de estrangeiros que não reúnem os requisitos legais, bem como à sua expulsão do território nacional, nos termos da lei;
- d) proceder ao controlo das comunicações, nos termos do artigo 24.º da presente lei;
- e) proceder ao encerramento temporário de depósitos ou fábrica de armamento e equipamento militar, bem como a suspensão de autorização aos titulares destes mesmos estabelecimentos;

Anexo XIV

Anexo XV

Anexo XVI

ESTATUTO ORGÂNICO DA POLÍCIA NACIONAL

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E NATUREZA

Artigo 1º

Polícia Nacional, designada abreviadamente pela sigla PN, é uma força militarizada competindo-lhe fundamentalmente:

- 1 – A defesa da legalidade democrática;
- 2 – A manutenção da ordem e tranquilidade públicas;
- 3 – O respeito pelo regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos;
- 4 – A defesa e protecção da propriedade estatal colectiva, privada e pessoal;
- 5 – A prevenção à delinquência e o combate à criminalidade;
- 6 – Colaborar na execução da Política de Defesa Nacional, nos termos que forem estabelecidos por lei.

Artigo 2º

A Polícia Nacional depende organicamente do Ministério do Interior.

Artigo 3º

1. A Polícia Nacional reger-se-a pelo presente diploma e pelas medidas da Polícia legalmente previstas, no âmbito das competências que lhe forem fixadas.
2. A organização da Polícia Nacional é única e as suas missões serão exercidas em todo o território nacional, obecendo à hierarquia de Comando a todos os níveis da sua estrutura.

Anexo XVII

Anexo XVIII

1º - TIPICIDADE DELITIVA

CRIMES CONTRA AS PROPRIEDADES.....(260) (-49) Casos

Roubo.....	(105)	(-16)	"
Furto.....	(115)	(-35)	"
Tentativa de Roubo.....	(07)	(-1)	"
Tentativa de Furto.....	(07)	(-4)	"
Dano Culposos.....	(10)	(-4)	"
Roubo Qualificado.....	(14)	(-11)	"
Danos C/ Culpa Grave.....	(01)	(=)	"
Fogo Posto.....	(01)	(-1)	"

CRIMES CONTRA AS PESSOAS.....(155) (-19) Casos

Ofensas Corporais Voluntárias Simples.....	(72)	(-7)	"
Violação de Menor.....	(29)	(-4)	"
Violação.....	(10)	(-6)	"
Homicídio Voluntário.....	(26)	(-11)	"
Atentado ao pudor.....	(06)	(+2)	"
Homicídio Com Culpa Grave.....	(02)	(-1)	"
Tentativa de Violação.....	(06)	(-10)	"
Homicídio Preterintencional.....	(01)	(+1)	"
Ameaças.....	(03)	(-4)	"

CRIME CONTRA ORDEM E T. PÚBLICA(15) (-2) Casos

Posse Ilegal de Arma de Fogo.....	(05) (-2)	"
Posse e Consume de Estupefaciente.....	(04) (-1)	"
Associação de Malfeitores.....	(05) (-5)	"
Abuso de Confiança.....	(01) (+1)	"

2º - LUGAR DE OCORRÊNCIA

Via pública.....	(226) (-38 Casos)	
Residência.....	(180) (-36)	"
Comércio.....	(18) (+5)	"
Escola.....	(06) (-1)	

3º - PARTICIPAÇÃO POR IDADE

a)-Menores Inimputáveis

Até 11 Anos de idade.....	(15) (+5) Menores	
Com 12 Anos de idade.....	(21) (-1)	"
Com 13 " " "	(42) (-15)	"
" 14 " " "	(106) (-57)	"
" 15 " " "	(233) (+29)	"

b)- Menores Imputáveis

Com 16 Anos de idade.....	(56) (-13)	"
Com 17 Anos de idade.....	(37) (+22)	"
Com 18 anos de idade.....	(22) (+16)	"

4º - NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Iº Nível.....	(177) (+4) Menores	
IIº Nível.....	(188) (-91)	"
IIIº Nível.....	(119) (-5)	"
Puniv.....	(23) (=)	"
Analfabeto.....	(25) (-22)	"

5º - FILHAÇÃO E SITUAÇÃO SOCIAL

Menores de Pais Casados/União de facto.....	(407)	(-81)	Menores
Menores de pais Divorciados/Separados.....	(71)	(+10)	"
Menores Órfãos de Pai ou Mãe.....	(49)	(-13)	"
Menores Desamparados.....	(05)	(-31)	"

6º - ORIGEM SOCIAL

Menores de Origem Camponesa.....	(439)	(-99)	Menores
Menores de Origem Operaria.....	(93)	(-16)	"

7º - ENQUADRAMENTO E OCUPAÇÃO ÚTIL

Menores estudantes.....	(342)	(-20)	Menores
" Desocupados.....	(190)	(-95)	"

8º - ÁREAS MAIS AFECTADAS EM CRIMES

Divisão de Polícia do K. Kiayi.....	(77)	(=)	Casos
Divisão de " do Cazenga.....	(30)	(-29)	"
Divisão de " da Samba.....	(29)	(+14)	"
Divisão de " do Rangel.....	(20)	(+2)	"
Divisão de " de Viana.....	(64)	(-16)	"
Divisão de " da Maianga.....	(111)	(-29)	"
Divisão de " da Ingombota.....	(19)	(-2)	"
Divisão de " de Cacuaco.....	(39)	(+10)	"
Divisão de " do Sambizanga.....	(41)	(-20)	"

9º - CAUSAS E CONDIÇÕES DESTES DELITOS

Desagregação ou separação dos cônjuges;
A orfandade, entre outros motivos de ordem social;
Não ocupação dos tempos livre dos menores;
Não enquadramento no sistema escolar;
Uso excessivo do álcool;
Mas companhias
Entre outras.

10º - HORÁRIO MAIS AFECTADO

Das 00H00 às 04H00 e das 10H00 às 23H30.

Anexo XIX

Anexo XX



POLÍCIA NACIONAL
COMANDO PROVINCIAL DE LUANDA
BRIGADA DE SEGURANÇA ESCOLAR

VISTO E APROVADO EM ____/____/2012
A COMANDANTE PROVINCIAL

ELIZABETH MARIA RANQUE FRANQUE
/**COMESSÁRIO - CHEFE**/

**RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ANO
2012.**

I. INTRODUÇÃO

O presente relatório serve de base para analisar de forma geral as actividades desenvolvidas pela Brigada de Segurança Escolar durante o ano 2012. De realçar que nesse período as ocorrências registadas se destacam, Síndrome de Fórum Respiratório, Ofensas corporais graves, Simples, Roubos, Furtos, Falsificação de documentos, Acidentes de viação, Ameaças de morte com arma de fogo, Introdução ilegal, Posse ilegal de arma de fogo e outros crimes de natureza diversa. Foram implementadas medidas policiais através de um plano gizado e aprovado superiormente com finalidade de conter a situação operativa nos estabelecimentos de ensino da Província assim como actos de sensibilização aos alunos, através de palestras, encontros periódicos com as direcções das escolas, núcleo de alunos e encarregados de educação de forma a proporcionar um sentimento de segurança aos utentes. Reforçou-se as parcerias com a UNICEF, Julgados de menores e outras instituições a fins.

II. GRAU DE CUMPRIMENTO

Durante o período em análise a planificação da Brigada obedeceu três fases. Na primeira fase foram planificadas 14 actividades, tendo sido cumpridas 12, na ordem de 85,7%, não cumpridas 02, na ordem de 14,2% de incumprimento, por falta de verba e incompatibilidade de calendário.

Na segunda fase planificaram-se 08 actividades, das quais 07 foram cumpridas, perfazendo 87,5% de cumprimento, e não foi cumprida apenas 01 actividade, por falta de verba, perfazendo 12,5 de incumprimento.

Finalmente na última fase foram programadas 06 actividades, todas cumpridas, perfazendo 100% de cumprimento.

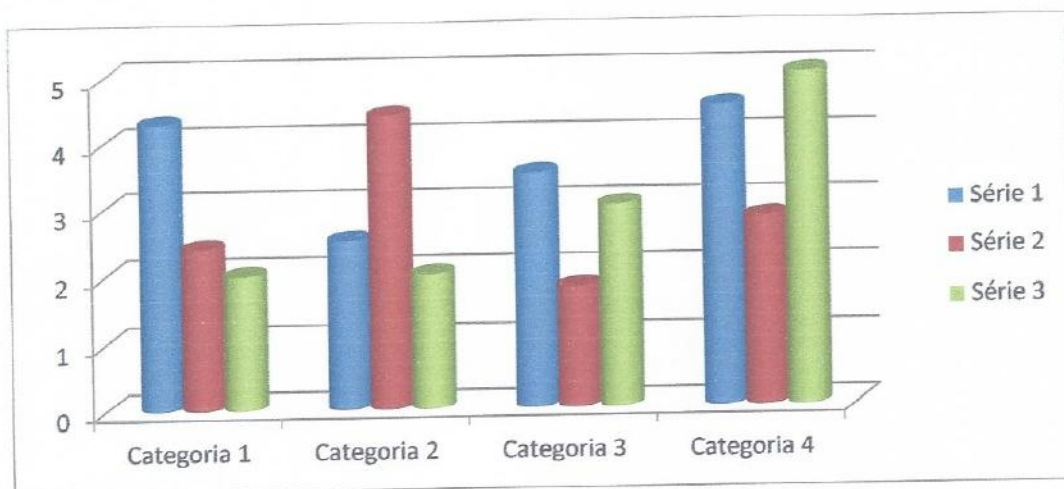
Em suma, durante o ano a BSE programou 27 actividades, cumpriu 25, perfazendo 92,5% de cumprimento e não cumpridas 02, na ordem de 7,4% de incumprimento.

III. SITUAÇÃO DELITUOSA

Neste período a Brigada de Segurança Escolar registou **179 (-9)** ocorrências que resultaram na detenção preventiva de **167 (=)** elementos. Dessas ocorrências se destacam:

71(-93) Casos de síndrome de Fórum Respiratório e **108 (-41)** de natureza comum a destacar:

01 (+1) Suicídio por enforcamento; **23 (+12)** ofensas corporais graves; **49 (+11)** ofensas corporais simples; **01 (+1)** desaparecimento de três estudantes que culminou com a morte de dois; **01 (+1)** Atropelamento na via pública; **02 (-3)** Ameaças de morte com arma de fogo; **01 (+1)** ameaça simples, **01 (-2)** falsificação de documentos; **02 (=)** extravio de arma fogo; **19 (+3)** furtos; **04 (-1)** tentativa de furto; **02 (+2)** roubo qualificados **12 (-4)** roubos de artigos diversos; **01 (-8)** rixa; **01 (-3)** dano material; **08 (-1)** introduções ilegais, **05 (+1)** tentativas de roubo, **01 (-3)** posse ilegal de arma de fogo, **03 (=)** consumos de estupefaciente, **01 (+1)** caso de pulverização de produto presumivelmente gás lacrimogénico; **02 (+2)** consumos de bebidas alcóolicas no recinto escolar; **01 (+1)** incêndio; **01(-1)** ofensa moral; **01 (+1)** burla; **01(+1)** posse ilegal de arma branca, **01(-4)** falsa qualidade e **01(+1)** atentado ao pudor.



a)- Informações

Foram recolhidas neste período total de **500** informações, sendo **407** de interesses policial e **93** de estados de opinião e comentário.

b)- EXPEDIENTES LAVRADOS

Foram lavrados (**936**) expedientes sendo (19) participações; (**537**) informações; (**50**) actas de reuniões, (14) histórias, (12) planos de trabalho, Passaporte de licença Disciplinar (08), (05) planos de asseguramento, (50) solicitações, (12) Auto de Noticiais, (48) relatórios, (94) Guias médicas, (31) punições e (13) Mandatos de condução e (43) notas de alertas.

c)- CRIMES POR FAIXA ETÁRIA

Anexo XXI

2. A suspensão requerida só pode ser concedida quando:

- a) existir séria probabilidade de a execução do acto causar prejuízo irreparável ou de difícil reparação ao interessado;
- b) não resultar da suspensão grave lesão de interesse público.

ARTIGO 2.º
(Suspensão da execução da decisão judicial)

1. Quando a imediata execução de uma decisão judicial transitada em julgado, proferida em matéria de contencioso administrativo, for susceptível de causar prejuízo grave para o Estado, pode o órgão da administração ou a pessoa colectiva de direito público a quem caiba executá-la requerer ao tribunal a suspensão da sua execução, por um período máximo de seis meses.

2. Na disposição do número anterior não se incluem as decisões judiciais que condenem no pagamento de uma quantia em dinheiro.

ARTIGO 3.º
(Inexecução da decisão judicial)

1. A inexecução da decisão judicial transitada em julgado, proferida em matéria de contencioso administrativo, pode ser pedida ao tribunal que a proferiu, sempre que se verificar qualquer um dos seguintes fundamentos:

- a) ser impossível a execução;
- b) existir grave prejuízo para o interesse público;
- c) existirem circunstâncias de ordem, segurança e tranquilidade pública que obstem à execução.

2. Aplica-se ao pedido de inexecução o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

ARTIGO 4.º
(Indemnização em caso de inexecução)

1. Quando, tratando-se de decisão judicial que não condene no pagamento de uma quantia em dinheiro, o órgão do Estado ou a pessoa colectiva de direito público, para tanto rectificada pelo tribunal, não executar a decisão judicial, o Estado constitui-se na obrigação de indemnizar o interessado pelos prejuízos que a inexecução lhes causar.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável nos casos em que o tribunal declarar a inexecução requerida nos termos do n.º 1 do artigo 3.º.

3. O pedido de indemnização contra o Estado deve ser formulado, sob pena de caducidade no prazo de dois anos a contar da notificação do tribunal a ordenar a execução da decisão judicial, transitada em julgado.

ARTIGO 5.º
(Liquidação da indemnização)

Na liquidação da indemnização devem ser considerados, além dos prejuízos resultantes da inexecução da decisão judicial, os juros devidos e as custas e encargos judiciais.

ARTIGO 6.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação da presente lei, são resolvidas pela Assembleia

ARTIGO 7.º
(Regulamentação)

A presente lei deve ser regulamentada pelo Governo no prazo de 90 dias após a sua publicação.

ARTIGO 8.º
(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Dezembro de 1995.

O Presidente da Assembleia Nacional em exercício, *Lázaro Manuel Dias*.

O Presidente da República, *JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS*.

Lei n.º 9/96
de 19 de Abril

Esta lei vem criar o órgão jurisdicional ao qual é atribuída competência para decidir as questões relativas a menores.

No âmbito da sua jurisdição estarão as crianças e os adolescentes que estejam em situação de perigo social ou de pré-delinquência e que em razão da sua imaturidade estejam fora da competência dos outros tribunais.

Prevê-se a aplicação de medidas tutelares que visarão a protecção, assistência e educação do menor cuja situação de perigo clama por uma intervenção coordenada, do órgão judicial composto por um juiz e coadjuvado por dois peritos assessores.

Sancionam-se diversas condutas por par e dos representantes dos menores ou de órgãos de comunicação social, de pessoas singulares ou jurídicas, que lese o princípio consagrado na Lei Constitucional de que a sociedade deve protecção social ao menor.

Estabelece-se a coordenação necessária entre o Julgado de Menores e os órgãos de assistência social que em complementaridade terão de decidir, preparar e executar as medidas tutelares que as circunstâncias impuserem.

Reconhece-se o menor como sujeito de direito a quem se aplicam os princípios que norteiam a administração da justiça dando-lhes as necessárias garantias judiciais.

Nestes termos, ao abrigo da alínea b) do artigo 88.º da Lei Constitucional a Assembleia Nacional aprova a seguinte:

LEI SOBRE O JULGADO DE MENORES

CAPÍTULO I
Criação e fins

ARTIGO 1.º
(Criação)

É criada pelo presente diploma, a Sala do Julgado de Menores, órgão jurisdicional de competência especializada, integrado no Tribunal Provincial da Província onde se

ARTIGO 2.º
(Fins)

O Julgado de Menores tem por fim assegurar aos menores sujeitos à sua jurisdição a protecção judiciária, a defesa dos seus direitos e interesses e a protecção legal que lhes é concedida pela Lei Constitucional, mediante a aplicação de medidas tutelares de vigilância, assistência e educação.

ARTIGO 3.º
(Âmbito de jurisdição)

Estão sujeitos à Jurisdição do Julgado de Menores:

- a) os menores que se encontrem em qualquer das situações descritas na presente lei;
- b) os pais, tutores ou quem tenha o menor a seu cargo, nos casos previstos na presente lei;
- c) todo aquele que pratique acto que constitua violação dos deveres de protecção social do menor.

CAPÍTULO II

(Composição e órgãos que o integram)

ARTIGO 4.º
(Constituição)

1. O Julgado de Menores é o órgão colegial, composto por um Juiz especializado coadjuvado por dois peritos assessores que podem ser funcionários da Administração do Estado ou representantes da sociedade civil.

2. A decisão é proferida pelo Juiz depois de ouvido o parecer dos Peritos Assessores.

ARTIGO 5.º
(Peritos assessores)

1. Os Peritos Assessores são nomeados pelo Ministro da Justiça, pelo período de 3 anos e serão escolhidos preferencialmente entre funcionários dos serviços de assistência social, educação, saúde ou pessoa da sociedade civil de reconhecida idoneidade.

2. Os Peritos Assessores são nomeados entre quem preencha os seguintes requisitos:

- a) ter reconhecida idoneidade moral e cívica;
- b) ter idade superior a 24 anos;
- c) residir na área onde o Julgado de Menores vai exercer as suas funções;
- d) possuir como habilitações literárias mínimas a 12.ª classe ou equivalente;
- e) ter comprovada experiência em matéria que se relacione com o menor.

3. Os Peritos Assessores estão sujeitos às mesmas incompatibilidades, impedimentos e suspeições a que estão sujeitos os juízes.

ARTIGO 6.º
(Atribuições do Juiz)

Incumbe ao juiz do Julgado de Menores preparar e decidir em primeira instância os processos sujeitos à sua jurisdição,

bem como os respectivos incidentes e exercer as demais atribuições consignadas na lei.

ARTIGO 7.º
(Procurador de menores)

1. Os Magistrados do Ministério Público que exerçam funções nos Julgado de Menores são designados Procuradores de Menores.

2. Compete ao Procurador de Menores representar judicialmente o menor assim como defender os seus direitos e zelar pelos seus interesses, podendo exigir aos pais, tutores ou pessoas encarregadas da sua guarda os esclarecimentos necessários.

ARTIGO 8.º
(Serviços sociais)

1. O Julgado de Menores integra na sua estrutura serviços sociais para o exercício da sua jurisdição.

2. Nas províncias em que não for possível a constituição dos serviços sociais, pode o Julgado de Menores requisitar a outros órgãos da Administração do Estado funcionários habilitados para o exercício das respectivas atribuições.

3. Cabe no geral aos serviços sociais proceder a averiguação dos factos necessários à decisão e o acompanhamento e cumprimento das decisões proferidas.

ARTIGO 9.º
(Legitimidade)

Têm legitimidade para o procedimento judicial:

- a) o Procurador de Menores;
- b) as autoridades policiais tradicionais;
- c) os pais, tutores ou quem tenha o menor a seu cargo;
- d) quem no exercício das suas funções tenha conhecimento do facto sujeito à competência do Julgado de Menores;
- e) os representantes de pessoas jurídicas cujo objecto seja a protecção do menor, que no exercício da sua actividade tenham conhecimento do facto da competência do Julgado de Menores.

CAPÍTULO III

Das medidas tutelares e de protecção social

ARTIGO 10.º
(Natureza das medidas)

1. Podem ser aplicadas singular ou cumulativamente, aos menores sujeitos a jurisdição do Julgado de Menores, as medidas tutelares de protecção, assistência ou educação previstas nesta lei.

2. O Julgado de Menores deve, de acordo com as circunstâncias de cada caso, aplicar as medidas adequadas à protecção do menor.

ARTIGO 11.º
(Revisão de decisões)

As decisões relativas ao arquivamento dos autos, a suspensão da medida ou do processo e a aplicação, alteração ou cessação de medidas tutelares podem ser a todo o tempo

revistas, com vista à mais fácil reintegração social do menor ou em virtude de se não ter conseguido a execução prática da medida decretada.

ARTIGO 12.º
(Espécies de medidas)

Compete ao Julgado de Menores:

- a) aplicar medidas de protecção social aos menores de qualquer idade;
- b) aplicar medidas de prevenção criminal aos menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos de idade, exclusivé.

ARTIGO 13.º
(Medidas provisórias)

1. Quando a urgência da situação assim o exigir ou se torne imprescindível, ao Julgado de Menores, a recolha de informações, este pode decretar medidas de natureza provisória.

2. As medidas de natureza provisória não podem ser aplicadas por período superior a três meses e só por razões ponderosas podem ser prorrogadas por igual período de tempo.

ARTIGO 14.º
(Aplicabilidade das medidas de protecção social)

As medidas de protecção social são decretadas, quando esteja em perigo o bem estar físico ou moral do menor, designadamente, quando ocorra qualquer das seguintes situações:

- a) sejam vítimas de maus tratos físicos, morais ou de negligência por parte de quem os tenha à sua guarda;
- b) se encontrem em situação de abandono ou desamparo;
- c) se mostrem gravemente inadaptados à disciplina da família e da comunidade;
- d) sejam utilizados como mão de obra e estejam sujeitos a esforços físicos susceptíveis de causar lesões graves;
- e) se dediquem à mendicância, vadiagem, prostituição e libertinagem, ou façam uso de bebidas alcoólicas ou de estupefacientes.

ARTIGO 15.º
(Enumeração das medidas de protecção social)

As medidas de protecção social são, entre outras, as seguintes:

- a) permanência em casa dos pais ou tutores ou outros responsáveis mediante acompanhamento do Julgado de Menores;
- b) imposição de regras de conduta;
- c) colocação em família substituta;
- d) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento de ensino;
- e) inscrição em centro de formação profissional;

- g) semi internamento em estabelecimento de assistência ou educativo;
- h) internamento em estabelecimento de assistência ou educativo.

ARTIGO 16.º
(Aplicabilidade das medidas de prevenção criminal)

As medidas de prevenção criminal são aplicáveis aos menores que pratiquem factos tipificados na lei como delitos.

ARTIGO 17.º
(Enumeração das medidas de prevenção criminal)

2. As medidas de prevenção criminal são as seguintes:

- a) repreensão;
- b) imposição de regras de conduta;
- c) condenação do menor ou do seu representante legal, em multas, indemnizações ou restituições;
- d) prestação de serviços à comunidade;
- e) liberdade assistida;
- f) semi internamento em estabelecimento de assistência ou educativo;
- g) internamento em estabelecimento de assistência ou educativo.

CAPÍTULO IV
Protecção social do menor

ARTIGO 18.º
(Violação do direito de protecção social do menor)

Constitui violação do dever de protecção social ao menor a prática de qualquer dos seguintes actos:

- a) o não cumprimento, por parte dos pais, tutores ou pessoa que tenha o menor a seu cargo, das medidas de protecção social ou de prevenção criminal, impostas ao menor;
- b) a ordem de saída do menor da residência familiar, não autorizada pelo Julgado de Menores, por parte dos pais, tutores ou qualquer pessoa que tenha o menor a seu cargo;
- c) a identificação pelos meios de comunicação social, da pessoa do menor a quem seja atribuída a prática de facto tipificado na lei penal como crime, ou que seja ofendido em crime de natureza sexual;
- d) a utilização pelos meios de comunicação social da pessoa do menor para narração do facto susceptível de desencadear o ódio, frustrações ou traumatismo de natureza pessoal ou familiar.
- e) a permissão de entrada de menores em casas de diversão, de espectáculos, ou de jogos impróprios para menores e a falta de afixação no exterior do edifício da natureza dos mesmos e das faixas etárias a que se destinam;
- f) venda, entrega ou exposição a menores de revistas e cassetes ou qualquer outro material gráfico, visual ou auditivo, com carácter pornográfico ou que incentive o uso ilícito de estupefa-

- g) exibição pelas cadeias de rádio e televisão, dentro das horas consideradas próprias para o público infantil, de programas de violência física ou moral ou de sexo;
- h) permanência de menor com idade inferior a 16 anos em casas de diversão para além das 0 horas;

2. A violação do disposto no número anterior faz incorrer o seu autor em contravenção cujo conhecimento é da competência do Julgado de Menores.

ARTIGO 19.º
(Medidas aplicáveis)

1. Os factos previstos no artigo anterior estão sujeitos às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa a fixar entre o limite do salário mínimo e máximo anual, da função pública;
- c) proibição do exercício da actividade por 10 dias, ou multa correspondente;
- d) indemnização a favor do menor por danos morais;
- e) proibição do exercício da actividade até dois anos.

2. Quando o facto praticado pelos pais tutores ou pessoa que tem o menor a seu cargo revelar necessidade de se alterar o exercício da autoridade paternal será dado cumprimento ao previsto no artigo 23.º da presente lei.

CAPÍTULO V
Recursos

ARTIGO 20.º
(Tribunais de recurso)

Das decisões do Julgado de Menores cabe recurso:

- a) para a Câmara do Civil e do Administrativo do Tribunal Supremo, das que apliquem medidas de protecção social ao menor;
- b) para a Câmara dos Crimes Comuns do Tribunal Supremo, das que apliquem medidas de prevenção criminal ao menor;
- c) para a Câmara do Civil e Administrativo do Tribunal Supremo das que apliquem medidas por contravenção por violação do dever de protecção social ao menor.

CAPÍTULO VI
Participações

ARTIGO 21.º
(Participação criminal)

Quando se apure a prática de facto que constitua infracção penal cometida contra menor, o Julgado de Menores deve dele dar conhecimento ao representante do Ministério Público junto do Tribunal competente para procedimento.

ARTIGO 22.º
(Participação à sala da família)

Quando o julgador de Menores aplicar medida que envolva alteração ou inibição do exercício da autoridade paternal, deve

dar conhecimento do facto ao Ministério Público junto da sala da família para procedimento.

ARTIGO 23.º
(Comunicação ao Julgado de menores)

A condenação pela sala dos crimes comuns de menores de 18 anos deve ser obrigatoriamente comunicada ao Julgado de Menores competente.

CAPÍTULO VII
Defesa do menor

ARTIGO 24.º
(Constituição de advogado)

1. Os pais, tutores, qualquer pessoa que tenha menores a seu cargo e o menor com idade superior a 16 anos de idade podem constituir advogado para intervir no processo.

2. Os interessados que não disponham de recursos económicos, podem requerer ao Julgado de Menores que lhe seja atribuído o benefício da assistência judiciária.

ARTIGO 25.º
(Confidencialidade)

1. Os processos da competência do Julgado de Menores são de natureza confidencial e não podem ser usadas em desfavor da pessoa do menor.

2. A sua consulta por terceiros pode ser autorizada pelo juiz quando o fim, de natureza científica, estatística ou outro, o justifique.

3. A violação da confidencialidade dos processos e a utilização das certidões para fins diversos dos constantes do número anterior, constituem crime de desobediência.

CAPÍTULO VIII
Da comissão tutelar de menores

ARTIGO 26.º
(Natureza e constituição)

1. A Comissão Tutelar de Menores é um órgão permanente e autónomo, não jurisdicional, a quem cabe, em estreita colaboração com o Julgado de Menores, encaminhar os menores sujeitos à sua jurisdição e cooperar na execução das suas decisões.

2. Em cada Província é instituída uma Comissão Tutelar de Menores integrada por cinco membros, dos quais três são designados pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social e os outros designados pelo Instituto Nacional da Criança.

ARTIGO 27.º
(Atribuições da comissão tutelar)

1. São atribuições da Comissão Tutelar de Menores:

- a) encaminhamento do menor ao Julgado de Menores prestando toda a informação pertinente;
- b) acompanhamento do menor sujeito a medidas provisórias;
- c) acompanhamento e execução das medidas decretadas pelo Julgado de Menores para a sua efectivação.

2. No exercício das suas funções a Comissão Tutelar de Menores pode:

- a) fazer declaração para registo de nascimento quando ele for omissivo;
- b) prestar apoio aos representantes do menor, na obtenção do registo de nascimento;
- c) solicitar às Conservatórias do Registo Civil, certidões de registo necessárias ao desempenho das suas funções;

3. Quando o Julgado de Menores aplicar a medida de semi-internamento ou internamento em estabelecimento de assistência ou educativo, cabe à Comissão Tutelar de Menores executá-la, depois de transitada em julgado.

4. Tratando-se da aplicação de qualquer outra medida, o Julgado de Menores decide sobre a intervenção ou não da Comissão Tutelar de Menores.

CAPÍTULO IX

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 28.º (Revogação de legislação)

É revogado o Capítulo III da Lei n.º 7/80, de 27 de Agosto e demais legislação que contrarie o disposto na presente lei.

ARTIGO 29.º (Regulamentação)

A presente lei deve ser regulamentada pelo Governo no prazo de 90 dias após a sua publicação.

ARTIGO 30.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação da presente lei, são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 31.º (Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor à data da sua publicação.

ARTIGO 32.º (Disposição transitória)

Enquanto não estiverem reunidas as condições de funcionamento do Julgado de Menores, a competência que lhe é atribuída na presente lei é exercida pelo Juiz Presidente do Tribunal Provincial ou por quem este designar.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Novembro de 1995.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando José de França Dias Van-Dúnem*.

O Presidente da República, **JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS**.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Decreto executivo conjunto n.º 16/96 de 19 de Abril

O Programa do Governo propõe-se a assegurar a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população beneficiária dos regimes de segurança social, designadamente através da valorização dos salários e das prestações pecuniárias.

Assim, através do presente diploma se procede à actualização das prestações, de modo a garantir, a melhoria do poder de compra.

Nos termos das disposições combinadas da alínea c) do artigo 112.º e do n.º 3 do artigo 114.º da Lei Constitucional, determina-se:

ARTIGO 1.º (Actualização das pensões)

As pensões de velhice, invalidez e sobrevivência são actualizadas nas condições previstas no presente diploma.

ARTIGO 2.º (Pensão mínima)

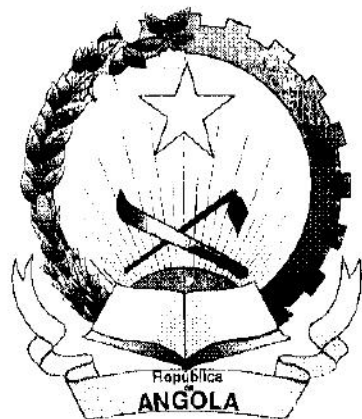
A pensão mínima é fixada em KzR: 492 000.00, devendo todas as pensões inferiores ser acrescidas dos montantes suficientes para perfazer aquele valor.

ARTIGO 3.º (Aumento das Pensões)

As actuais pensões pagas pelo regime geral de Segurança Social, da Função Pública e dos Antigos Combatentes, são aumentadas nos seguintes termos:

- a) as pensões situadas entre KzR: 12 000.00 até 20 000.00 são aumentadas em 4 000%;
- b) as pensões situadas entre KzR: 21 000.00 até 30 000.00 são aumentadas em 3 900%;
- c) as pensões situadas entre KzR: 31 000.00 até 40 000.00 são aumentadas em 3 800%;
- d) as pensões situadas entre KzR: 41 000.00 até 50 000.00 são aumentadas em 3 720%;
- e) as pensões situadas entre KzR: 51 000.00 até 60 000.00 são aumentadas em 3 650%;
- f) as pensões situadas entre KzR: 61 000.00 até 70 000.00 são aumentadas em 3 600%;
- g) as pensões situadas entre KzR: 71 000.00 até 80 000.00 são aumentadas em 3 545%;
- h) as pensões situadas entre KzR: 81 000.00 até 90 000.00 são aumentadas em 3 505%;
- i) as pensões situadas entre KzR: 91 000.00 até 100 000.00 são aumentadas em 3 470%;
- j) as pensões situadas entre KzR: 101 000.00 até 120 000.00 são aumentadas em 3 440%;

Anexo XXII



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 42,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — U.E.E., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 65,00 e para a 3.ª série Kz: 75,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — U. E. E.
	As três séries.	Kz: 165 000,00	
	A 1.ª série.	Kz: 97 750,00	
	A 2.ª série.	Kz: 55 250,00	
	A 3.ª série.	Kz: 38 250,00	

SUMÁRIO

Conselho de Ministros

Decreto n.º 6/03:

Aprova o Regulamento da Lei n.º 9/96, sobre o Julgado de Menores.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 6/03
de 28 de Janeiro

A Lei n.º 9/96 de 19 de Abril, sobre o Julgado de Menores veio definir os parâmetros legais da acção jurisdiccional sobre os menores em situação de perigo social ou de pré-delinquência;

Prevê ainda as sanções a aplicar quando se verifique violação do dever de protecção social ao menor, imposto aos representantes dos menores e à comunidade em geral pela Lei Constitucional;

A regulamentação da Lei n.º 9/96 vem prevista no seu artigo 29.º e cumprindo este imperativo legal, o presente diploma contém as normas de processo indispensáveis à aplicação pelos órgãos judiciais e de assistência social e demais órgãos públicos e privados que vão ser chamados a corporizar a sua implementação;

Neste diploma tiveram-se em conta os princípios de direito internacional que garantem a protecção dos direitos do menor como sujeito de direito e que definem as normas que lhe são aplicáveis quando comparecem perante os tribunais e no decorrer do cumprimento das medidas impostas;

Reconhece-se a necessidade de que a justiça de menores seja uma justiça rápida e flexível, adequada às circunstâncias concretas de cada caso, sem embargo de se acautelarem as garantias processuais e de instrução, para que ela seja aplicada de forma criteriosa e aprofundada.

Coordena-se e disciplina-se a actividade dos órgãos a quem incumbe a relevante tarefa de executar e acompanhar as medidas de protecção ao menor judicialmente decretadas.

Assim, nos termos das disposições conjugadas da alínea d) do artigo 112.º e do artigo 113.º ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

CÓDIGO DO PROCESSO DO JULGADO DE MENORES

TÍTULO I

Processo de Aplicação de Medidas a Menor

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

(Unidade do processo)

1. Para cada menor será instaurado um único processo, mesmo que respeite a factos de diversa natureza e cronologicamente distintos.

2. Se se verificar conexão com outro processo de menor pendente no Tribunal, lançar-se-á nos autos a devida nota de referência.

3. O arquivamento dos autos opera-se quando o menor atingir a maior idade.

ARTIGO 2.º

(Formas de participação)

1. A participação inicial relativa a factos respeitantes a menores pode ser feita por quem tenha legitimidade para tal, por forma oral ou escrita.

2. A participação será em regra recebida pelo Procurador de Menores, mas em caso de reconhecida urgência pode ser recebida directamente pelo juiz.

3. A participação oral deverá ser mandada reduzir a auto e ser devidamente assinada pelo participante, quando o souber fazer, e pelo Procurador de Menores ou pelo Juiz que a receber.

ARTIGO 3.º

(Denúncia)

A denúncia dos factos pode ser feita ao Procurador de Menores sob forma de anonimato se houver razão de sigilo profissional ou de segurança pessoal, ou outra, que tal justifique, mas será sempre tomada a identidade do denunciante.

ARTIGO 4.º

(Má fé)

A participação ou denúncia que se mostre manifestamente injustificada será punida como litigância de má fé.

ARTIGO 5.º

(Autuação)

A participação que não deva ser liminarmente rejeitada, é mandada autuar pelo Juiz.

ARTIGO 6.º

(Tribunal competente)

1. É competente em matéria de aplicação de medidas de protecção social ao menor, o tribunal de residência do menor à data em que o processo foi instaurado.

2. É competente em matéria de aplicação de medidas de prevenção criminal ao menor, o tribunal do local onde o facto foi praticado.

3. Se em razão da medida decretada, o menor passar a ter residência definitiva em província diferente, caso a duração da medida o justifique, o processo poderá ser enviado ao tribunal provincial respectivo.

4. É competente em matéria de violação do dever de protecção social ao menor o tribunal onde o facto foi praticado ou onde se verificou o dano moral ou material do menor.

ARTIGO 7.º

(Férias judiciais)

Os processos da competência do Julgado de Menores correm durante as férias judiciais.

ARTIGO 8.º

(Espécies)

As espécies de processo no Julgado de Menores são as seguintes:

1. Processo para aplicação de medidas ao menor.
2. Processo por violação do dever de protecção social ao menor.

ARTIGO 9.º

(Valor da causa)

1. O valor da causa nos processos de aplicações de medidas ao menor corresponde ao valor das acções sobre interesses imateriais.

2. O valor da causa nos processos por violação do dever de protecção social ao menor e o correspondente ao valor da multa fixada, de indemnização atribuída ou do valor do dano moral ou material que resultar da aplicação da medida.

CAPÍTULO II

Fase Preliminar

ARTIGO 10.º

(Deslocação do técnico social)

Autuada a participação, se o menor não for presente no tribunal, o juiz designará dia e hora para o interrogatório do menor, devendo o técnico social deslocar-se ao domicílio ou ao local onde o menor se encontre, a fim de avisar o menor e o seu representante e fazer uma apreciação sucinta das condições de vida do menor.

2. O grau de cumprimento de medida será reavaliado de dois em dois anos pelo Julgado de Menores.

3. Terminado o período de aplicação de medida a Comissão Tutelar de Menores promoverá a reintegração do menor no meio familiar ou na comunidade.

ARTIGO 48.º

(Evasão do menor)

1. A evasão do menor dum estabelecimento de internamento deverá ser comunicada ao Julgado de Menores.

2. Os meios de comunicação social e os órgãos policiais deverão auxiliar o Julgado de Menores na localização do menor.

ARTIGO 49.º

(Periodicidade de relatório)

A Comissão Tutelar de Menores ou o técnico social que tiver a seu cargo o acompanhamento de execução das medidas decretadas deverá apresentar relatório sobre a sua aplicação de seis em seis meses, salvo se for a medida de longa duração, em que o relatório deverá ser apresentado de ano a ano.

ARTIGO 50.º

(Incumprimento das medidas)

Durante a execução das medidas decretadas ao menor se se verificar o seu incumprimento por parte dos pais, tutores ou de pessoa que o tenha a seu cargo, será mandada extrair certidão dos autos para procedimento de contração por violação do dever de protecção social, caso a conduta não integre infracção mais grave.

ARTIGO 51.º

(Incumprimento de regulamentos)

Quando se verifique por parte dos organismos públicos ou privados o não cumprimento das disposições regulamentares ou dos programas ou projectos aprovados o Julgado de Menores dará do facto conhecimento aos respectivos órgãos

TÍTULO II

PROCESSO POR VIOLAÇÃO DO DEVER DE PROTECÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 52.º

(Conteúdo)

A violação do dever de protecção social do menor previsto no artigo 18.º da Lei n.º 9/96, de 19 de Abril constitui contração administrativa da competência do Julgado de Menores.

ARTIGO 53.º

(Juiz singular)

O Julgamento das contrações administrativas será efectuado pelo juiz singular sem intervenção dos peritos assessores.

ARTIGO 54.º

(Autoria)

A violação do dever de protecção social prevista no citado artigo 18.º, da Lei n.º 9/96, de 19 de Abril, pode ser praticada por acção ou por omissão e a sua responsabilidade é imputada, respectivamente:

a) ao pai, mãe, tutor, ou pessoa que tenha o menor a seu cargo nos casos previstos nas alíneas a) e b);

b) à pessoa que praticou o facto e ao director do meio de comunicação social nos casos previstos nas alíneas c) e d);

c) ao responsável pelo estabelecimento e ao guarda de porta de acesso quando o houver, no caso da alínea e);

d) ao dono do estabelecimento e à pessoa que praticou o facto para o caso da alínea f);

e) ao director da cadeia, rádio ou televisão para os casos da alínea g);

f) ao dono e gerente do estabelecimento no caso da

ARTIGO 55.º

(Agravantes)

1. As sanções previstas no artigo 19.º da citada Lei n.º 9/96 serão aplicadas de forma isolada ou cumulativa consoante a gravidade da contravenção

2. São consideradas circunstâncias agravantes a reincidência, a violação de princípios constitucionais e dos direitos humanos do menor e a gravidade do dano material ou moral causado ao menor.

ARTIGO 56.º

(Graduação das sanções)

1. As sanções serão aplicadas da forma seguinte:

a) advertência quando se trata da primeira contravenção e a falta deva ser considerada leve;

b) a multa será aplicada de acordo com a situação económica do autor e a gravidade do acto, ou reincidência dentro dos limites da tabela legal;

c) a proibição do exercício da actividade por 10 dias quando a violação for mais grave, ou haja manifesto desrespeito por decisão do tribunal, ou quando tenham resultado efeitos graves em relação ao menor;

d) a proibição do exercício da actividade até dois anos, quando a violação tenha produzido efeitos muito graves em relação ao menor ou haja multiplicidade de vítimas.

2. Será atribuída indemnização ao menor cumulativa ou separadamente quando para este tenham resultado danos morais ou materiais.

3. A decisão judicial será comunicada à autoridade que autorizou ou licenciou a actividade.

ARTIGO 57.º

(Pagamento voluntário)

As multas e indemnização deverão ser pagas no prazo de

ARTIGO 58.º

(Prescrição)

1. O procedimento pela prática da contravenção por dever da protecção social ao menor prescreve-se pelo prazo de um ano.

2. As multas aplicadas prescrevem no mesmo prazo contado do trânsito em julgado da sentença.

TÍTULO III

Processo de contravenção
administrativa

CAPÍTULO VIII

Processo de contravenção
administrativa

ARTIGO 59.º

(Autuação)

1. Têm poder de autuação por violação, dever de protecção social ao menor:

a) os técnicos sociais do Julgado de Menores;

b) os agentes da polícia e os funcionários do INAC - Instituto Nacional de Crianças e do Ministério de Assistência e Reinserção Social devidamente credenciados pela Comissão Tutelar de Menores.

2. O autuante deverá fazer constar do auto todos os elementos de prova que forem recolhidos.

3. Ao autuante deve ser facultada a entrada de dia ou de noite no local onde estejam a ser cometidas ou tenham sido cometidas as contravenções a fim de identificar o seu autor e apreender os objectos necessários.

ARTIGO 60.º

(Conteúdo auto de notícia)

1. Do auto de notícia deve constar, se o facto foi ou não

2. O auto deve constar de formulário impresso e elaborado em três vias e dele deve constar a identidade do autor da contravenção, a natureza e as circunstâncias de tempo, lugar e outras em que ocorreu.

ARTIGO 61.º

(Remessa do auto)

1. O auto será enviado no original e uma cópia ao Procurador de Menores no prazo de 24 horas.

2. Se o Procurador de Menores entender haver matéria para procedimento, promoverá que o autor seja submetido a julgamento.

ARTIGO 62.º

(Aplicação subsidiária)

É aplicável subsidiariamente o disposto nos artigos 543.º a 554.º do Código do Processo Penal, relativo ao processo de transgressão, com as seguintes alterações:

a) não é permitida a constituição da parte acusadora;

b) o juiz designará o dia para julgamento dentro dos 30 dias imediatos;

c) o despacho que designar o dia para julgamento será notificado ao acusado em cinco dias de antecedência;

d) o acusado é obrigado a apresentar os declarantes e testemunhas em audiência;

e) o julgamento não pode ser adiado por mais de uma vez.

ARTIGO 63.º

(Execução da sentença)

A execução de sentença que aplique multa ou condene no pagamento de indemnização ao menor, corre nos próprios autos e é-lhe aplicável as disposições relativas a execução por custas.

ARTIGO 64.º

(Reversão das multas)

As multas aplicadas revertem-se em partes iguais para o Fundo Nacional da Criança e para o Orçamento Geral do Estado.

ARTIGO 65.º

(Conversão da multa em trabalho socialmente útil)

O juiz pode, a requerimento do executado, converter a multa em trabalho socialmente útil a prestar ao Estado, a qualquer instituição de direito público e a organização ou pessoa de direito público e a organização ou pessoas de direito privado que prossigam fins não lucrativos ou outros de solidariedade social.

ARTIGO 66.º

(Suspensão e prosseguimento da execução)

1. A conversão da multa em prestação de trabalho suspende a execução e põe termo a penhora, se ela tiver sido efectuada.

2. A execução prossegue, ficando sem efeito a conversão, sempre que o executado não cumpra ou não cumpra devidamente a prestação do trabalho.

TÍTULO IV

Recursos

CAPÍTULO IX

Recurso das decisões sobre menores

ARTIGO 67.º

(Âmbito)

Das sentenças finais e despachos de revisão de sentença, proferidos em processo de aplicação de medida de protecção social ou de prevenção criminal cabe recurso para a competente Câmara do Tribunal Supremo.

ARTIGO 68.º

(Interposição)

O recurso pode ser interposto por requerimento ditado para a acta, finda a leitura de sentença ou por requerimento escrito.

ARTIGO 69.º

(Prazo)

O recurso deve ser interposto no prazo de oito dias após a notificação da sentença.

ARTIGO 70.º

(Efeito)

1. O recurso tem em regra efeito meramente devolutivo.

Anexo XXIII

ASSEMBLEIA DO POVO

Lei n.º 18-A/92

de 17 de Julho

A Lei n.º 4-D/80, de 25 de Junho, veio pela primeira vez regulamentar, de forma autónoma, a matéria respeitante à prisão preventiva em instrução preparatória, isto é, desde a detenção até à introdução em juízo da causa criminal, face ao desconhecimento e desrespeito a que eram votadas as disposições correspondentes do Código de Processo Penal, cuja total revisão se mostrava, como se mostra ainda hoje, inviável.

Leis de conjuntura modificaram alguns aspectos dessa Lei, como a Lei n.º 3/81, de 14 de Agosto, e a Lei n.º 1/84, de 24 de Janeiro, que alterou aquela última na parte respeitante à prisão preventiva.

A experiência veio, no decurso dos anos de vigência da Lei n.º 4-D/80, mostrar a necessidade da sua revisão perante, por um lado, a conciliação das necessidades de defesa da sociedade com o respeito e protecção da liberdade dos cidadãos, garantida constitucionalmente e, por outro lado, o estágio de desenvolvimento e aperfeiçoamento dos organismos de prevenção e repressão da criminalidade, bem como as capacidades dos serviços penitenciários.

Finalmente, e para além das razões de ordem técnica, tomou-se em consideração a nova organização judiciária aprovada pela Lei n.º 18/88, de 31 de Dezembro.

A fim de facilitar a consulta, apreensão e aplicação da lei, esta é publicada como um corpo único, em vez de se introduzirem alterações à lei vigente, que é totalmente posta de parte.

Nestes termos, ao abrigo da alínea b) do artigo 51º da Lei Constitucional e no uso da faculdade que me é conferida pela alínea q) do artigo 47º da mesma Lei, a Assembleia do Povo aprova e eu assino e faço publicar a seguinte:

LEI DA PRISÃO PREVENTIVA EM INSTRUÇÃO PREPARATÓRIA

CAPÍTULO I

(Disposições gerais)

Artigo 1º

(Noção de Prisão Preventiva em Instrução Preparatória)

A prisão preventiva em instrução preparatória é a privação da liberdade de um arguido, ordenada ou efectuada para o colocar à disposição da entidade competente durante a fase de investigação criminal e instrução processual, até à notificação da acusação ou ao pedido de instrução contraditória pelo Ministério Público.

Artigo 2º

(Requisitos da Prisão Preventiva em Instrução Preparatória)

1. Preventivamente, a prisão de qualquer pessoa só é autorizada nas circunstâncias seguintes:

- a) em flagrante delito, quando a infracção cometida corresponder qualquer pena de prisão;
- b) fora de flagrante delito, quando houver forte suspeita da prática da infracção pela pessoa a prender e se verificarem os requisitos do artigo 10º da presente lei;
- c) pelo não cumprimento das obrigações a que fica sujeita a liberdade provisória.

2. Só há suspeita da prática da infracção quando se encontrar provada a existência desta e se verifiquem indícios suficientes para a sua imputação ao arguido, sendo sempre ilegal a captura deste, se nada obter esses indícios.

Artigo 3º

(Da Incomunicabilidade dos Detidos)

1. Os detidos não poderão comunicar com pessoa alguma antes do primeiro interrogatório. O Ministério Público poderá ordenar, em decisão fundamentada, que o arguido continue incomunicável depois de interrogado, contando que a incomunicabilidade não exceda cinco dias.

2. Depois de terminada a incomunicabilidade e enquanto durar a instrução preparatória, o Ministério Público pode proibir a comunicação do arguido com certas pessoas ou condicioná-las, se tal se mostrar indispensável, para evitar tentativas de perturbação da instrução do processo.

3. Nos crimes contra a segurança do Estado, a incomunicabilidade poder-se-á manter, mediante autorização do Ministério Público, até ao décimo dia a contar da data da detenção, sempre que as necessidades processuais o justifiquem.

Artigo 4º

(Do interrogatório)

1. Se não deverem ser julgados em processo sumário, os arguidos presos serão interrogados imediatamente quando apresentados ao Magistrado do Ministério Público competente com o processo respectivo ou indicação do crime cometido e das provas que fundamentaram a captura.

2. O interrogatório será feito exclusivamente pelo Magistrado do Ministério Público competente com a presença do funcionário da Procuradoria-Geral da República que escreverá o auto e dum defensor nomeado ao arguido, se este não apresentar advogado constituído, bem como das pessoas cuja presença seja imposta por razões de segurança.

3. O advogado ou defensor oficioso não poderá interferir de qualquer modo durante o interrogatório e se o fizer será substituído por outro ou por uma testemunha que deverá declarar, na acta, conjuntamente com o funcionário da Procuradoria-Geral da República, ter assistido ao interrogatório.

CAPÍTULO II

Da Prisão em Flagrante Delito

Artigo 5º

(Noção de Flagrante Delito)

1. É flagrante delito todo o facto punível que se está cometendo ou que se acabou de cometer.

2. Reputa-se também como flagrante delito o caso em que o infractor é, logo a seguir à prática da infracção, perseguido por qualquer pessoa ou encontrado a seguir à prática de infracção com objectos ou sinais que mostrem claramente que a cometeu ou nela participou.

3. Nos crimes permanentes só há flagrante delito enquanto se mantiverem sinais que mostrem claramente que o crime está a ser cometido e o agente está nele a participar.

Artigo 6º

(Dos Casos de Prisão e quem pode efectuá-la)

1. Quando à infracção corresponder pena de prisão, as autoridades ou agentes de autoridades devem, e qualquer cidadão pode prender os infractores em flagrante delito.

2. Se o facto punível não corresponder pena de prisão, o infractor só poderá ser detido por qualquer autoridade ou agente da autoridade, quando não fizer prova da sua identidade, quando se tratar de arguidos em liberdade provisória ou de condenados em liberdade condicional que tenham infringido as obrigações a que estejam sujeitos.

Artigo 7º

(Onde e quando se realiza a prisão)

Para a efectivação da prisão dos infractores em flagrante delito e quando à infracção corresponder pena de prisão, é permitida a entrada de dia ou de noite tanto na casa ou lugar onde o facto se está cometendo ou acabou de cometer, ainda que não seja acessível ao público, como naquele em que o infractor se acolheu, independentemente de qualquer formalidade.

Artigo 8º

(Casos em que não deve ser efectuada a Prisão)

1. A prisão em flagrante delito não deve ser efectuada, quando haja fundadas razões para crer que o facto foi cometido pelo arguido em circunstâncias que dirimam a sua responsabilidade criminal. Se o processo houver de prosseguir por não existir ainda prova bastante para arquivá-lo, o detido poderá ser mantido em liberdade, mediante simples termo de identidade, se a infracção admitir caução, ou mediante caução, se a lei a não admitir.

2. Quando o exercício da acção penal depender de acusação particular ou de participação de certas pessoas a prisão em flagrante delito só pode ter lugar quando o titular do direito de acusação ou de participação em juízo declare à autoridade ou agente de autoridade que pretende exercer aquele direito.

3. A prisão em flagrante delito também não se efectuará se ocorrer qualquer dos casos previstos no artigo 22º da presente lei.

Artigo 9º

(Da entrega dos Detidos)

1. A entrega dos detidos em flagrante delito ao Magistrado do Ministério Público competente deve ser feita no próprio dia em que foi efectuada a prisão, ou no mais curto espaço de tempo possível dentro do prazo máximo de 5 dias, quando a prisão tiver sido efectuada em local que não permita fazer a apresentação nesse dia.

2. Se a prisão tiver sido efectuada por qualquer cidadão, devem os detidos ser entregues imediatamente à autoridade ou agente de autoridade que for encontrado mais próximo do local, procedendo-se à apresentação do Ministério Público, nos termos estabelecidos no número anterior.

3. Contra os que infringirem as disposições anteriores será instaurado imediatamente, independentemente de queixa do ofendido o respectivo processo criminal, por infracção ao n.º 4 do artigo 291º ou do artigo 330º do Código Penal.

CAPÍTULO III

Da Prisão fora de Flagrante Delito

SECÇÃO I

REGAS GERAIS

Artigo 10º

(Dos Requisitos da Prisão)

1. Fora de flagrante delito a prisão só pode ser ordenada ou efectuada directamente por qualquer das entidades mencionadas no artigo 12º desta lei, nos seguintes casos:

a) quando concorram cumulativamente as seguintes condições:

1º Ser o crime doloso e punível com pena de prisão superior a um ano.

2º Inconveniência de liberdade provisória.

b) ser inadmissível a liberdade provisória;

c) se o arguido em liberdade provisória, se colocar nas situações previstas no artigo 11º.

2. É inadmissível a liberdade provisória, devendo efectuar-se sempre a captura:

- a) nos crimes puníveis com pena superior à pena de prisão maior de 2 a 8 anos ou com qualquer outra pena privativa de liberdade cujo máximo seja superior a 8 anos;
- b) nos crimes puníveis com pena de prisão superior a 1 ano, cometidos por reincidentes, vadios ou equiparados;
- c) nos crimes militares, puníveis com pena de prisão superior a 2 anos.

3. Será inconveniente a liberdade provisória:

- a) quando haja comprovado receio de fuga;
- b) quando haja comprovado perigo de perturbação do processo, mantendo-se o arguido em liberdade;
- c) quando, em razão da natureza e circunstâncias do crime ou da personalidade do delinquente, haja receio fundado de perturbação da ordem pública ou da continuação de actividades criminosas.

Artigo 11º

(Prisão do Arguido em Liberdade Provisória)

1. Será preso o arguido em liberdade provisória mediante caução que:

- a) cometer qualquer crime doloso punível com pena de prisão superior a um ano;
- b) continuar a actividade criminosa pela qual é arguido;
- c) faltar a qualquer das seguintes obrigações:

1º Declarar a mudança da sua residência.

2º Comparecer junto do Magistrado ou da entidade instrutora competente, quando a lei o exigir, ou quando seja devidamente notificado por ordem escrita do Magistrado ou entidade instrutora competente.

3º Não perturbar a instrução do processo, procurando ilicitamente impedir a averiguação da verdade.

2. O arguido em liberdade provisória mediante termo de identidade e residência deverá prestar caução se faltar às obrigações que lhe incumbem e, se infringir de novo essas obrigações, poderá ser preso.

Artigo 12º

(Competência para efectuar ou ordenar a prisão)

1. Podem efectuar directamente ou ordenar a prisão fora de flagrante delito as seguintes entidades:

- a) os Magistrados do Ministério Público;**
- b) o Chefe da Direcção Nacional da Polícia de Investigação Criminal;**
- c) o Chefe da Direcção Nacional da Polícia de Instrução Processual;**
- d) o Chefe da Direcção Nacional da Polícia de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas;**
- e) os Chefes das Direcções Provinciais de Polícia de Investigação Criminal;**
- f) os Chefes das Direcções Provinciais da Polícia de Instrução Processual;**
- g) os Chefes das Direcções Provinciais da Polícia de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas.**

2. Em caso de ausência ou impedimento das entidades referidas nas alíneas b) a g) do número anterior, assinará o mandado de captura qualquer dos Magistrados do Ministério Público que funcionem na respectiva área de jurisdição.

Artigo 13º

(Dos casos em que não deve ser efectuada a prisão)

A prisão fora de flagrante delito não deve ser efectuada nem Ordenada sempre que se verifique o circunstancialismo referido no artigo 8º da presente lei.

Artigo 14º

(Da apresentação dos detidos)

1. Os detidos serão apresentados ao Magistrado do Ministério Público competente no próprio dia da captura, ou no mais curto espaço de tempo possível, sempre que a prisão tenha sido efectuada em local que não permita fazer a apresentação nesse dia.

2. O Ministério Público poderá autorizar que a apresentação se faça até ao quinto dia a contar da data da prisão, sempre que a autoridade que a efectuar o requeira e sejam consideradas justificadas as razões invocadas, quando a prisão tiver sido efectuada em local onde não haja Magistrado do Ministério Público.

3. Contra os que infringirem o disposto neste artigo será instaurado imediatamente, pelo Magistrado do Ministério Público competente, o respectivo processo criminal, por infracção ao nº 4 do artigo 291º do Código Penal.

SECÇÃO II

DOS MANDADOS DE CAPTURA

Artigo 15º

(Requisitos dos Mandados de Captura)

Os mandados de captura serão sempre passados em triplicado, sendo um exemplar obrigatoriamente entregue à pessoa a prender e deverão conter:

1º A identidade da entidade que ordena a prisão.

2º A identificação da pessoa que há-de ser presa mencionando o seu nome e, se possível, a residência e mais características que possam identificá-lo e facilitar a captura.

3º A indicação do facto que motivou a prisão e das disposições do artigo 10º desta lei justificam a captura.

4º A declaração de que é admissível a liberdade provisória ou que esta é inconveniente.

5º A ordem, quando tenha sido dada, para o captor entrar durante o dia, em casa de terceiros onde a pessoa a capturar esteja acolhida. 6º

A identidade do funcionário que cumpre o mandado.

7º A data e a assinatura da entidade que ordena a prisão.

Artigo 16º

(Da exequibilidade dos mandados de captura)

Os mandados de captura são exequíveis em todo o território nacional e de cumprimento imediato e obrigatório.

Artigo 17º

(Quem cumpre os mandados de captura)

1. O Ministério Público ou quem ordena a captura mandará cumprir os mandados pelos oficiais de diligências do tribunal ou solicitará o seu cumprimento às autoridades policiais ou militares no caso de arguidos militares, devendo para esse efeito ser passados exemplares dos mandados em número conveniente,

podendo também as autoridades copiá-los em novos exemplares devidamente autenticados.

2. Em caso de urgência é admitida a requisição de captura por telegrama ou mensagem telegráfica, confirmado por mandado expedido no mesmo dia.

3. Quem efectuar a captura passará no mandado que tiver de ser junto ao processo certidão da captura, mencionando o dia, hora e local em que se efectuou e a entrega do duplicado ao detido.

4. Quando não tenha sido possível efectuar a captura, a pessoa encarregada de cumprir o mandado certificará nele a razão porque não o cumpriu, devolvendo - o ao Ministério Público ou a quem ordenou a captura, para ser junto ao processo.

5. Será punido disciplinarmente ou com a pena de prisão prevista no artigo 242º do Código Penal, conforme haja culpa ou dolo, a pessoa que certificar falsamente a impossibilidade de cumprimento do mandado.

Artigo 18º

(Da Requisição da Força Pública)

1. Toda a pessoa encarregada de cumprir qualquer mandado de captura ou de remoção de preso se fará acompanhar, sendo necessário, da força policial ou militar no caso de arguido militar, para evitar a resistência da pessoa a deter ou a sua evasão.

2. Todos os agentes encarregados da manutenção da ordem pública são obrigados, em prejuízo do serviço que desempenham a auxiliar a pessoa incumbida de realizar qualquer prisão, quando peça a sua intervenção e exiba o respectivo mandado de captura.

3. Os agentes encarregados do cumprimento do mandado de captura informarão o arguido dos direitos que o assistem e da forma como os pode exercer.

SECÇÃO III

DAS CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO

Artigo 19º

(Da prisão durante o dia)

1. De dia, é sempre permitida a entrada em casa do arguido ou em qualquer lugar que lhe pertença ou esteja na sua posse, para o prender.

2. A entrada em casa alheia, seja ou não habitada, ou suas dependências fechadas, somente será permitida com autorização dos moradores da casa ou seus donos, ou quando o mandado de captura expressamente o ordenar, nos termos do nº 5 do artigo 15º.

3. A pessoa encarregada de cumprir o mandado de captura e que precisar de entrar em qualquer casa ou suas dependências fechadas para esse efeito, deverá mostrar o mandado sempre que lhe seja pedido e se a entrada lhe for negada, ordenando-a o mandado, poderá usar de força para a efectivar, passando nesse caso certidão da ocorrência.

Artigo 20º

(Da prisão durante a noite)

1. De noite, a entrada para efeito de prisão em casa habitada ou suas dependências fechadas, só será permitida consentindo os moradores e, se o consentimento for negado, a pessoa que deve efectuar a captura tomará as precauções necessárias para evitar a fuga da pessoa a prender.

2. Em casos excepcionais, é admitida a entrada em casa habitada ou suas dependências fechadas, durante a noite, independentemente do consentimento dos moradores, desde que a pessoa encarregada de efectuar a captura seja portadora e exhiba autorização para o efeito emitida pelo Ministério Público.

3. A entrada, durante a noite, não poderá ser negada nas casas e lugares sujeitos por lei à fiscalização especial da polícia.

Artigo 21º

(Conceito de noite)

Para efeitos da presente lei, é considerado noite o período compreendido entre as 19 e as 5 horas.

Artigo 22º

(Dos impedimentos da prisão)

1. A pessoa contra quem for passado o mandado de captura só poderá deixar de ser detida nos seguintes casos:

a) por doença que ponha em risco a sua vida;

- b) no dia em que tenha falecido o cônjuge ou qualquer ascendente, descendente ou afim nos mesmos graus e nos três dias imediatos;**
- c) se estiver tratando o cônjuge ou qualquer ascendente, descendente ou afim nos mesmos graus e o Ministério Público entender que a assistência prestada é indispensável ao doente, não podendo, porém, adiar-se a prisão por mais de um mês;**
- d) um mês antes do parto e durante o período de puerpério, até 30 dias.**

2. As situações referidas nas alíneas a), c) e d) serão comprovadas por atestado medido, podendo a entidade competente para ordenar a prisão determinar os exames que se mostrarem necessários para se certificar da sua real existência e duração e ordenar a transferência do detido para um hospital, onde fique sob custódia, nos casos em que é inadmissível ou inconveniente a liberdade provisória, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 10º.

3. Serão tomadas as precauções necessárias para evitar a fuga a pessoa a deter podendo-se mandar guardar a casa onde ela se encontrar enquanto não se efectuar a prisão.

CAPÍTULO IV

Do Regime da Prisão

Artigo 23º

(Do internamento dos presos)

Só é permitido o internamento de qualquer pessoa em estabelecimento de detenção mediante mandado de captura ou mandado de condução datado e assinado pela entidade competente, no qual constará a identificação do detido e a indicação dos motivos da prisão.

Artigo 24º

(Do tratamento dos presos)

É proibido insultar, maltratar ou por qualquer forma exercer violência contra os presos e só no caso de resistência à prisão, fuga ou tentativa de fuga será lícito usar da força ou de meios indispensáveis para vencer essa resistência ou para efectuar ou manter a prisão.

CAPÍTULO V

Dos Prazos de Prisão Preventiva

Artigo 25º

(Dos Prazos iniciais)

1. Desde a captura até à notificação ao arguido da acusação ou até ao pedido de instrução contraditória pelo Ministério Público, os prazos de prisão preventiva não podem exceder:

- a) trinta dias por crimes dolosos a que caibam penas de prisão até 2 anos;**
- b) quarenta e cinco dias por crimes a que caibam penas de prisão maior; c)**
- noventa dias por crimes contra a segurança do Estado.**

2. Para efeitos de cumprimento do disposto no número anterior, o processo será concluso ao Ministério Público quatro dias antes de terminar o prazo previsto na alínea a), e seis dias, quanto ao prazo previsto nas alíneas b) e c).

Artigo 26º

(Da soltura dos detidos e da prorrogação dos prazos)

1. Decorridos os prazos indicados no artigo anterior e sem prejuízo do disposto em relação aos prazos de prisão preventiva em instrução contraditória, nos casos em que ela tenha lugar, é obrigatório a libertação do arguido, que será colocado em liberdade provisória mediante caução, sujeito a algumas das seguintes obrigações:

- a) não se ausentar do País sem prévia autorização do Ministério Público;**
- b) não se ausentar de determinada povoação ou área da sua residência, a não ser para locais de trabalho ou outros expressamente designados;**
- c) residir fora do município ou comuna onde cometeu o crime ou onde residem os ofendidos, ou cônjuges, ascendentes ou descendentes deles;**
- d) não exercer certas actividades que estejam relacionadas com o crime cometido e que façam recluir a perpetração de novas infracções;**
- e) não frequentar certos meios locais, ou não conviver com determinadas pessoas;**
- f) sujeitar-se à vigilância de determinadas autoridades ou serviços públicos, nos termos que forem estabelecidos;**

h) qualquer outra obrigação a que possa ser subordinada a liberdade provisória.

2. Se for inadmissível a liberdade provisória, o Ministério Público poderá prorrogar, por despacho fundamentado, os referidos prazos por mais quarenta e cinco dias e excepcionalmente, em caso de grande complexidade do processo, poderá ainda voltar a prorrogar o prazo de prisão preventiva por mais quarenta e cinco dias.

3. Nos crimes cujo julgamento compita à Câmara ou a qualquer Sala dos crimes contra a segurança do Estado ou aos Tribunais Militares, se o Ministério Público ou o Tribunal, antes de formular a acusação ou o despacho de pronúncia, entender que há necessidade de se proceder a novas diligências de prova, a prisão preventiva poderá ainda ser prorrogada por mais trinta e cinco dias.

4. Decorridos os prazos previstos nos n.ºs 2 e 3, observar-se-á o disposto no n.º 1 do presente artigo.

5. Contra os que infringirem a observância dos prazos de prisão preventiva será instaurado procedimento disciplinar, sem prejuízo, no caso de reiteração, da pena prevista no n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 16/78.

Artigo 27.º

(Da Suspensão da Prisão Preventiva)

A prisão preventiva suspende-se:

1. Por doença física ou mental que imponha o internamento hospitalar do arguido, devidamente comprovada por exame médico, salvo se se tratar de internamento em hospital-prisão, ou o arguido fique de tal forma guardado como se estivesse num estabelecimento prisional.

2. No presumido último mês de gravidez, comprovado por exame médico, e durante os 30 dias a seguir ao parto.

3. Em caso de fuga do arguido e enquanto durar a evasão.

CAPÍTULO VI

Das Imunidades

Artigo 28.º

(Deputados da Assembleia do Povo)

1. Os Deputados da Assembleia do Povo não podem ser presos sem culpa formada, excepto em flagrante delito por crime doloso punível com pena maior, devendo neste caso a prisão ser imediatamente comunicada ao Presidente da Assembleia do Povo, através do Procurador-Geral da República.

2. Os Deputados das Assembleias Populares Provinciais não podem ser presos sem culpa formada excepto em flagrante delito por crime doloso punível, com pena maior, devendo neste caso a prisão ser imediatamente comunicada ao Presidente da Assembleia Popular respectiva, através do Procurador Provincial.

Artigo 29º
(Magistrados)

Os Magistrados Judiciais e do Ministério Público não nomeados pelo Presidente da República não podem ser presos sem culpa formada, excepto em flagrante delito por crime doloso punível com pena maior, devendo neste caso o preso ser apresentado de imediato ao Procurador-Geral da República para interrogatório, validação da prisão e comunicação ao Juiz Presidente do Tribunal Popular Supremo, quando se trate de Magistrado Judicial.

Artigo 30º
(Dirigentes do Estado)

O 1º Ministro, Ministros, Secretários de Estado e Vice-Ministros e entidades equiparadas, os Governadores Provinciais, o Governador e Vice-Governadores do Banco Nacional de Angola, bem como os Magistrados Judiciais e do Ministério Público constitucionalmente de nomeação presidencial, só poderão ser presos depois de culpa formada, quando a infracção for punível com pena maior.

Artigo 31º
(Vice-Governadores Provinciais)

Os Vice-Governadores Provinciais não podem ser presos sem culpa formada, excepto em flagrante delito por crime doloso punível com pena maior, devendo neste caso a prisão ser comunicada imediatamente ao Governador Provincial respectivo, através do Procurador Provincial da República.

Artigo 32º
(Oficiais Generais)

Os Oficiais Generais das Forças Armadas Angolanas não podem ser presos sem culpa formada, excepto em flagrante delito por crime doloso punível com pena de prisão maior ou qualquer outra pena privativa de liberdade superior a dois anos, devendo neste caso o detido ser entregue imediatamente ao Procurador- Geral da República para interrogatório e solicitação de autorização para manutenção da prisão ao Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas.

CAPÍTULO VII
Disposições transitórias e Finais

Artigo 33º
(Revogação)

É revogada a Lei nº 4-D/80, de 25 de Junho e a Lei nº 3/81, de 14 de Agosto, artigo 2º, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 1/84, de 24 de Janeiro.

Artigo 34º
(Habeas Corpus)

Lei especial regulará o instituto do «Habeas Corpus».

Artigo 35º

A presente lei entra imediatamente em vigor e abrange os casos pendentes.

Vista e aprovada pela Assembleia do Povo

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Outubro de 1991.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

Anexo XXIV

Secretariado do Conselho de Ministros

Despacho n.º 49/92:

Aprova o Regulamento Interno da Comissão para as Questões do Centro de Trabalho do Secretariado do Conselho de Ministros.

Ministério do Plano

Despacho n.º 50/92:

Delega no Director do Gabinete de Redimensionamento Empresarial (GARE) as competências conferidas por lei ao Ministro do Plano para outorga, em nome do Estado Angolano, de um contrato quadro de assistência técnica entre o Estado Angolano e a Price Waterhouse & CO. & CIA, S R C, no valor de USD 10.500.000.00.

Decreto executivo n.º 39/92:

Autoriza a CONOCO ANGOLA, LIMITED a ceder a NIPPON MINING COMPANY, a terça parte dos seus interesses de participação no CONTRATO de partilha de Produção do Bloco VI.

Ministério da Justiça e Secretaria de Estado da Habitação

Despacho conjunto n.º 51/92:

Confisca o prédio pertencente a Abílio Ferreira.

Despacho conjunto n.º 52/92:

Confisca o prédio em nome de Fernando António Castêlões Nogueira.

Despacho conjunto n.º 53/92:

Confisca um prédio urbano pertencente a António João Pinto.

Decreto executivo n.º 40/92:

Reconhece na República de Angola, várias organizações religiosas.

Despacho conjunto n.º 54/92:

Confisca o prédio em nome de Élio José Domingues Nunes.

Despacho conjunto n.º 55/92:

Desconfisca os prédios em nome de Marta Cármen Campos de Figueiredo e Maria Paula Carvalho Araújo Fontes.

Ministério da Saúde

Despacho n.º 56/92:

Determina que todos os funcionários do Ministério da Saúde transitam para os grupos imediatamente superiores aos que ocupam na tabela salarial vigente na Função Pública.

Ministério da Construção e Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes

Protocolo:

Entre o ex-Ministério da Construção e a Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes, relativo à transferência de titularidade da Unidade de Produção CAFRA.

Ministério do Comércio

Decreto executivo n.º 41/92:

Anula o disposto no artigo 1.º do Decreto executivo n.º 16/92, de 10 de Abril, no que se refere às empréstimos das Províncias de Luanda e do Huambo.

ASSEMBLEIA DO POVO

Lei n.º 22/92

de 4 de Setembro

A matéria respeitante às buscas e apreensões encontra-se basicamente regulada no Código de Processo Penal, herdado do tempo colonial, que se encontra desactualizado em muitos aspectos e desadaptado das nossas realidades.

Por outro lado, esse Código, dada a sua complexidade e as sucessivas alterações que foi sofrendo ao longo dos anos, torna-se de difícil manejo.

Não é, por isso, de admirar que as disposições respeitantes às buscas e apreensões sejam muitas vezes ignoradas, e consequentemente desrespeitadas, mesmo naquelas partes que mantêm actualidade e validade, assim se referindo interesses legítimos e respeitáveis.

Por outro lado, ao mesmo tempo que se actualiza o instituto, pretende-se com a presente lei aperfeiçoá-lo, incluindo-se, nomeadamente, disposições mais actualizadas de técnica jurídica, como a atinente às revistas efectuadas no decurso dos processos criminais.

Nestes termos, ao abrigo da alínea b) do artigo 51.º da Lei Constitucional e no uso da faculdade que me é conferida pela alínea g) do artigo 47.º da mesma Lei, a Assembleia do Povo aprova e eu assino e faço publicar a seguinte:

LEI DAS REVISTAS, BUSCAS E DAS APREENSÕES

CAPÍTULO I

Das Revistas e Buscas

ARTIGO 1.º

(Pressupostos)

1. Sempre que haja suspeita com fundamento bastante para crer que alguém tem na sua posse quaisquer objectos relacionados com a prática de algum crime ou que possa servir para a sua prova, pode ser ordenada a revista.

2. Há lugar à busca quando os objectos referidos no número anterior ou a pessoa suspeita da prática de crime que deve ser presa nos termos da lei se encontrar em lugar não público.

ARTIGO 2.º

(Iniciativa de diligência)

1. Na fase da instrução preparatória, a revista e a busca podem efectuar-se, sempre que se encontrem reunidos os pressupostos referidos no artigo anterior, ou oficiosamente, por qualquer das entidades mencionadas no n.º 1 do artigo seguinte, ou a requerimento do arguido ou do assistente.

2. Na fase judicial as revistas e as buscas podem ser ordenadas pelo juiz da causa, oficiosamente, ou sob promoção do Ministério Público ou a requerimento do réu ou do assistente.

ARTIGO 3.º

(Competência)

1. Podem ordenar revistas e buscas na fase da instrução preparatória:

- a) os Magistrados do Ministério Público;
- b) o Chefe da Direcção Nacional de Investigação Criminal;
- c) o Chefe da Direcção Nacional da Instrução Processual;
- d) o Chefe da Direcção Nacional de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas;
- e) os Chefes dos Departamentos Provinciais de Instrução Criminal;
- f) os Chefes dos Departamentos Provinciais da Instrução Processual;
- g) os Chefes dos Departamentos Provinciais de Investigação e Inspeção das Actividades Económicas.

2. Poderão, contudo, os inspectores dos piquetes da polícia e os oficiais de serviço nas Procuradorias Militares, nos casos de justificada urgência, ocorridos nos períodos em que os serviços públicos se encontrem encerrados, ou na ausência ou impedimento das entidades competentes, ordenar e presidir às revistas e buscas nos seguintes casos, sujeitos à imediata confirmação do Ministério Público:

- a) quando, por fundadas razões, se desconfiar que a demora pode frustrar os objectivos da diligência ou pôr em perigo determinados bens jurídicos legalmente tutelados;
- b) quando se tratar de prisão a efectuar nos termos da lei.

3. As entidades mencionadas no n.º 1 presidirão sempre às revistas e às buscas que ordenarem, excepto quando invoquem motivos de força maior, caso em que poderão ser presididas pelos seus adjuntos ou substitutos.

4. Nos Municípios situados fora da sede das respectivas Províncias, poderão os Chefes dos Sectores Muni-

cipais de Investigação Criminal, Instrução Processual e Inspeção e Investigação das Actividades Económicas requerer ao Magistrado do Ministério Público da área a realização de revistas e buscas, sempre que os interesses do processo o justifiquem, presidindo a elas.

ARTIGO 4.º

(Revistas e Buscas Genéricas)

1. Em casos excepcionais, justificados pela necessidade de garantir a ordem e a tranquilidade públicas ou a segurança do Estado, poderão efectuar-se revistas e buscas genéricas, sem concretização dos objectos, mediante ordem conjunta dos Ministros do Interior e da Defesa.

2. Fora de Luanda, são competentes para ordenar revistas e buscas genéricas os Delegados Provinciais do Ministério do Interior e o Comandante Militar da Zona.

3. Os Ministérios do Interior e da Defesa regulamentarão no prazo de 90 dias, contados da publicação desta lei, a realização de revistas e buscas genéricas.

ARTIGO 5.º

(Auto de Revistas e Buscas)

Da revista e da busca será sempre lavrado um auto do qual constará uma descrição minuciosa da forma como decorreu a diligência e levará sempre a assinatura da entidade que presidiu à diligência e das demais pessoas que estiverem presentes.

ARTIGO 6.º

(Formalidade)

1. No início da busca é sempre entregue à pessoa que estiver na posse do lugar uma cópia do despacho que a ordenou, do qual constará a menção de que a ela poder assistir e fazer-se acompanhar de pessoa de sua confiança, desde que se apresente sem delonga.

2. Não se encontrando presentes as pessoas referidas no número anterior, a cópia nela referida pode ser entregue a um parente, vizinho, porteiro ou a alguém que os substitua.

3. Durante a busca, podem fazer-se revistas, desde que se encontrem reunidos os pressupostos referidos no artigo 1.º da presente lei.

4. Sempre que os interesses do processo o justifiquem, a entidade que presidir à busca pode determinar que alguma ou algumas pessoas se não afastem do local da diligência, recorrendo, se necessário, para garantia do êxito da diligência, à força pública.

5. Quando a revista e a busca são ordenadas e presididas pelo Juiz, a elas deverá assistir também o Ministério Público, podendo estar presentes o assistente, havendo-o, e a pessoa que tiver a posse do lugar onde a diligência se vai realizar, sem prejuízo do disposto no n.º 2.

6. No caso referido no número anterior, o réu estará sempre presente ou substituído pelo seu defensor, excepto se a sua presença for julgada prejudicial à descoberta da verdade.

7. A estas diligências assistirão sempre duas testemunhas.

ARTIGO 7.º

(Busca Domiciliária)

1. Em casa habitada ou suas dependências fechadas, a busca efectua-se de dia, salvo se a pessoa em poder de quem se encontrar o edifício consentir que se faça de noite, devendo constar do respectivo auto a prova do consentimento.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as buscas efectuadas por ordem ou sob promoção do Ministério Público, bem como as buscas genéricas referidas ao artigo 4.º, quando houver fundamento sério para crer que a demora pode apresentar grave perigo para determinados bens jurídicos de grande valor com protecção legal.

3. Iniciada a busca de dia, pode prolongar-se pela noite.

4. Nas casas sujeitas à fiscalização especial da polícia as buscas podem fazer-se a qualquer hora.

ARTIGO 8.º

(Busca em Repartição ou Edifício Público)

1. Nas buscas a efectuar em repartições ou edifícios públicos de qualquer natureza, com a presença obrigatória do responsável dos serviços observar-se-á a forma prescrita nos respectivos regulamentos e, na falta deles, o previsto na presente lei.

2. No caso do n.º 1, não se aplicará o disposto no artigo 10.º, e a entidade que presidir a diligência solicitará à autoridade competente ou ao seu superior hierárquico que lhe seja facultada a busca.

ARTIGO 9.º

(Busca nos Serviços de Correios e Telecomunicações)

Em casos devidamente justificados pelo interesse processual, poderão ser efectuadas buscas nos serviços dos correios e telecomunicações nos termos do artigo anterior.

ARTIGO 10.º

(Recusa de Entrada no Lugar da Busca)

No caso de, em qualquer lugar onde deve ser realizada a busca, não ser efectuada a entrada a entidade que àquela presidir adoptará as providências necessárias para que ela se efectue, podendo, se isso for julgado aconselhável, requisitar a força pública para garantir o bom êxito da diligência, incorrendo os opositores na pena de desobediência ou de resistência, conforme os casos.

ARTIGO 11.º

(Providências Cautelares)

Sempre que se mostre necessária a busca e esta se não realizar, a entidade que a ela presidir tomará as medidas adequadas na parte exterior do edifício e dependências para deles não sair pessoa alguma ou objecto até ao início da diligência.

ARTIGO 12.º

(Busca para Captura)

As buscas para captura de infractores serão feitas pelos oficiais de polícia, autoridades policiais, militares ou para-militares, nos termos dos artigos 15.º e 22.º da Lei da Prisão Preventiva em Instrução Preparatória

CAPÍTULO II

Das Apreensões

ARTIGO 13.º

(Objectos Susceptíveis de Apreensão)

1. São apreendidos os instrumentos que serviram à execução do crime ou que a ela se destinaram ou obtidos por via destes, bem como todos os objectos deixados pelo infractor no local do crime ou quaisquer outros susceptíveis de servir de prova.

2. Por despacho fundamentado do Ministério Público ou de Juiz na fase de julgamento podem também ser apreendidos os bens dos arguidos presos por crimes a que corresponda a pena acessória de confisco.

ARTIGO 14.º

(Competência para Ordenar Apreensões)

1. Compete ao Ministério Público ou às entidades mencionadas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º da presente lei ordenar, oficiosamente ou a requerimento do assistente ou do arguido, a realização da apreensão, mediante despacho lavrado no competente processo, salvo quando efectuadas no decurso de uma revista ou busca, respeitando-se, neste caso, as normas previstas para tais actos.

2. Poderão, nos termos prescritos para as revistas e as buscas, os inspectores dos piquetes da Polícia Popular e os oficiais de serviço nas Procuradorias Militares, ordenar apreensões nas condições previstas no n.º 2 do artigo 3.º da presente lei.

3. Nos Municípios situados fora da sede das respectivas Províncias, poderão os Chefes dos Sectores Municipais de Investigação Criminal, Instrução Processual e Investigação das Actividades Económicas requerer ao Magistrado do Ministério Público da área a efectivação de apreensões, sempre que os interesses do processo o justifiquem, presidindo a elas.

4. Na fase judicial do processo, as apreensões são ordenadas pelo juiz da causa, oficiosamente ou mediante promoção do Ministério Público ou do assistente ou ainda do próprio arguido.

ARTIGO 15.º**(Auto de Apreensão de Objectos)**

1. Das apreensões é sempre lavrado um auto do qual constará uma descrição minuciosa da forma como decorreu a diligência, o número, qualidade e natureza dos objectos apreendidos, bem como as suas características, a fim de facilitar a sua identificação. Estando presente o arguido, sem advogado ou defensor officioso ou qualquer outra pessoa e reconhecer algum objecto apreendido, deste reconhecimento se fará referência expressa no auto, que deverá ser assinado pela entidade que presidiu à diligência e pelas demais pessoas que estiveram presentes, salvo se o não poderem ou não quiserem fazer, do que se fará menção expressa no auto.

2. O auto de apreensão será feito em duplicado, devendo uma via ser entregue ao arguido ou a pessoa que assistiu a apreensão.

3. Se, por qualquer motivo, não for possível, desde logo, mencionar o número, qualidade e natureza dos objectos apreendidos, serão estes devidamente condicionados, fechados e selados.

ARTIGO 16.º**(Auto de Apreensão de Papéis)**

1. O disposto no artigo anterior é aplicável à apreensão de papéis que deverão sempre juntar-se ao processo, depois de devidamente rubricados pela entidade que presidiu à diligência e pelas demais pessoas que estiveram presentes, salvo quando se trate de documentos a examinar, em conformidade com o previsto no artigo 194.º do Código do Processo Penal.

2. Se for previsível que da oposição de rubricas pode resultar algum prejuízo para o exame a submeter aos papéis, a entidade que presidir à diligência proibirá que sejam rubricados e ordenará outras providências idóneas para garantir a sua guarda e inviolabilidade.

ARTIGO 17.º**(Apreensões em Repartição Pública)**

1. Nas apreensões a efectuar em repartições ou edifícios públicos de qualquer natureza, observar-se-á a forma prescrita nos respectivos regulamentos e, na falta deles, o previsto na presente lei.

2. A apreensão de papéis ou documentos existentes em repartições públicas é de carácter provisório e deles deverão ser extraídas fotocópias que serão juntas aos autos, devolvendo-se os respectivos originais a quem deles detinha a posse legítima, logo que não sejam necessários à instrução do processo ou ao julgamento da causa.

3. A pedido da entidade que detinha o documento ou o objecto apreendido pode ser entregue cópia do auto de apreensão.

4. Se a pessoa que tiver a disponibilidade do lugar onde a diligência se deve realizar não autorizar a entrada, a entidade que a ela presidir realizá-la-á, ficando o opositor incurso no crime de desobediência, consoante os casos, de tudo se fazendo menção no respectivo auto.

ARTIGO 18.º**(Apreensão nos Serviços de Correios e Telecomunicações)**

1. Podem apreender-se cartas, encomendas, valores, telegramas ou qualquer outra correspondência, à responsabilidade dos serviços de correios ou dos serviços de telecomunicações e endereçadas ao arguido ou a outras pessoas desde que tenham relação com o crime, com estrita observância desta lei em tudo o que não estiver regulado em lei especial.

2. É proibida a apreensão ou qualquer outra forma de controlo da correspondência trocada entre o arguido e o seu advogado ou defensor.

3. A entidade que ordenar a apreensão da correspondência será a primeira que tomará conhecimento do seu conteúdo e só a mandará juntar ao processo se considerar com interesse relevante para a prova dos factos e ordenará a sua imediata restituição à pessoa a quem foi apreendida, se a sua apreensão não se mostrar com alguma utilidade processual, ficando ligados por dever de segredo relativamente àquilo de que tiver tomado conhecimento e não tiver interesse para a prova.

4. As providências previstas neste artigo são excepcionais e só se ordenarão quando absolutamente necessárias ao esclarecimento dos factos, mediante despacho fundamentado das entidades referidas nos n.ºs 1 e 3 do artigo 14.º.

ARTIGO 19.º**(Apreensão em Escritórios de Advogado)**

As apreensões de correspondência ou de documentos em escritório de advogado ou médico são reguladas por leis especiais.

ARTIGO 20.º**(Apreensão em Estabelecimento Bancário)**

1. Sempre que as necessidades processuais o exigirem, a apreensão de títulos, valores, quantias ou quaisquer outros objectos depositados nos bancos ou outras instituições de crédito desde que se tenha fundamento bastante para crer que estão relacionados com o crime ou se mostrarem com manifesto interesse para a descoberta da verdade ou para a prova, a entidade competente para ordenar deve sempre pessoalmente presidir à diligência, salvo os casos de substituição previstos no n.º 3 do artigo 3.º.

2. As entidades mencionadas no número anterior, coadjuvadas, quando necessário, por técnicos qualificados, deverão pessoalmente examinar a correspondência ou qualquer documentação para a descoberta dos objectos a apreender, ficando todos ligados por dever de segredo em relação a tudo aquilo de que tomarem conhecimento e não tiver interesse para o processo.

ARTIGO 21.º

(Cópias e Certidões)

Aos autos serão juntos os originais dos documentos apreendidos. Se estes se mostrarem indispensáveis aos serviços a que se destinam, deles podem ser extraídas certidões integrais, cópias ou fotocópias, devolvendo-se os originais a quem detinha a sua posse legítima, fazendo-se na cópia e na certidão menção expressa da apreensão.

ARTIGO 22.º

(Aposição e Levantamento de Selo)

Os objectos apreendidos são selados, sempre que possível. A destruição dos selos assistirão, sendo possível, as mesmas pessoas que estiverem presentes na sua aposição, as quais verificarão se os mesmos não foram violados nem foi feita qualquer alteração nos objectos apreendidos.

ARTIGO 23.º

(Segredo Profissional ou de Estado)

Todas as pessoas, autoridades ou seus agentes devem apresentar, quando competentemente notificados ou solicitados, os documentos ou quaisquer objectos que tiverem na sua posse e devem ser apreendidos, excepto nos casos do artigo 217.º do Código de Processo Penal.

CAPÍTULO III

Do Destino dos Objectos Apreendidos

ARTIGO 24.º

(Disposição Genérica)

1. Sempre que possível, e salvo o disposto em leis especiais, os objectos apreendidos são juntos ao processo, sendo fiel depositário o funcionário que receber o processo, de tudo se fazendo referência no respectivo auto.

2. A apreensão mantém-se até ao julgamento da causa, a menos que tenha sido proferido antes pelo Ministério Público ou pelo Juiz da causa um despacho que ponha definitivamente termo ao processo, dando-se neste caso aos objectos apreendidos o destino que nele for indicado, de acordo com os artigos seguintes.

3. Será de imediato instaurado procedimento disciplinar pela entidade competente contra o instrutor pro-

presente artigo, sem prejuízo da sua condenação na pena de desobediência, se não dever ser condenado por crime mais grave.

ARTIGO 25.º

(Quantias em Dinheiro)

1. As quantias em dinheiro apreendidas serão depositadas no Banco Nacional de Angola ou outro estabelecimento de crédito autorizado, à ordem do organismo instrutor do processo respectivo.

2. Na fase judicial, estes depósitos ficam à ordem do Juiz da causa.

ARTIGO 26.º

(Coisas Perecíveis ou Perigosas)

1. Quando forem apreendidas coisas perecíveis ou perigosas, sob proposta de entidade que procede a investigação ou a instrução do processo, o Ministério Público pode ordenar a sua venda, por forma pública e regulamentada, a sua destruição ou afectação a uma finalidade socialmente útil, observando-se em caso de venda, o disposto no n.º 1 do artigo anterior.

2. Se o processo já tiver sido introduzido em juízo, compete ao Juiz da causa ordenar o procedimento previsto no número anterior, sob promoção do Ministério Público.

ARTIGO 27.º

(Restituição dos Objectos Apreendidos)

1. Salvo se o acórdão ou sentença transitada em julgado, proferido no termo do respectivo processo ou decisão equivalente determinar outro modo, os objectos apreendidos serão restituídos à pessoa em cuja posse foram encontrados.

2. Quando a apreensão se destinar à produção de prova, podem os objectos apreendidos ou papéis ser restituídos a quem deles detinha a posse, por determinação do Ministério Público ou sob sua promoção na fase judicial, logo que terminem as diligências necessárias.

ARTIGO 28.º

(Documentos ou Livros Apreendidos nas Repartições ou Estabelecimentos Públicos)

1. Se os documentos ou livros apreendidos pertencerem a uma repartição ou estabelecimento público, o Ministério Público ou, na fase judicial, o Juiz, podem autorizar a respectiva Secretaria a passar certidões dos documentos ou livros, quando necessárias.

2. Se os documentos ou livros se mostrarem indispensáveis ao serviço das repartições ou estabelecimentos onde foram apreendidos, a sua retenção será reduzida ao mínimo do tempo necessário para o seu exame.

ARTIGO 29.º**(Objectos e Papéis Desnecessários)**

Se se verificar que algum papel ou objecto inicialmente apreendido não é necessário para o estabelecimento dos factos ou para a prova, será devolvido imediatamente por determinação do Ministério Público ou do Juiz, na fase judicial, a quem deles tinha a posse.

ARTIGO 30.º**(Destino Final dos Dinheiros e Objectos Apreendidos)**

1. Prescreverão a favor do Estado as quantias em dinheiro e os objectos não reclamados pelos interessados no prazo de 12 meses, a contar do trânsito em julgado do acórdão, sentença ou decisão equivalente, proferidos no termo do processo respectivo.

2. Quando outro destino não for julgado conveniente, mediante proposta do Ministério Público, os tribunais procederão à venda dos objectos prescritos a favor do Estado, pelas formas e épocas que parecerem mais oportunas, revertendo o produto de venda a favor do Estado. Nos respectivos autos dever-se-á consignar a destruição dos objectos que não tiverem valor venal.

ARTIGO 31.º**(Destino das Armas e Munições Apreendidas)**

1. Quando são apreendidas as armas e munições, são provisórias e imediatamente entregues, mediante termo a juntar no respectivo processo, para guardar à Polícia Popular que as registará em livro próprio.

2. No caso de serem declaradas prescritas ou perdidas a favor do Estado, a entrega referida no número anterior torna-se definitiva.

ARTIGO 32.º**(Veículos Apreendidos)**

Quando não for aplicável o preceituado no n.º 2 do artigo 43.º do Código da Estrada, os veículos apreendidos ficam guardados à ordem da entidade que ordenou a apreensão ou, nos casos de urgência, da que a confirmou e entregues ao Serviço de Viação e Trânsito da área da sede do Tribunal Popular Provincial.

ARTIGO 33.º**(Artigos com Interesse para o Estado)**

1. Enquanto não for instituído um organismo próprio, os objectos ou papéis apreendidos com interesse para o Estado, que tenham sido declarados perdidos a favor deste ou prescritos, serão guardados e conservados pelos tribunais ou pelo Ministério Público das respectivas causas.

2. Nos casos em que, durante a instrução preparatória, esteja comprovada a impossibilidade da determinação da propriedade do objecto apreendido, compe-

tirá ao Ministério Público, depois do trânsito em julgado do despacho que determinou o arquivamento do respectivo processo, ordenar a sua venda ou utilização para fins públicos.

3. As diligências comprovativas da impossibilidade de determinação da propriedade do objecto apreendido deverão constar dos autos e publicados editais no jornal de maior tiragem do país, a fim de facilitar a sua reivindicação pelos respectivos proprietários.

CAPÍTULO IV**Das Disposições Finais****ARTIGO 34.º****(Revogação de Legislação)**

São revogados os artigos 202.º a 213.º, do Código do Processo Penal e toda a legislação sobre a matéria que contrarie o disposto na presente lei.

ARTIGO 35.º**(Entrada em Vigor)**

A presente lei entra imediatamente em vigor.

Vista e aprovada pela Assembleia do Povo.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Outubro de 1991.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**Decreto Presidencial n.º 76/92**

de 4 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Usando da faculdade que me é conferida pela alínea c) do artigo 47.º da Lei Constitucional;

Exonero Miguel Fernando do cargo de Vice-Governador da Província do Bengo para a Esfera Económica e Produtiva, para o qual havia sido nomeado por Decreto Presidencial n.º 87/89, de 28 de Outubro.

Publique-se.

Luanda, aos 27 de Agosto de 1992.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

